

DANIEL ALVAREZ FIRMINO

**POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA FINANCEIRA: UMA ABORDAGEM
MULTIDIMENSIONAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientador: Igor Santos Tupy

Coorientadora: Ana Maria Hermeto C. de Oliveira

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2021**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

F525p
2021
Firmينو, Daniel Alvarez, 1991-
Políticas sociais e cidadania financeira : uma abordagem
multidimensional / Daniel Alvarez Firmينو. – Viçosa, MG,
2021.
111 f. : il. ; 29 cm.

Inclui apêndices.

Orientador: Igor Santos Tupy.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa.

Referências bibliográficas: f. 104-106.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Programas de
sustentação de renda - Brasil. 3. Brasil - Política social.
I. Universidade Federal de Viçosa. Departamento de Economia.
Programa de Pós-Graduação de Pós-Graduação em Economia.
II. Título.

CDD 22. ed. 353.530981

Bibliotecário(a) responsável: Renata de Fatima Alves CRB6 2578


DANIEL ALVAREZ FIRMINO

**POLÍTICAS SOCIAIS E CIDADANIA FINANCEIRA: UMA ABORDAGEM
MULTIDIMENSIONAL**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Economia, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 07 de abril de 2021

Assentimento:


Daniel Alvarez Firmino
Autor


Igor Santos Tupy
Orientador

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pelas oportunidades e pelas bênçãos concedidas em minha vida e por permitir viver cercado de pessoas que eu amo e que contribuem para o meu crescimento.

Agradeço a minha família, a grande família Alvarez, que, se depender de mim, pelo visto continuará aumentando, por todo apoio incondicional, do minuto em que nasci, até o momento em que escrevo estas palavras. A vocês, meu muito obrigado pelo carinho, pela dedicação, pela cobrança, mas, acima de tudo pela confiança.

Agradeço as minhas filhas Catarina e Elis por toda a motivação que me deram, mesmo sem sequer saber disso. Meninas, papai ama vocês!

Agradeço a minha parceira da vida, Raryanna, por ser a grande causadora dos meus sorrisos e pelo apoio incondicional.

Agradeço aos meus amigos, principalmente Pedro e Gabriel, pelo apoio e por estarem sempre dispostos a tomarem um café com gostinho de procrastinação. Amigos, sem vocês o mestrado não teria sido tão divertido.

Agradeço imensamente ao meu orientador Igor Santos Tupy, por ser um grande exemplo de profissional, de ser humano e por ter se tornado um amigo ao longo desta caminhada.

Agradeço a Professora Ana Maria Hermeto (CEDEPLAR – UFMG) por ter aceitado o convite de coorientação desta dissertação e pelas suas recomendações sempre muito inspiradoras.

Agradeço a Viçosa por ter me recebido durante a graduação, durante o mestrado e por ter proporcionado experiências de vida das quais sempre me lembrarei.

À Universidade Federal de Viçosa, pela oportunidade de realizar a pós-graduação.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela concessão da bolsa de estudos.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

RESUMO

FIRMINO, Daniel Alvarez, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, abril de 2021. **Políticas Sociais e Cidadania Financeira: Uma Abordagem Multidimensional.** Orientador: Igor Santos Tupy. Coorientadora: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira.

O objetivo principal desta pesquisa foi investigar o impacto do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada sobre a cidadania financeira dos domicílios brasileiros, e, para que pudesse ser alcançado, foram utilizados os dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares do IBGE. A princípio foram criados três indicadores de cidadania financeira responsáveis por fornecer o nível de acesso ao sistema financeiro formal, a intensidade de uso de produtos e serviços e as condições sobre as quais acesso e uso se manifestam, e, posteriormente esses indicadores se tornaram as variáveis dependentes nos modelos estimados. Os modelos de resultado contaram com variáveis responsáveis por captar as características regionais, geográficas, sociodemográficas e econômicas dos domicílios e de seus chefes. Já os modelos de tratamento, além de incorporar essas características, contou com as características dos arranjos familiares. Durante a revisão de literatura e a estimação dos modelos foi constatado uma grande dependência da renda, e, por isso, foram aplicados vários recortes de renda na amostra. Por fim foram realizadas separadamente as estimações para o PBF e para o BPC. Os principais resultados obtidos permitem concluir que o Programa Bolsa Família é capaz de promover a cidadania financeira, fazendo com que seus beneficiários possuam melhores níveis de acesso e usem de forma mais intensa produtos financeiros sob condições mais justas. Já para o BPC, observou-se que a política possui um grande potencial de bancarização, mas que não é capaz de promover o uso de serviços financeiros. Adicionalmente, mediante obtenção dos resultados, foi possível observar o impacto de características individuais dos domicílios sobre os indicadores de cidadania financeira, bem como o potencial que PBF e BPC possuem em reduzir desigualdades.

Palavras-Chave: Cidadania Financeira. Inclusão Financeira. Programa Bolsa Família. Benefício de Prestação Continuada.

ABSTRACT

FIRMINO, Daniel Alvarez, M.Sc, Universidade Federal de Viçosa, April, 2021. **Social policies and financial citizenship: A multidimensional approach.** Adviser: Igor Santos Tupy. Co-adviser: Ana Maria Hermeto Camilo de Oliveira.

The main objective of this research was to investigate the impact of the Bolsa Familia Program and the Continuing Benefit Benefit on the financial citizenship of Brazilian households, and, in order to be achieved, the data from the IBGE Family Budget Survey was used. At first, 3 financial citizenship indicators were created, responsible for providing the level of access to the formal financial system, the intensity of use of products and services and the conditions under which access and use are manifested, and, later, these indicators became the variables dependent on the estimated models. The result models had variables responsible for capturing the regional, geographic, sociodemographic, and economic characteristics of the households and their heads. The treatment models, in addition to incorporating these characteristics, included the characteristics of family arrangements. During the literature review and the estimation of the models, there was a great dependence on income, and for this reason, several income cuts were applied to the sample. Finally, the estimates for the PBF and the BPC were carried out separately. The main results obtained allow us to conclude that the Bolsa Família Program is capable of promoting financial citizenship, making its beneficiaries have better access levels and using financial products more intensely under fair conditions. As for BPC, it was observed that the policy has a great potential for banking, but that it is not capable of promoting the use of financial services. Additionally, by obtaining the results, it was possible to observe the impact of individual household characteristics on the indicators of financial citizenship, as well as the potential that PBF and BPC have in reducing inequalities.

Keywords: Financial citizenship. Financial Inclusion. Programa Bolsa Família. Benefício de Prestação Continuada.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Focalização do Programa Bolsa Família	40
Tabela 2:Focalização do Benefício de Prestação Continuada	41
Tabela 3:Variáveis Explicativas do modelo de resultado.....	50
Tabela 4:Variáveis Explicativas do modelo de tratamento	52
Tabela 5:Análise descritiva das variáveis dependentes.....	54
Tabela 6:Descrição dos indicadores de cidadania financeira ao longo das macrorregiões brasileiras.....	56
Tabela 7: Descrição estadual dos indicadores de cidadania financeira ao longo das macrorregiões brasileiras.....	57
Tabela 8:Descrição dos indicadores de cidadania financeira ao longo dos ambientes rurais e urbanos	58
Tabela 9:Descrição dos indicadores de cidadania financeira para domiciliados chefiados por pessoas brancas e não brancas	59
Tabela 10:Descrição dos indicadores de cidadania financeira para domiciliados chefiados homens e mulheres.....	60
Tabela 11: Médias potenciais PBF - Acesso	61
Tabela 12:Modelo de resultado PBF - Acesso	62
Tabela 13:Médias Potenciais PBF - Uso	67
Tabela 14:Modelo de Resultado PBF - Uso	69
Tabela 15: Médias potenciais PBF - Condições.....	73
Tabela 16:Médias potenciais PBF - Condições.....	74
Tabela 17:Médias potenciais de acesso, uso e condições por escolaridade do chefe de domicílio	79
Tabela 18:Médias potenciais de acesso, uso e condições para domicílios incluídos e excluídos digitalmente	80
Tabela 19:Descrição dos indicadores de cidadania financeira considerando a participação dos domicílios no BPC.....	83
Tabela 20:Descrição dos indicadores de cidadania financeira considerando a participação dos domicílios no BPC.....	84

Tabela 21: Descrição dos indicadores de cidadania financeira considerando a participação dos domicílios no BPC.....	85
Tabela 22: Descrição dos indicadores de cidadania financeira considerando a participação dos domicílios no BPC.....	86
Tabela 23: Médias potenciais BPC – Acesso	87
Tabela 24: Modelo de resultado BPC - Acesso	88
Tabela 25: Médias potenciais BPC - Uso.....	91
Tabela 26: Modelo de resultado BPC - Uso	92
Tabela 27: Médias Potenciais BPC -Condições	95
Tabela 28: Média potencial estimada beneficiários e não beneficiários elegíveis ao BPC.....	96
Tabela 29: Média potencial estimada beneficiários e não beneficiários elegíveis ao BPC por faixa etária do chefe do domicílio.	97
Tabela 30: Média potencial estimada beneficiários e não beneficiários elegíveis ao BPC por escolaridade do chefe do domicílio.	100

LISTA DE QUADROS

Quadro 1:Fatores determinantes da não bancarização e da sub-bancarização	17
Quadro 2:Fatores relacionados a demanda que dificultam o relacionamento dos indivíduos com o sistema financeiro	20
Quadro 3: Fatores relacionados a oferta que dificultam o relacionamento dos indivíduos com o sistema financeiro	22

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:Esquema Metodológico-Conceitual.....	49
Figura 2:Média potencial do nível de acesso a serviços financeiro formais nas macrorregiões Brasileiras.	78

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. O processo de Inclusão Financeira, suas barreiras e as políticas sociais como mecanismo acelerador.....	16
2.1. As barreiras impostas ao processo de inclusão financeira.....	19
2.2. Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e os mecanismos aceleradores da inclusão financeira	24
2.3. Transferência de renda e a criação de um mercado financeiro para os pobres no Brasil 27	
3. Panorama empírico contemporâneo da inclusão financeira no Brasil e no mundo.	31
3.1. Evidências empíricas para a exclusão financeira no Brasil: Desigualdade regional e transferência de renda.....	35
4. METODOLOGIA	39
4.1. Base de dados	39
4.2. Modelos de efeitos de tratamento	42
4.2.1. “ <i>Framework</i> ” dos modelos de tratamento	42
4.2.2. Augmented Inverse-Probability-Weighted Estimator (AIPW).....	43
4.3. Estratégia empírica	45
4.3.1. Dimensões da cidadania financeira	45
4.3.2. Modelo de resultado (<i>Outcome model</i>)	50
4.3.3. Modelo de tratamento (<i>treatment model</i>)	52
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	54
5.1. Programa Bolsa Família e Cidadania financeira.....	54
5.1.1. Potencial efeito médio do Programa Bolsa Família sobre o Acesso	61
5.1.2. Potencial efeito médio do Programa Bolsa Família sobre o Uso do sistema financeiro formal.....	67
5.1.3. Potencial efeito médio do Programa Bolsa Família sobre as Condições de acesso e uso do sistema financeiro formal sobre os domicílios	73
5.1.4. Resultados por subgrupos – PBF.....	77
5.2. Benefício de Prestação Continuada e Cidadania Financeira.....	82
5.2.1. Potencial efeito médio do Benefício de prestação continuada sobre o Acesso ao sistema financeiro formal dos domicílios.....	86
5.2.2. Potencial efeito médio do Benefício de Prestação continuada sobre uso do sistema financeiro formal dos domicílios.....	91

5.2.3. Potencial efeito médio do Benefício de Prestação Continuada sobre as Condições de acesso e uso do sistema financeiro formal sobre os domicílios	94
6. CONCLUSÃO	102
7. REFERÊNCIAS	104
ANEXOS	107

1. INTRODUÇÃO

A partir segunda metade dos anos 1990 observa-se uma crescente discussão a respeito da exclusão financeira, quando o tema começou a ganhar força em estudos a nível global, muitas vezes sendo relacionado a temas que permeiam a pobreza e sua multidimensionalidade e a desigualdade social e regional. Nesta dissertação entende-se exclusão financeira como o processo pelo qual pessoas de baixa renda e outros grupos minoritários são diretamente ou indiretamente excluídas do sistema financeiro formal e pelo qual lhes é negado, sistematicamente, acesso igualitário (ou qualquer acesso) aos serviços financeiros comerciais (DYMSKI; LI, 2003; LEYSHON, 2009).

O objetivo geral desta pesquisa é avaliar o impacto das políticas sociais sobre o acesso a serviços financeiros, bem como sobre o uso e as condições com as quais os domicílios brasileiros se defrontam. Adicionalmente, este trabalho, em particular, busca contribuir com o avanço observado nas últimas décadas em relação as temáticas ligadas a inclusão e exclusão financeira, voltando seus esforços para uma nuance considerada silenciosa por alguns pesquisadores: o impacto de políticas sociais na inclusão financeira (OZILI, 2020). Não existem muitos trabalhos que tratam de políticas públicas, sobretudo políticas sociais, relacionadas ao processo de inclusão e exclusão financeira. Mesmo no Brasil, onde consegue-se encontrar alguma literatura a respeito, como por exemplo Neri (2014) e Lana (2015), esses trabalhos se limitam a avaliar a inclusão, ou exclusão financeira e novos estudos costumam ser inviabilizados por escassez de dados.

No entanto, é de suma importância que se conheça de forma aprofundada as diversas questões que permeiam o tema: “Inclusão financeira”. Sobretudo, uma vez que a financeirização, processo que atua em várias camadas dos fios pelos quais repousam diversas conexões que formam o tecido social (autoestima, ligações com família e amigos, emprego, consumo), tem se tornado cada vez mais forte. Portanto, as conexões sociais estabelecidas na sociedade brasileira são constantemente constrangidas e expressas pelo uso de serviços financeiros. Assim, dada a padronização dos estilos de vida, o uso de tais serviços se torna parte integrante da vida do ser humano (ANDERLONI et al, 2006; CROCCO et al, 2013).

Aumentar o acesso e o uso de serviços financeiros, bem como a qualidade de ambos, é essencial para que o crescimento econômico seja inclusivo e a pobreza seja reduzida (HOLLOWAY; NIAZI; ROUSE, 2017). Os participantes do mercado financeiro formal são capazes de gerenciar riscos, começar ou investir em um negócio e financiar gastos como educação, o que consequentemente

leva a melhores condições de vida (HOLLOWAY; NIAZI; ROUSE, 2017). Por outro lado, aqueles situados à margem do sistema financeiro não conseguem valer-se dos mesmos benefícios financeiros, econômicos e sociais que seus pares. Por tais razões, a relação dos indivíduos com o sistema financeiro, seja de exclusão ou inclusão é apontada por Crocco et al. (2013) como uma das dimensões da exclusão social.

A exclusão financeira no Brasil encontra diversos fatores agravantes. O país em 2010 já contava com um sistema financeiro robusto e reconhecidamente desenvolvido. Porém, com uma alta concentração do poder de mercado nas mãos de cinco ou seis instituições e um elevado contingente de indivíduos à margem do sistema financeiro local (LANA, 2015). Ademais, dadas as raízes na desigualdade socioeconômica, o contingente de excluídos financeiramente se apresenta concentrado em áreas periféricas. No espaço urbano, moradores de áreas regularizadas são os que possuem maior acesso a contas correntes. Tratando-se de grandes regiões, o Sudeste lidera em quantidade de pontos de acesso e consequentemente possui a população mais bancarizada, ao lado da região Sul (KUMAR 2004).

Em meio ao cenário descrito acima, as políticas sociais, sobretudo de transferência de renda, a saber, Programa Bolsa Família – PBF, aparentemente, funcionam como mecanismos atenuantes deste processo (NERI 2014, LANA 2015).

Tais programas são responsáveis por colocar em contato com o ambiente bancário e financeiro indivíduos que anteriormente sequer haviam pisado em uma agência bancária ou haviam pensado em ser detentores de uma conta corrente. Além disso, ao ter sua renda incrementada, os beneficiários dos programas se tornam elegíveis a operações de crédito. O Programa Bolsa Família, em particular, foi alvo de estudos que tratavam do tema e, de fato, os beneficiários do programa, quando comparados a outros indivíduos com características semelhantes mas que não eram beneficiários, possuíam uma probabilidade consideravelmente maior de estarem incluídos no setor financeiro formal (NERI, 2014 ; LANA, 2015). Além do PBF, o país conta o Benefício de Prestação Continuada, outro importante programa de transferência de renda. Dessa forma, avaliar também o impacto desse programa sobre a relação dos brasileiros com o sistema financeiro faz-se necessário.

Aliada as forças agravantes e atenuantes do processo que circunda a dinâmica da inclusão e exclusão financeira no Brasil está a incapacidade do sistema financeiro de cobrir propriamente o

território nacional e a oferta de serviços homogêneos, desenhados tendo em vista um padrão que não reflete as características do brasileiro. Tal prática contribui para a formação de uma base de indivíduos, também excluídos do sistema financeiro. Além dos “não bancarizados”, estes são chamados de “sub-bancarizados”.

Pode-se definir, formalmente, os “não bancarizados” (unbanked) como aqueles que não possuem conta bancária de transação em qualquer instituição bancária formal e/ou aqueles que não estão, de forma permanente, vinculados a outras pessoas que possuem este tipo de conta. No segundo caso, estariam os sub-bancarizados (underbanked), que são indivíduos que possuem acesso restrito a serviços bancários (CROCCO, 2013; DYMSKY, 2007; BARR, 2004).

Diante da dinâmica apresentada até aqui, com base em Dymski (2013), pondera-se que, se o acesso ao crédito e serviços financeiros ocorre em condições desvantajosas para o indivíduo, ainda assim ele deve ser considerado como excluído do sistema financeiro. Neste sentido, conceitos alternativos, multidimensionais, e mais amplos começam a ser pensados, como, por exemplo, cidadania financeira. Já o banco central do Brasil define cidadania financeira como o exercício de direitos e deveres que permite ao cidadão gerenciar bem seus recursos financeiros. Portanto, entende-se nesta dissertação, que um indivíduo que goza de plenas condições de cidadania financeira é capaz de acessar e usar o sistema financeiro formal sob condições adequadas.

As contribuições da investigação presente nesta dissertação emergem da possibilidade de observar como a participação das famílias em programas de transferência de renda é capaz de incentivar a demanda por produtos e serviços financeiros, seja através do aumento da procura por poupança, em virtude do incremento de renda, ou de produtos de intermediação financeira para executar despesas que não existiam anteriormente. Em segundo lugar, dentro da lógica de avaliação de impacto de políticas públicas, muitas vezes, em virtude da forma como uma política social é desenhada, além de cumprir seu objetivo principal, neste caso combater a pobreza, pode ser capaz de gerar outras externalidades positivas.

Além disso ao realizar revisão bibliográfica para a construção desta dissertação, não foram encontrados trabalhos que avaliassem a exclusão financeira para além da dimensão do acesso e a grande maioria dos trabalhos existentes, como por exemplo, Neri (2014) e Lana (2015), se concentram em apenas um dos programas sociais existentes, que neste caso é o Programa Bolsa Família. Nesse sentido, a proposta metodológica desta dissertação avança ao propor uma abordagem multidimensional para tal processo.

Dessa forma, uma das inovações trazidas por esta dissertação, é a extensão da investigação para além do acesso englobando a intensidade de uso dos serviços financeiros e a qualidade do acesso e do uso, mensurada através de uma variável que capta as condições sobre as quais acesso e uso se materializam.

Sendo assim, os problemas centrais dessa pesquisa são: A interação entre beneficiários de programas de transferência de renda com agentes financeiros contribuiu para elevar o nível de cidadania financeira? E, de forma complementar, avançando na fronteira do conhecimento construído até a elaboração desta pesquisa: Garantir o acesso da população de baixa renda ao sistema financeiro, é garantir que a exclusão financeira seja reduzida?

Diante disto, e a primeira hipótese deste trabalho é que a estrutura de repasse adotada pelo Programa Bolsa Família e pelo Benefício de Prestação Continuada, que levam o beneficiário a interagir com agentes financeiros, faz com que ser beneficiário de tais programas aumente a propensão de inclusão financeira, via acesso, reduzindo a população não-bancarizada. No entanto, desta relação emerge a segunda hipótese de pesquisa que norteia esta dissertação: prover acesso ao setor financeiro não garante inclusão plena no sistema financeiro.

Portanto, o objetivo geral desta pesquisa é avaliar o impacto das políticas sociais sobre o acesso a serviços financeiros, bem como sobre o uso e as condições com as quais os domicílios brasileiros se defrontam. De forma específica, objetiva-se avaliar o nível de acesso e de uso dos serviços financeiros nos domicílios brasileiros mediante participação ou não nos programas supracitados controlando este resultado por características regionais, sociodemográficas e econômicas dos domicílios, utilizando os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar, POF 2017-2018. Os dados da POF são o insumo usado na construção e estimação de um modelo de efeito de tratamento que utilizará um estimador AIPW – Augmented inverse propensity weighted.

Esta obra está dividida em 6 capítulos. Além desta breve introdução, o capítulo 2 se dedica a conceituar o processo de cidadania financeira e estabelecer a base teórica com a qual os resultados dialogarão futuramente; o capítulo 3 tem o intuito de fornecer ao leitor um panorama empírico e recente acerca da temática deste trabalho e demais questões que a circundam.

O quarto capítulo contém as estratégias empíricas do trabalho, enquanto o seu sucessor, o quinto capítulo, é destinado a apresentar os resultados e, por fim; o sexto capítulo desta dissertação tem o objetivo de sintetizar todos os resultados encontrados e expor a conclusão desta dissertação.

2. O processo de Inclusão Financeira, suas barreiras e as políticas sociais como mecanismo acelerador.

Leyshon e Trift (1995) definiram exclusão financeira como o processo pelo qual pessoas de níveis de renda baixo, e até mesmo moderado, são diretamente ou indiretamente excluídos do sistema financeiro formal. E, dessa forma, são impedidos de acessar os serviços comuns no varejo bancário.

A exclusão emerge como uma temática de relevância devido a observação do fluxo de capitais entre regiões pobres e ricas perante a anunciação de uma crise econômica. Em meio a ruídos, informações distorcidas e profecias autorrealizáveis a indústria de serviços financeiros começa a buscar mercados mais seguros. Este processo, por sua vez, tende causar discriminação a favor de grupos mais influentes e poderosos. Inclusive, observou-se que o resultado de tal processo possui impactos geográficos diferenciados e potencial para levar o desenvolvimento a ocorrer de forma desigual (LEYSHON E TRIFT; 1995).

Anderloni (2006) chama atenção para o caráter multidimensional da exclusão financeira. Desde então, a exclusão financeira começa a ser pensada como a incapacidade de acessar serviços financeiros de forma apropriada. Ao adotar esta definição, além de aspectos físicos e geográficos, outros problemas de acesso, bem como as condições de acesso, preços, marketing e autoexclusão passam a ser considerados como condicionantes do processo de exclusão financeira.

Adotando tal definição podemos nos atentar para circunstâncias que vão além da falta de acesso a serviços financeiros como, por exemplo, a aderência dos serviços oferecidos a necessidade do contratante. Além disso, tal definição vincula a situação a várias realidades, individuais ou coletivas, que levam a exclusão. Assim, o problema pode ser observado pelo lado da oferta assim como pelo lado das barreiras impostas pelo lado da demanda, tal como nível de escolaridade e conhecimento financeiro (ANDERLONI, 2006).

A partir desta reflexão, o conceito de cidadania financeira começa a tomar forma. Para Leyshon e Trift (1995) o grau de cidadania financeira de um indivíduo é mensurado de acordo com a intensidade da exclusão infligida sobre ele, sendo possível classificar os cidadãos de acordo com o grau de sua inclusão financeira.

Dessa forma, em primeiro lugar estariam indivíduos que gozam de plena cidadania financeira, a quem é concedido acesso amplo e irrestrito a serviços financeiros, e são beneficiados por poder usufruir do sistema de modo a preservar e aumentar suas riquezas. A partir daí é possível distinguir

entre dois grupos de indivíduos que sofrem exclusão financeira. Aos não bancarizados (“unbanked”), é acometida a exclusão total, na qual o indivíduo não possui acesso ao mercado financeiro formal porque lhe foi negado ou assim, por ele, foi escolhido. Além deles, existem cidadãos que possuem acesso ao mercado, mas que, no entanto, não lhes são oferecidos serviços condizentes a sua realidade, ou, no pior dos casos, o seu relacionamento com o setor financeiro acontece sob condição tão exploratórias que, ainda assim, deve ser considerado um indivíduo excluído do ponto de vista financeiro. Esses indivíduos, compõem o grupo de indivíduos sub-bancarizados (“underbanked”) (ANDERLONI, 2006; DYMSKI, 2010).

De acordo com a bibliografia levantada, os fatores determinantes que acometem desbancarizados e sub-bancarizados são os mesmos e podem ser separados em quatro pilares: Econômico, social, demográfico e geográficos; conforme sintetizado pelo quadro abaixo:

Quadro 1: Fatores determinantes da não bancarização e da sub-bancarização

Fatores econômicos	Baixa renda, desemprego, não ter um imóvel próprio
Fatores sociais	Grau de instrução formal, famílias monoparentais (sobretudo chefiadas por mulheres), acesso à internet, imigrantes (principalmente em situação irregular), tamanho do domicílio.
Fatores Demográficos	Idade (Jovens e Idosos apresentam maior probabilidade de serem desbancarizados), gênero, cidadãos não brancos, estrangeiro.
Fatores Geográficos	Região, concentração espacial de agências e postos de atendimento.

Fonte: Elaborado pelo autor baseado em: Fernández-Olit *et al*, (2018); FDIC, (2014); Anderloni *et al.*, (2007); Devlin, (2005), Karp e Boyd, (2015) e Leyshon, (2009).

Tratando dos fatores econômicos, indivíduos que habitam a base da pirâmide de renda, e, portanto, justamente a população que se caracteriza como elegível para os programas sociais

abordados aqui, estão mais propensos a serem participantes do grupo de não bancarizados e sub-bancarizados, Além disso são indivíduos que estão mais propensos a serem excluídos: cidadãos de baixa escolaridade, famílias monoparentais, portadores de alguma desabilidade, domicílios populosos, excluídos digitalmente, etc.. Já como determinantes demográficos, jovens e idosos apresentam maior propensão a exclusão financeira tal como cidadãos não brancos, estrangeiros e os não residentes no meio urbano.

No entanto, o “fator percepção”, definido por Fernández-Olit *et al* (2018); que aparece implícito, abarca uma série de características de indivíduos e domicílios que também são importantes para a determinação do seu grau de inclusão financeira. De forma que, o principal determinante é nível de educação financeira ou, *financial literacy*, que muitas vezes impede que se perceba a importância de acesso ao sistema e faça com que não seja possível a comparação entre taxas de serviços, custo de crédito e até mesmo o tratamento recebido (FERNÁNDEZ-OLIT; PAREDES-GÁZQUEZ; DE LA CUESTA-GONZÁLEZ, 2018).

Os relatos apresentados até aqui nesta seção focam em países desenvolvidos onde a literatura a respeito do tema é mais desenvolvida e as bases de dados são mais consolidadas. Portanto, ter cidadãos excluídos financeiramente não é uma patologia exclusiva de economias em desenvolvimento. Esse fenômeno social-financeiro também pode ser observado em economias com altos índices de renda *per capita* e riqueza, onde, assim como em países em desenvolvimento, as minorias têm maior probabilidade de ter solicitações de serviços financeiros, sobretudo crédito, negadas (DYMSKI, 2003). Ou seja, para que exista exclusão financeira, basta existir algum tipo de desigualdade.

Esperava-se que as reformas realizadas na década de 1980 e 1990, pautadas na teoria da liberalização financeira, na maioria das economias ao redor do mundo, trariam consigo o aumento na demanda por serviços financeiros formais como, empréstimos, serviços de pagamento, poupança etc. No entanto o nível de acesso e uso de serviços financeiros permanece aquém do esperado. (ARUN; KAMATH, 2015).

Embora o fornecimento de serviços financeiros deva ser visto como ponto de partida, dentro de uma nova perspectiva, quando orientada pelo lado da demanda, a cidadania financeira deve ser pensada como um processo de extensão de serviços financeiros de forma que àqueles que anteriormente excluídos possam utiliza-los de forma segura, conveniente e sem grandes encargos financeiros. Ou seja, cidadania financeira é muito mais do que bancarizar os

desbancarizados, e, inclui acesso a operações de crédito, poupança e seguros que vão de encontro com a necessidade dos mais pobres (ARUN; KAMATH, 2015).

2.1. As barreiras impostas ao processo de inclusão financeira

Barreiras ao processo de inclusão financeira podem ser verificadas pelo lado da demanda e pelo lado da oferta. No entanto, antes de adentrarmos a esta discussão, é necessário formalizar de forma clara a natureza dessas barreiras tanto na perspectiva da demanda quanto na perspectiva da oferta. Para tanto, retomamos Beck e De La Torre (2006), responsáveis por diferenciar os fatores que influenciam a demanda de serviços financeiros como econômicos e não econômicos. Dito isso, temos que preço e nível de renda de domicílios e indivíduos são os facilmente identificados como os fatores econômicos que influenciam a demanda por serviços financeiros formais. Portanto, o aumento no desenvolvimento e na renda *per capita* implicam nas necessidades de versões mais sofisticadas de tais serviços

No entanto, a demanda, não é induzida apenas por fatores socioeconômicos, como o preço e o nível de renda, mas também por fatores socioculturais. Ou seja, a demanda potencial de serviços financeiros pode ser consideravelmente menor quando são considerados características individuais, como etnia, educação, idade e etc. (BECK; DE LA TORRE, 2005).

Sendo assim, diante uma perspectiva pelo lado da demanda, os fatores econômicos associados a uma maior participação no grupo dos excluídos, como desbancarizados ou sub-bancarizados, são a baixa renda, desemprego, o nível de riqueza e o nível educacional (RHINE and GREENE 2006, 2013; CAMPBELL *et al.* 2012). A tabela abaixo descreve os mecanismos por trás desses determinantes e, a seguir, se dá continuidade a descrição dos mecanismos que impedem, pelo lado da demanda, o desenvolvimento do processo de inclusão financeira.

Quadro 2: Fatores relacionados a demanda que dificultam o relacionamento dos indivíduos com o sistema financeiro

Fatores associados a demanda	Possíveis causas
Crença de que os bancos não foram feitos para pobres/ baixa autoestima	O setor financeiro tradicional não tem foco em clientes de baixa renda. Quando o procuram, não recebem tratamento adequado, sentindo-se discriminados
Medo de perder o controle financeiro	A baixa educação financeira associa-se à complexidade e ao elevado preço dos produtos e serviços
Falta de confiança no sistema financeiro	Medo da quebra do sistema
Preocupação com os custos	Os clientes temem que os custos possam ser muito altos ou, até mesmo, não totalmente informados
Busca por outras fontes (parentes, setor informal)	A obtenção de serviços de maneira informal pode ser mais facilmente obtida, porém, custos (e riscos) tendem a ser bastante elevados
Fatores culturais	Autoexclusão
Religião	Autoexclusão
Contrariedade quanto ao uso	Autoexclusão
Más experiências no passado	prejudicados por essa experiência, indivíduos se autoexcluem
Medo de confiscos	Medo de que o banco se apodere de seu dinheiro

Fonte: Elaboração própria com base em Lana (2015)

Fatores estruturais ligados às condições socioeconômicas dos indivíduos acabam por contribuir também para o aumento das barreiras a demanda por serviços financeiros. Muitas mulheres, por exemplo, apresentam forte relação de dependência com seus maridos não participando de importantes decisões financeiras do domicílio. Além disso as oportunidades educacionais, e profissionais fora do domicílio são limitadas, assim como a posse de ativos financeiros. Em virtude desta situação a diferença de inclusão financeira entre os gêneros é de 18 pontos percentuais, em mercados desenvolvidos a favor de indivíduos do sexo masculino (DEMIRGUC-KUNT *et al.*, 2015; HOLLOWAY; NIAZI; ROUSE, 2017).

A condução da política de vendas e o direcionamento de campanhas publicitárias das instituições financeiras, excluem segmentos “arriscados” da sociedade e, por isso, são fatores que devem ser consideradas como barreira a oferta e à efetivação da demanda de serviços financeiros.

“Arriscados” neste caso, são indivíduos não brancos, com baixo nível de renda, com pouca instrução e com residência em áreas periféricas, ou no meio rural (ANDERLONI, 2006).

Não só o conhecimento formal, traduzido em anos de estudo, mas o conhecimento específico de finanças e o mínimo de familiaridade com educação financeira são necessários para que o indivíduo de fato procure por serviços financeiros e não fique ilhado no grupo dos sub-bancarizados (ALLEN *et al.*, 2012; GROHMANN; KLÜHS; MENKHOFF, 2018). Ainda assim, o nível de conhecimento formal é uma variável importante para a determinação do nível de cidadania financeira de um indivíduo, ou se um domicílio. Uma vez que é uma variável frequentemente utilizada como *proxy* para educação financeira e é possível observar ao redor do mundo que cidadãos com boa formação educacional apresentam maior nível de inclusão financeira. (ALLEN *et al.*, 2012; MARTÍNEZ, CARMEN HOYO, HIDALGO, HIMENA PENA AND TUESTA, 2016).

A autoexclusão é uma barreira que se torna verificável muitas vezes porque o indivíduo não confia no setor bancário, sente medo de ser rejeitado pela instituições e por fim acaba preferindo recorrer ao setor financeiro informal (MARTÍNEZ, CARMEN HOYO, HIDALGO, HIMENA PENA AND TUESTA, 2016). O que remonta diretamente a fatores que são ligados à sua percepção individual, que por sua vez, está relacionada com o baixo nível de conhecimento de finanças.

É possível observar menores níveis de inclusão financeira ao longo de grupos étnicos. Pessoas não brancas apresentam uma probabilidade consideravelmente maior de estarem situadas a margem do sistema financeiro do que seus pares de outros grupos étnicos (OMRAN, 2018). Por outro lado, não fica claro se a razão de tal exclusão se dá pelo lado da demanda ou se é uma questão que deve ser atribuída a oferta de serviços padronizados para abarcar apenas indivíduos e famílias com determinado perfil socioeconômico.

Diante de uma perspectiva criada pelo lado da oferta, as barreiras impostas, consistentemente justificadas pelos custos de transação, se materializam de forma mais corriqueira como uma seletiva exclusão geográfica. Que, conforme visto em Leyshon (2009, o estabelecimento de agências bancárias, e, portanto, o provimento físico de serviços, se dá em áreas urbanas, não periféricas e em regiões geográficas com maior crescimento econômico. Beck *et al* (2007), por sua vez, considerando a capilaridade do sistema bancário, identifica como barreiras a oferta a qualidade do ambiente institucional, o custo de estabelecer contratos e o nível de controle governamental de empreendimentos bancários. Ou seja, a capilaridade seletiva, e, portanto, a oferta seletiva do

sistema bancário exclui geograficamente um grande contingente de potenciais usuários em virtude do seu local de moradia e nível de renda.

De fato, a rede física de acesso a serviços financeiros, é fator determinante para a provisão de serviços bancários. Não só a provisão, sob uma ótica binária, mas também sob uma perspectiva mais qualitativa. Uma rede de agências complexa reduz a distância entre uma agência e outra e consumidores, e, portanto, reduz o custo de adquirir informações pessoais a respeito dos tomadores de crédito. Tal realidade permite que as agências enxerguem mais claramente esses demandantes de crédito, antes opacos, como por exemplo, pequenas e novas empresas e famílias de baixa renda, tornando-os elegíveis a efetivação da sua demanda por serviços financeiros (MARTIN-OLIVER, 2018).

Quadro 3: Fatores relacionados a oferta que dificultam o relacionamento dos indivíduos com o sistema financeiro

Fatores associados a oferta	Possíveis causas
Aspectos geográficos	Localização de boa parte das instituições em áreas de maior renda per capita cria barreira adicional a moradores de áreas periféricas e rurais
Avaliação de risco	Metodologias de risco tendem a excluir pessoas não lucrativas e/ou tidas como de risco para o sistema financeiro
Preço	Altas taxas e custos dos produtos desencorajam ou podem gerar prejuízos para clientes de baixa renda. ¹
Desenho e forma de entrega de produtos	Criação de pacotes e produtos atrelados tendem a excluir diversos perfis de clientes, especialmente os de baixa renda
Complexidade para a escolha	A complexidade dificulta acesso, já que boa parte da população tem baixo nível de educação financeira
Marketing	Tradicionalmente, o sistema financeiro foca sua divulgação na busca de clientes mais rentáveis ²

Fonte: Elaboração própria com base em Lana (2015), Martínez *et al.* (2016); Arestis, Demetriades (2016); Martin-Oliver (2018).

¹ Atualmente, há políticas públicas de inclusão que reduzem ou até mesmo eliminam impostos e taxas para produtos destinados a pessoas de baixa renda (LANA, 2015)

² Recentemente, instituições financeiras têm identificado e apostado em segmentos compostos, essencialmente, por pessoas de baixa renda, mas lucrativos (LANA, 2015).

As restrições de oferta se materializam em virtude de assunções idealistas tais como informação perfeita, que acabam por subestimar a natureza desafiadora das diferentes estruturas legais e institucionais dos países (ARESTIS; DEMETRIADES, 2016). Essa percepção rompe com a vertente de pensamento onde a maioria das ações de inclusão financeira são conduzidas pela oferta desses serviços. Enquanto as restrições de oferta ofuscam o processo de inclusão financeira, as barreiras impostas a demanda, quando derrubadas, possuem um potencial muito maior de induzir famílias e indivíduos ao uso de serviços financeiros formais. (KUMAR; PAL; PAL, 2019).

Considerando todos os fatores que permeiam a dimensão da demanda por serviços financeiros, existem duas forças capazes de acelerar o processo de cidadania financeira. A primeira delas, a tecnologia tem se mostrado com um grande aliado na luta contra a exclusão financeira. A outra, são as políticas sociais, principalmente as de transferências de renda.

A tecnologia possui potencial para contornar diversos problemas como, pouca educação financeira, receio de procurar uma agência bancária, o inconveniente horário do expediente bancário, e esses são só alguns. Além disso, mediante a implementação em grande escala o volume de transações financeira aumenta e os custos de transação são reduzidos. Diante desse cenário, a agenda da inclusão financeira pode representar uma grande oportunidade para os bancos caso sejam capazes de fornecer transações pequenas a baixo custo e transpor barreiras geográficas. Teoricamente o uso intensivo de tecnologia pelo setor bancário deveria trazer consigo, acesso universal permitindo que os usuários acessem muitos serviços de qualquer lugar do mundo, redução de custos mediante a redes de agências cada vez mais enxutas e melhorias de produtos e serviços (KOPPISETTY, 2016).

A outra força com elevado potencial de promoção da cidadania financeira são as políticas sociais de transferência de renda que miram a população de baixa renda. Tais programas são responsáveis por colocar em contato com o ambiente bancário e financeiro indivíduos que anteriormente sequer haviam pisado em uma agência bancária ou haviam pensado em ser detentores de uma conta corrente. Além disso, ao ter sua renda incrementada os beneficiários dos programas se tornam elegíveis a operações de crédito. O Programa Bolsa Família, em particular, foi alvo de diversos estudos que tratavam do tema e, de fato, os beneficiários do programa, quando comparados a outros indivíduos, com características semelhantes, mas que não eram beneficiários, possuíam uma probabilidade consideravelmente maior de estarem incluídos no setor financeiro formal (NERI, 2014 ; LANA, 2015.)

A respeito do BPC, até o presente momento não foram encontrados estudos que sistematizam de forma direta a relação do programa com o processo de inclusão financeira ou, com o nível de cidadania financeira de seus beneficiários. No entanto a cobertura do programa tem se tornado maior a cada ano, e, em conjunto com PBF, o BPC é o segundo pilar da assistência social brasileira. Os programas beneficiam populações distintas no que se refere ao mercado de trabalho. Os beneficiários do BPC são a população reconhecidamente impossibilitada, temporária ou definitivamente, de sobreviverem com recursos advindos do seu trabalho. Já o PBF, alcança famílias cujos membros estão em idade economicamente ativa e podendo ou não participar do mercado de trabalho, mas são acometidos a severa pobreza (JACCOUD, 2009).

Ou seja, dado o exposto anteriormente é possível sugerir que, diante do panteão da seguridade social brasileira, devido ao foco de cada um dos dois programas, pode-se considerar que existe entre eles uma relação de complementariedade. Dessa forma, nos domicílios de baixa renda onde o BPC se faz ausente, o PBF se apresenta como responsável por garantir melhores condições de vida e vice versa. Diante disso, a seção a seguir se dedica a discutir algumas especificidades dos dois programas bem como seus mecanismos aceleradores da inclusão financeiras.

2.2. Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e os mecanismos aceleradores da inclusão financeira

Em outubro de 2003, mediante a unificação de todos os programas de transferência em vigor, criou-se o Programa Bolsa Família. Dessa forma, o PBF, é um marco importante no desenho de políticas públicas de transferência de renda e combate à pobreza pois, de acordo com Lana (2015), diferente dos outros ensaios, o programa nasce do amadurecimento de muitas experiências pregressas, sob coordenação nacional e, principalmente, com amplo respaldo da sociedade.

Durante a sua criação, o governo definiu meta de alcançar 11 milhões de famílias, o que ocorreu em 2006. De acordo com Cunha (2018), a aposta do governo era que o incremento financeiro permitiria a construção de ativos pelos beneficiários, o que seria responsável, posteriormente pela sua saída do programa. O PBF foi inovador no plano das políticas sociais vinculação do benefício ao nome das mulheres:

Este procedimento remete as experiencias internacionais de microcrédito, em que as mulheres são um público preferencial. O que é apontado como papel desempenhado por elas no âmbito doméstico – postura e condutas na gestão do dinheiro – aparece também no discurso da inclusão financeira, fazendo delas

clientes preferenciais ao lado de jovens e imigrantes, “setores da população em que os maiores ganhos podem ser produzidos” e cuja inclusão deve ser acompanhada de ações de educação e de proteção ao consumidor (CUNHA, 2018, p.596).

Além disso, o recebimento de recursos por meio do sistema bancário é responsável por fomentar uma nova forma de relacionamento dos beneficiários, que pode representar oportunidades, por meio de mais acesso e apresentação de outros produtos serviços financeiros, ou riscos, por seu mau uso (LANA, 2015). O programa, atualmente, conta com duas regras de elegibilidade, sendo abarcadas todas as famílias com renda per capita de até R\$ 89,00/mensais e as famílias com renda entre R\$ 89,00/mensais e R\$ 178,00/mensais, desde que tenham crianças, adolescentes de 0 a 17 anos de idade, gestantes e nutrízes.

Já o Benefício de Prestação Continuada (BPC) possui suas raízes no Renda Mensal Vitalícia (RMV), que, na década de 1970, assistia pessoa idosas e portadores de deficiência de baixa renda. Abarcado pela Previdência Social, o quadro de beneficiários do RMV foi consideravelmente ampliado no período 1975-1983, até que, em virtude de restrições orçamentárias, percebeu-se a importância de um orçamento específico fora do âmbito da Previdência Social. Assim, a partir da constituição de 1988 e da aplicação da Lei Orgânica de Assistência Social de 1993 (LOAS), os benefícios de natureza assistencial passaram a ser custeados pelo Tesouro Nacional. Com isso, passaram a ser denominados de Benefícios de Prestação Continuada (BPC), incorporando além do RMV, as Pensões Mensais Vitalícias (PMV) e os amparos assistenciais.

Dito isso, é importante que se diferencie a aposentadoria do Benefício de Prestação Continuada. Diferente da aposentadoria, ligada a Previdência Social, que se mantém organizada sob a base de contribuição de empregados e empregadores e garante proteção a riscos sociais para aqueles que dispõem de contratos formais de trabalho, o BPC emerge da constituição de 1988 como uma segunda garantia de renda e é vinculada a seguridade social (JACCOUD, 2009).

O programa possui natureza não contributiva e visa a proteção idosos e deficientes, em situação de pobreza ou extrema pobreza. Atualmente o BPC garante uma renda de solidariedade nacional através do pagamento de um benefício mensal de 1 salário-mínimo pago a pessoas idosas com 65 anos de idade, ou mais, que possuam renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo vigente. Além de idosos, são amparados os portadores de deficiência incapazes de trabalhar e de levar uma vida independente que possuam renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{4}$ do salário mínimo vigente (JACCOUD, 2009; PAULO, 2014).

Ou seja, o BPC estende a uma parcela consideravelmente excluída socialmente os elementos de proteção social. Contudo, durante o levantamento bibliográfico realizado para a construção desta obra, não foram encontrados trabalhos dedicados a avaliar o impacto do BPC sobre a inclusão financeira. Ainda assim, em grande medida, os mecanismos de impacto sobre a inclusão financeira do BPC seguem a mesma lógica do PBF. O recebimento via sistema bancário dos recursos financeiro expõe os beneficiários a oportunidades de aquisição e contratação de serviços financeiros que antes não se apresentavam para este indivíduo.

Tamanha é importância dos programas de transferência de renda, tais como Bolsa Família e BPC, que a sua concessão, sobretudo a partir do primeiro mandato do presidente Lula, contribuiu para a formação de um mercado financeiro para os pobres (CUNHA, 2018). A formação deste mercado foi possível graças aos mecanismos aceleradores abarcados por estes programas, e, antes de finalizar esta subseção e adentrarmos no mercado financeiro dos pobres, tais mecanismos serão formalizados.

No Brasil, há evidente associação entre pobreza e falta de acesso a produtos e serviços financeiros (LANA, 2015). Portanto, o primeiro mecanismo destes programas é o aumento da renda *per capita*. O PBF além de garantir um valor fixo, concede incrementos para cada criança e adolescente dos domicílios e o BPC concede um salário mínimo de forma vitalícia para cada um dos seus beneficiários. Ou seja, os dois programas atuam diretamente sobre a barreira imposta pela insuficiência de renda e, sua focalização nos grupos mais excluídos da sociedade os torna mais elegíveis a participação no sistema financeiro formal. E, além disso, o BPC conta com o provimento de um volume de recursos consideravelmente, concedendo ao programa um potencial ainda maior de bancarização.

No entanto, conforme observado por Beck e De La Torre (2006), e, explicitado acima, fatores sociais e culturais podem prejudicar a efetivação da demanda, mesmo mediante o aumento de renda. É por isso que a forma de concessão dos benefícios de cada um dos programas é tão importante e deve ser considerada dentro deste contexto. O recebimento do Bolsa Família se dá através de um cartão magnético fornecido pela Caixa Econômica Federal e seus beneficiários podem aderir a uma conta simplificada que pode ser aberta em agência, casas lotéricas e correspondentes bancários. Essa conta possui movimentações limitadas a R\$ 3.000,00/mês e possibilita compras, depósitos, saldo e transferências.

Já o Benefício de Prestação Continuada é fornecido por uma conta corrente em uma instituição bancária e isso faz com que, um contingente muito grande de excluído passe a ter relacionamento direto com o sistema financeiro formal. Além disso, os beneficiários do BPC são elegíveis ao crédito consignado torna os beneficiários do programa mais propensos a usar o sistema financeiro.

Ou seja, além do choque de renda tornar os beneficiários elegíveis a determinados produtos e serviços financeiros, a forma de concessão promove a interface dos cidadãos com o mercado financeiro formal e atua diretamente sobre as barreiras sociais, culturais e diminuindo ainda os riscos da autoexclusão.

2.3. Transferência de renda e a criação de um mercado financeiro para os pobres no Brasil

A trajetória da criação de um mercado financeiro direcionado para os pobres se intensificou no primeiro mandato do presidente Lula, que, mesmo com a manutenção da política econômica do governo anterior, passa a entender o conceito de acesso ao crédito em um sentido mais amplo (CUNHA, 2018). A bancarização e a concessão indistinta de crédito para produção e consumo à base da pirâmide social brasileira foi acompanhada pelo aumento da rede de correspondentes bancários da Caixa Econômica Federal, via Caixa Aqui, e do Banco do Brasil via Banco Popular do Brasil. O governo lançou formalmente o “Pacote do Microcrédito”, que consistia em um conjunto de medidas com o objetivo de ampliar a oferta de serviços financeiros a população de baixa renda (BARONE; SADER, 2008).

O pacote possuía três pilares centrais: a abertura de contas simplificadas, e, portanto, bancarização; estímulo à oferta de crédito por meio da destinação de parte dos recursos do recolhimento compulsório sobre os depósitos à vista; e a formação de cooperativas de crédito de livre associação. De fato, o pacote alcançou êxito em promover o acesso a serviços financeiros entre a população de baixa renda (BARONE; SADER, 2008; SERPA, 2008).

Na sua época de criação, os correspondentes foram considerados como inovações bancárias por terem conseguido reduzir custos e diminuir a necessidade de escala no processo de oferta dos produtos e serviços financeiros, o que aumentaria o acesso a esses serviços por parte da população. Assim, embora o público atendido pelos correspondentes não seja necessariamente o mesmo atendido pelas agências, existe uma relação de substituição das tradicionais agências pelos “inovadores” correspondentes bancários (LOUREIRO; ABREU, 2016)

Tais medidas foram responsáveis por tornar o setor financeiro mais propenso a absorver o público de baixa renda e, aliado a este processo, o acesso aos programas federais de transferência de renda, também destinados ao contingente mais pobre da população, significou concomitante acesso ao mercado financeiro formal por este público. A forma centralizada de gestão do Programa Bolsa Família, o bom uso dos recursos fornecidos pela tecnologia bancária e o aumento de renda em função do benefícios, proporcionou a criação de um mercado financeiro para os pobres via aumento da bancarização (CUNHA, 2018).

Dessa forma, a inovação regulatória que criou os correspondentes bancários contribuiu para que o setor bancário, teoricamente, se tornasse mais robusto, e, portanto, capaz de absorver os novos usuários à medida que as barreiras geográficas a oferta fossem reduzidas. Loureiro *et al* (2016), corroboram essa tese ao identificar que a expansão do número de pessoas recebendo benefícios governamentais, não só o Bolsa Família, é um dos fatores que justificaram a presença dos correspondentes bancários em conjunto com o surgimento do crédito consignado.

E, de fato, no Brasil, nas duas últimas décadas, instituições bancárias perceberam nas famílias ganhos em potencial em virtude de um novo contexto econômico. A flexibilização regulatória ocorrida nos anos 2000, que permitiu o empréstimo consignado³ a trabalhadores formais e aposentados, em conjunto com a expansão do crédito imobiliário direcionado quando combinados com a propícia estabilidade de preços de bens industriais de consumo popular, fomentaram o poder de compra das famílias e impulsionaram o modelo de crescimento caracterizado pelo consumo das massas (VAZ; HOFFMAN, 2020)).

Aos beneficiários do BPC, ora consumidores possíveis, ou não, satisfeitos ou não, mas sempre com proventos baixos e, muitas vezes com o ônus de sustento de suas famílias, foram agraciados com a elegibilidade a linhas de crédito consignado a partir de 2018 mediante o projeto de lei 2069/11. No entanto, agraciados não é o termo correto para Motta (2013), uma vez que, de acordo com a autora, para muitos daqueles que tiveram acesso a este recurso, o arrependimento, pelas dificuldades e impasses encontrados, se faz presente.

Dito isso, dentro deste modelo de expansão do consumo das massas, ocorre o que foi observado por Trumbull (2012). Para o autor, a materialização da inclusão financeira como concessão e

³ É um contrato de crédito pessoal, de prestações sucessivas, em que o devedor, admite que as prestações sejam descontadas diretamente dos seus subsídios (pelo órgão administrativo pagador que esteja vinculado) e remetidas diretamente à instituição financeira credora (bancos, cooperativas ou financeiras) (FURLAN, 2009).

ocorrência de crédito se desenvolve dentro de um contexto de severa fragilização ou suspensão de estruturas de proteção social, levando a uma compreensão do crédito como bem-estar. O equívoco de se confundir crédito com bem-estar ocorre em decorrência do nível intenso de informação positiva que alcança até as camadas populares mais pobres e menos informadas atendidas pelo BPC via remessa postal, telefonemas, e comerciais de TV que oferecem segurança, bem-estar e tranquilidade econômica para os mais velhos. Sendo assim, a apregoação do crédito consignado como uma solução natural e tranquila passa a ser vista pelos idosos como um porto seguro (MOTTA, 2013).

No entanto, mesmo com todos os avanços observados no setor financeiro formal, de acordo com Vaz e Hoffman (2020), em linhas gerais, o avanço nas condições de vida da população entre 2008 e 2017 foram, nas palavras dos autores, “tímidos”.

Tal evidência para o avanço da qualidade de vida da população brasileira corrobora a tese de que existiu um equívoco, ou, até mesmo, uma falha no processo de inclusão financeira no país. Embora o processo tenha logrado êxito em promover o acesso e a bancarização dos residentes da camada mais baixa da pirâmide de renda brasileira, o protagonismo das instituições de microcrédito e do microcrédito conferiu ao processo falta de sustentabilidade (SERPA, 2008)

Adicionalmente, faltou compreensão, ainda que de forma aparente do público alvo a ser atingido: Baixa renda, informal, baixa escolaridade e que sobrevivem, majoritariamente, de atividades de subsistência. A inclusão deste público-alvo não significa torna-los bancarizados estendendo-lhes linhas de crédito pessoal, como foi feito. Assim, a mera concessão de crédito para consumo, sem considerar as condições de acesso a tal linha crédito, apenas os incluirá na sociedade de consumo, mas não trará a este público, desenvolvimento (BARONE; SADER, 2008).

Dito isso, temos que o processo de bancarização das massas ocorreu em um contexto de desregulamentação do setor financeiro, via extensão do acesso ao setor financeiro formal e concessão indistinta de crédito. Uma vez que os avanços observados no bem-estar das famílias foram considerados insuficientes, é possível argumentar que a falta de protagonismo das condições de acesso e uso em todo o processo e o processo em si, contribuíram para a bancarização, ou seja, houve fomento do acesso e crédito passou a ser usado. Por outro lado, a condição exploratória contribuiu para a criação de um vasto contingente de sub-bancarizados. Ou seja, mesmo com a criação de um mercado financeiro para os pobres, este público permanece sem conseguir se valer de plena cidadania financeira.

3. Panorama empírico contemporâneo da inclusão financeira no Brasil e no mundo.

O capítulo anterior apresentou alguns aspectos conceituais e teóricos que circundam o processo de inclusão financeira. E, espera-se, que tenha ficado claro até aqui que as inovações regulatórias e tecnológicas vivenciadas pelo setor bancário, e os programas de transferência de renda que, contribuíram para a criação de um mercado financeiro para os pobres, formam um conjunto de condições necessárias, mas não suficientes para fomentar o processo de cidadania financeira.

Dessa forma, o presente capítulo, faz uma revisão de literatura com foco empírico e discute os demais fatores e determinantes capazes de atuar como redutores das barreiras impostas ao processo de inclusão financeiro. Bem como aqueles responsáveis por prejudicar o relacionamento dos cidadãos com o sistema financeiro.

Aumentar o acesso e o uso de serviços financeiros, bem como a qualidade de ambos, é essencial para que o crescimento econômico seja inclusivo e a pobreza seja reduzida. Os participantes do mercado financeiro formal são capazes de gerenciar riscos, começar ou investir em um negócio e financiar gastos como educação (HOLLOWAY; NIAZI; ROUSE, 2017).

Um sistema financeiro inclusivo é capaz de atuar como agente facilitador de práticas alocativas mais eficientes reduzindo, assim, o custo do capital. Adicionalmente, o acesso adequado a serviços financeiros pode melhorar consideravelmente o planejamento financeiro de empresas, famílias e agentes do setor público no seu dia a dia, além de reduzir a propensão do desenvolvimento de um mercado informal, e mais espoliativo, de crédito. Nesse aspecto, um mercado financeiro inclusivo reforça a eficiência e o bem estar na sociedade provendo meios seguros para poupança e investimento (SARMA; PAIS, 2008). Bold, Porteus e Rotman (2012) encontraram evidências de que a inclusão financeira ajudou melhorar o nível de inclusão social em diversas sociedades.

A discriminação, de qualquer tipo, prejudica tanto o indivíduo quanto a economia de um país. Ao negar pleno acesso a um cidadão, a instituição financeira, inclusive o impede de colher benefícios da política monetária em tempos de expansão. É o que foi observado por Beck *et al.* (2007), que, sob uma perspectiva macroeconômica, dá indícios de que perseguir metas agressivas de inclusão financeira poderiam mitigar os efeitos dos ciclos de desvantagem observados por Gurgel (2014).

De acordo com (BECK; DEMIRGUC-KUNT; MARTINEZ PERIA, 2007), estratégias relacionadas a inclusão financeira são capazes de facilitar o atingimento de metas

macroeconômicas como, por exemplo, crescimento do produto, redução da pobreza e desigualdade, bem como estabilidade de preços. Além disso, as perspectivas de crescimento sustentado são melhoradas.

Takyi e Leon-Gonzalez (2020), focando em países da África Subsaariana e valendo-se de um modelo DSGE Novo-Keynesiano, conseguiram encontrar tais evidências reafirmando a situação desvantajosa a qual cidadãos excluídos financeiramente estão submetidos. Além de prejudicar os canais de transmissão da política monetária, uma sociedade com um elevado contingente de cidadãos excluídos financeiramente é uma sociedade com um elevado número de cidadãos com pouca resiliência financeira. E, com isso, torna-se uma economia menos resiliente (HUSSAIN *et al.*, 2019).

Portanto, à medida que evidências positivas relacionando o aumento da inclusão de cidadãos, antes à margem do setor financeiro, com melhorias em indicadores sociais, emergiam da academia e o mercado tomava conhecimento, formuladores de políticas públicas ao redor do mundo abraçaram a nova agenda como um dos novos caminhos para o empoderamento econômico (OZILI, 2020).

Com isso, uma série de estudos empíricos podem ser encontrados na literatura abrangendo territórios diferentes, utilizando diversas metodologias e com vieses micro e macroeconômicos. Nevo *et al* (2016), Gurgel (2014), Beck *et al* (2007), Takyi e Leon-Gonzalez (2020), Sarma e Pais (2010), Leyshon e Trift (1995), Dymisky (2013), Anderloni (2006), Crocco (2013), Neri (2014), são exemplos de trabalhos que norteiam a construção desta pesquisa.

As evidências encontradas durante a revisão bibliográfica desta dissertação apontam que ser excluído financeiramente é a realidade de parcela significativa da população mais pobre do Brasil e do resto do mundo. Ainda que se consiga, de certa forma, fazer parte da população atendida pelo mercado financeiro, muitas vezes o custo de tal acesso é tão alto que seria melhor para o indivíduo ter permanecido à margem do sistema financeiro (DYMSKI; HERNANDEZ; MOHANTY, 2013). A manifestação desse tipo de exclusão é apontada por autores como Dymiski (2013), Anderloni (2006) e Crocco (2013).

Nevo *et al.* (2016) realizaram um estudo de cunho majoritariamente qualitativo via aplicação de questionários em Beer-Sheva, no sul de Israel, e encontraram quatro evidências de que devedores de baixa renda sofrem uma severa exclusão financeira. A primeira delas é a porcentagem de devedores na amostra em relação a proporção de devedores na população do país. Em segundo,

temos um elevado índice de adultos sem conta bancária ativa. Em terceiro lugar, observaram uma elevada proporção das dívidas em relação a renda total. Por fim, foi possível observar múltiplas fontes de débitos, sendo uma dessas fontes o mercado informal de crédito.

Em contraponto à teoria neoclássica, que atribui à irresponsabilidade financeira do indivíduo a culpa pelo seu nível de exclusão financeira e endividamento, Nevo *et al.* (2016) apontaram em seu estudo que apenas 2,3% dos cidadãos entrevistados estavam endividados por má gestão financeira. A grande maioria passava, no momento, por situações de fragilidade. E, ainda assim, tentavam incansavelmente entrar em acordo com seus credores, mesmo não obtendo sucesso. Ou seja, era necessário a substituição de uma dívida presente por uma dívida futura a qual mais juros incorreriam. E assim, o saldo da dívida continua sem garantia de ser extinguida via pagamento, relegando ao cidadão preso em tal processo a condição de excluído do sistema financeiro. A situação observada pelos autores indica que o processo de exclusão financeira é responsável por fazer com que os indivíduos subjugados por ele paguem mais caro por produtos financeiros.

Seguindo a mesma linha qualitativa de pesquisa, com foco para comunidades com grande vulnerabilidade social e econômica, Gurgel (2014) realizou um estudo etnográfico de perspectiva microeconômica em três localidades diferentes, sendo elas: A comunidade de Eastside em Riverside na Califórnia; na comunidade Vera Cruz/Taquaril, na região metropolitana de BH; e na cidade de Jordânia, situada na mesorregião do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais.

O foco dado a comunidades caracterizadas como, conforme observado por Leyshon e Trift (1995), Dymsky (2013), Anderloni (2006) a indústria bancária apresenta globalmente tendências a estabelecer seus canais de atendimento distante de comunidades carentes. E, de fato, as entrevistas realizadas sustentaram a concepção de que a exclusão financeira contribui para a existência do que nomeou como “ciclos de desvantagens” ao qual cidadãos em situação de vulnerabilidade são submetidos. E, a existência desses ciclos de desvantagens, torna aqueles por eles subjugados incapazes de superar crises e choques usuais sem que se endividem de forma permanente ou incorram em prejuízos contínuos (GURGEL, 2014).

Até aqui destacou-se a importância de fatores econômicos, tais como o nível de renda e a condição dos indivíduos perante o mercado de trabalho e geográficos, com destaque para as evidências que apontam o impacto negativo de morar em zonas rurais e periféricas sobre o nível de inclusão financeira. No entanto, para os fins deste trabalho, cabe também destacar as recentes

evidências empíricas das características demográficas e sociais, domiciliares e individuais, sobre o processo de inclusão financeira.

Ainda sem usar a mesma terminologia, os ciclos de desvantagem são observados também em Friedline *et al.* (2020), para quem evidências de julgamento preconceituoso e marginalização de raça e classe são identificadas como características sistêmicas da linha de frente do atendimento bancário em toda indústria financeira nos Estados Unidos. Esse comportamento, é, contudo, incentivado pelas instituições que instruem seus colaboradores a darem preferência a clientes ricos e brancos. Dessa forma, agências bancárias se tornam um ambiente espinhoso para pessoas pobres e não brancas, que tem, transações financeiras negadas e podem se deparar com solicitações de que excedem a política da instituição (FRIEDLINE *et al.*, 2020).

Além dessas duas características demográficas, o processo de inclusão financeira, assim como a inserção e remuneração no mercado de trabalho, também está sujeito às lacunas de gênero. A diferença entre homens e mulheres no acesso e no uso de serviços financeiros é observada na grande maioria dos 141 países abarcados pelo *Global Findex* com os homens sendo os maiores detentores de contas corrente, poupança, cartões de crédito e débito e os mais propensos a acessar o mercado de crédito (HOLLOWAY; NIAZI; ROUSE, 2017; MORSEY, 2020).

O nível de conhecimento financeiro formal também atua como fator determinante para o grau de cidadania financeira de um indivíduo e, as evidências empíricas por trás dessa afirmação vão além do acesso e tangenciam também a dimensão do uso. E, para efeitos de políticas, desenvolver o conhecimento financeiro dos cidadãos possui um efeito marginal considerável sobre o acesso de indivíduos posteriormente excluídos. No entanto, o efeito marginal sobre o uso se mostrou demasiadamente grande (GROHMANN; KLÜHS; MENKHOFF, 2018).

Por outro lado, reconhece-se a dificuldade de se obter variáveis relacionadas ao nível de conhecimento financeiro formal dos indivíduos. Diante desta realidade, o nível de instrução formal é reconhecido como uma boa *proxy* para esta variável e podemos assumir que quanto maior o grau de conhecimento formal de um indivíduo, mais alto também será o seu nível de conhecimento financeiro. Dessa forma, é possível observar ao redor do mundo que indivíduos com uma boa formação educacional possuem maior propensão ao acesso a serviços financeiros, bem como usá-los de forma adequada (ALLEN *et al.*, 2012; MARTÍNEZ, CARMEN HOYO, HIDALGO, HIMENA PENA AND TUESTA, 2016).

Embora as contribuições ao tema citadas até aqui tenham construído uma cadeia de evidências empíricas contundentes, sendo possível identificar causas e efeitos do processo de exclusão financeira, nenhuma delas aborda com profundidade o uso de serviços financeiros como visto em Fernández-Olit *et al.* (2016), que são responsáveis por começar a traçar o perfil do indivíduo sub-bancarizado.

Considerando canais de atendimento distantes da comunidade carente, sobretudo aquelas localizadas em regiões sistematicamente mais pobre, como é o caso do nordeste, os autores começam a pensar o processo exclusão financeira e social como duas faces da mesma moeda. Partindo deste pressuposto, Fernández-Olit *et al.* (2016), na Espanha, investigam a integração dos cidadãos em situação de vulnerabilidade com o sistema financeiro para além do acesso, tal como se propõe neste trabalho.

O número de indivíduos não bancarizados foi inferior a quantidade de indivíduos sub-bancarizados, que, por sua vez, é inferior total de indivíduos devidamente bancarizados. Isso indica que a maioria dos excluídos socialmente, na Espanha, possuem acesso a serviços financeiros. As evidências indicam, em primeiro lugar, que pessoas socialmente excluídas tendem a ser sub-bancarizadas, quando possuem insegurança no emprego (ou estão desempregadas ou participam do mercado informal). Em segundo, outra característica dos sub-bancarizados é que possuem baixo nível de renda e enfrentam privação de bem materiais básicos, tais como comida e energia elétrica. Por fim, pobreza material e monetária não foram fatores de risco significantes para que os indivíduos da amostra fossem caracterizados como não-bancarizados. Por outro lado, foram severamente significativos para considerá-lo sub-bancarizado (FERNÁNDEZ-OLIT, 2016).

Dessa forma, parece haver uma separação entre cidadania financeira e acesso a serviços financeiros, em que muitas pessoas possuem acesso deficitário devido a barreiras ao seu uso. Ou seja, a garantia de acesso a serviços financeiros não garante plena inclusão do cidadão no sistema financeiro formal, e, portanto, não garante total cidadania financeira (HOUSSAIN, 2019).

3.1. Evidencias empíricas para a exclusão financeira no Brasil: Desigualdade regional e transferência de renda.

A exclusão financeira no Brasil, assim como em outros países, assumiu um lugar de certo destaque na agenda dos formuladores de políticas. Nesse sentido, o Banco Central (2011), baseado em Sarma e Pais (2010), elaborou um índice de inclusão financeira que conta com 18 indicadores

agregados em três dimensões. Sendo elas, Acesso – Distribuição geográfica; Acesso – Disponibilidade Geográfica e Uso.

A construção do Índice de Inclusão Financeira - IIF do Banco Central (2011) possibilitou a apresentação formal da forte correlação entre inclusão financeira e indicadores de desenvolvimento humano no Brasil e em suas regiões. O resultado encontrado mostrou que é plausível pensar que um maior acesso a serviços financeiros cause um impacto positivo no desenvolvimento econômico de uma região, e, além disso, à medida que o IDH aumenta, mais serviços financeiros são demandados. Outro resultado interessante, é o aumento da relação entre IDH e IFF ao longo dos anos, sugerindo que desenvolvimento e inclusão financeira apresentam uma relação de dependência crescente ao longo do tempo (BCB, 2011).

Aparentemente a sociedade brasileira alcançou um nível alto de cidadãos com acesso ao mercado financeiro, sendo que 86,5% dos brasileiros em 2018 já possuíam conta corrente e 100% dos municípios contavam com algum canal de atendimento físico, de acordo com Banco Central do Brasil – BCB (2018). Porém, a incapacidade do sistema bancário em atender o território brasileiro, apontada por Crocco *et al* (2013), de certa forma ainda pode ser observada. Deve-se ter em mente que o maior contingente de beneficiários do PBF reside nas regiões norte e nordeste, ainda assim, são essas as regiões apontadas pelo Banco Central do Brasil em 2018, como as regiões com a menor inclusão financeira. Isso em um país onde 100% dos municípios contam com um ponto de atendimento físico. De fato, o custo tem sido apontado por alguns como uma grande barreira a entrada de forma que 58% dos não bancarizados não possuem conta em instituição financeira porque falta dinheiro ou porque consideram que o custo é alto, e ,60% dos adultos não bancarizados têm acesso tanto a celulares quanto a internet (percentagem notadamente mais alta que a global) (BCB, 2018). No entanto, ainda assim, de tais fatos emergem questionamentos a respeito da força inclusiva que tais políticas sociais tem, deixam de ter e ao que estão condicionadas.

Condições adequadas para poupança (na forma de depósitos à vista ou de aplicações mais arrojadas) e para contratação de crédito são as finalidades capazes de transformar a realidade de uma família. Contudo, os dados referentes a poupança e crédito mostram uma apropriação de benefícios do mercado financeiro muito maior por parte dos residentes no topo da pirâmide de renda brasileira (BCB, 2018).

Conforme observado por Leyshon e Trift (1995), Dymisky (2013), Anderloni (2006) a indústria bancária apresenta globalmente tendências a estabelecer seus canais de atendimento distante de

comunidades carentes. No Brasil, onde, apesar de bem desenvolvido, o sistema financeiro é altamente concentrado, BCB (2011) e Crocco (2013), exibem resultados indicando elevada disparidade inter-regional na inclusão financeira Brasil. Assim como nos demais indicadores de inclusão social, Sul e Sudeste apresentam melhores números seguidos pelo Centro Oeste ocupando regiões intermediárias e Norte e Nordeste com os piores resultados. Interessante ressaltar que tais resultados são obtidos anos depois do processo de criação de um mercado financeiro para os pobres ter sido intensificado, conforme discutido anteriormente.

Além disso, a desigualdade na inclusão financeira é passível de ser observada também em níveis intrarregionais, reforçando para o caso brasileiro a maior chance de inclusão no sistema de pessoas que moram fora de zonas rurais e periféricas. Neri (2014), observou, além da probabilidade de estar incluído no sistema financeiro ser menor para residentes do nordeste, que, se um cidadão reside em uma região periférica possui 29% a mais de probabilidade de estar excluído do mercado financeiro formal. O estudo também reforçou a relação forte entre pobreza e inclusão financeira, observada em outros países, desta vez no Brasil onde indivíduos com patrimônio abaixo de 10 mil reais possuem 69% de chance não gozarem de cidadania financeira.

Da forte relação da exclusão financeira com a pobreza, desigualdade de renda, inclusive ao longo do território, emergiram estudos questionando se um dos efeitos “colaterais” de programas sociais, como o PBF e o BPC, poderia ser a promoção da inclusão financeira do beneficiário. Bold *et al.* (2012) em um estudo que abrangeu Brasil, África do Sul, Colômbia e México, concluíram que o arranjo estrutural por trás do recebimento do benefício contribui para a potencial elevação de chances de uso de serviços financeiros.

Deus (2019), em uma investigação que percorreu os bairros de Mariana – MG, uma cidade que ocupou os principais postos do ranking de renda per capita do estado por muitos anos e, nos últimos 15 anos adquiriu ainda mais notoriedade em virtude da atividade mineradora ali desenvolvida, mas ainda assim apresenta indicadores sociais ruins, fornece para este trabalho insights interessantes.

O observado pela autora em Mariana – MG vai de encontro com o observado em outras experiências. O *logit* multinominal ordenado utilizado no referido trabalho revelou que, o uso e acesso a serviços financeiros apresentaram uma relação direta com o nível de renda dos indivíduos entrevistados, e, além disso, observou-se que os grupos mais excluídos do sistema financeiro formal são as mulheres, negros e indivíduos com baixa escolaridade. Assim, Mariana atualmente

é uma cidade com seu dinamismo econômico comprometido pelo rompimento de uma barragem, com famílias endividadas e pouco incluídas financeiramente.

Muitos trabalhos se debruçaram sobre as condições sociais, econômicas e políticas de acesso ao sistema financeiro. No entanto, poucos adentraram no terreno concernente a avaliação do uso do sistema financeiro formal, tornando, assim, empiricamente desconhecido os determinantes das condições em que acesso e uso se materializam. Esse trabalho busca aprofundar as questões já conhecidas e descobrir novos questionamentos que envolvem o acesso a serviços financeiros, aprofundar e enriquecer a literatura que trata do uso e trazer para a discussão acerca do tema as condições em que uso e acesso se manifestam.

4. METODOLOGIA

O objetivo deste trabalho é fazer avaliar o impacto das políticas públicas, Programa Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada, sobre um fenômeno independente que, no caso, é a inclusão financeira, valendo-se da Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF do IBGE. Por se tratar de dados observados, a estimação econométrica e todo o processo de inferência se tornam um grande desafio (CAMERON; TRIVEDI, 2005).

O desafio se tornaria consideravelmente menos sério caso estivéssemos lidando com experimentos sociais controlados com um desenho estatístico apropriado. No entanto, experimentos desta natureza, sobretudo de abrangência nacional, como o proposto por este trabalho, são financeiramente e operacionalmente proibitivos. Dessa forma, traçamos uma abordagem quase experimental fazendo uso de observações contrafactuais para conseguir avaliar o efeito das políticas supracitadas sobre a inclusão financeira por meio de modelos com efeitos de tratamento.

Os estimadores de efeitos de tratamento podem ser divididos em 5 categorias: estimadores baseados no modelo de resultado; estimadores baseados no modelo de tratamento; estimadores baseados no modelo de resultado e no modelo de tratamento; estimadores que pareiam covariáveis e, por fim, estimadores que pareiam as probabilidades de tratamento. Dentro de cada uma dessas categorias existe uma grande variedade de formas funcionais e modelos (STATACORP, 2013)

Dito isto, optou-se pelo *Augmented Inverse-Probability-Weighted Estimator* (Estimador Aumentado Ponderado Pela Probabilidade Inversa) que, por sua vez é um estimador capaz de combinar um modelo de resultado com modelo de tratamento. Por ser um estimador “*doubly robust*” (Duplamente Robusto) apenas um dos dois modelos precisa ser corretamente especificado para que o usuário obtenha estimativas consistentes em virtude da inclusão de um termo que corrige o problema da má especificação. No entanto, antes de adentrarmos na formalização técnica e teórica deste estimador precisamos percorrer suas raízes e compreender melhor os modelos com resultados potenciais (*Potential Outcome Models*) propostos por Rubin em 1974 e 1978.

4.1. Base de dados

A Pesquisa de Orçamento Familiar- POF é a principal fonte de dados para a realização deste trabalho. A POF é uma pesquisa que tem como unidade de investigação o domicílio e é realizada por amostragem. A pesquisa avalia as estruturas de consumo, gastos, rendimentos e parte da

variação patrimonial das famílias Brasileiras e, além da estrutura orçamentária, várias características do domicílio e das famílias que os compõem são investigadas. Os seus resultados possibilitam estudar a composição dos gastos das famílias considerando classes de rendimento, disparidades regionais e situações urbana e rural (IBGE, 2019).

Esta dissertação fará uso da POF 2017/2018⁴ publicada em 2019. O desenho atual da amostra da POF foi estruturado de tal modo que propicia a publicação de resultados nos seguintes níveis: Brasil, Grandes Regiões, e por situações urbana e rural. Ao todo foram entrevistados 57.920 domicílios (IBGE, 2019).

No entanto, ainda que de forma geral todos os domicílios façam parte da análise realizada por esta dissertação o foco é dado aos domicílios beneficiários do programa, sendo elegíveis ou não e aos domicílios não beneficiários, mas que preenchem os critérios de elegibilidade. Para tanto, serão exibidas a seguir duas tabelas contendo a quantidade de domicílios beneficiários e não beneficiários, elegíveis e não elegíveis aos dois programas tratados por esta obra. Deve-se ressaltar que, esta dissertação ao tratar da elegibilidade dos domicílios, faz referência apenas ao critério de renda. Sendo assim, tabela abaixo traz uma análise da focalização do Programa Bolsa Família.

Tabela 1: Focalização do Programa Bolsa Família

Renda	Taxa de Exclusão (erro de exclusão)	Taxa de inclusão (erro de inclusão)	Targeting de Inclusão	Targeting de Exclusão
R\$ 0,00 -R\$ 151,00	26,08%	15,54%	73,92%	84,46%

Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar – IBGE e elaborado pelo autor.

⁴ A POF 2017-2018 é a sexta edição da pesquisa realizada pelo IBGE sobre orçamentos familiares. As edições anteriores foram: o Estudo Nacional da Despesa Familiar - ENDEF 1974-1975, com âmbito territorial nacional, à exceção das áreas rurais das Regiões Norte e Centro-Oeste; a POF 1987-1988; a POF 1995-1996, POF 2002-2003 e a POF 2008-2009. As Pesquisas de Orçamentos Familiares dos anos 1980 e 1990 foram concebidas para atender, prioritariamente, à atualização das estruturas de consumo dos índices de preços ao consumidor produzidos pelo IBGE, sendo realizadas nas Regiões Metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, no Município de Goiânia, e no Distrito Federal. Além da realização em todo o território brasileiro, as POFs dos anos 2000 apresentam temas adicionais importantes em relação às anteriores em virtude da necessidade de informações detalhadas sobre as condições de vida a partir do consumo, especialmente das famílias de menor rendimento, razão pela qual incluiu-se no âmbito geográfico a área rural, e foram investigadas também as aquisições não monetárias IBGE(2020).

Mediante a análise da tabela acima, nota-se que o PBF atinge 73,92% dos domicílios elegíveis, deixando de fora 26,08% dos domicílios elegíveis, e, além disso, o programa apresenta um erro de inclusão que concede o benefício a 15,54% famílias que são beneficiárias, mas não são elegíveis.

Analogamente, a próxima tabela divide a base de dados da POF de acordo com a relação dos domicílios com o Benefício de Prestação continuada – BPC.

Tabela 2:Focalização do Benefício de Prestação Continuada

Renda	Taxa de Exclusão (erro de exclusão)	Taxa de inclusão (erro de inclusão)	Targeting de Inclusão	Targeting de Exclusão
R\$ 238,50	99,32%	3,87%	0,68%	96,13%

Fonte: Pesquisa de Orçamento Familiar – IBGE e elaborado pelo autor.

Para o BPC nota-se que grande parte dos domicílios elegíveis não é beneficiário do programa e, por outro lado, apenas 0,68% dos domicílios elegíveis são, de fato beneficiários, enquanto o programa apresenta um erro de inclusão de 3,87%.

Além de importante é necessário ressaltar que, o targeting para o BPC foi construído utilizando somente o critério “Renda” quando, na verdade, o programa possui outros critérios de elegibilidade, como por exemplo a idade do beneficiário ou se o mesmo possui alguma deficiência. Além disso, não faz parte do escopo desta dissertação avaliar a eficiência do sistema por trás dos dois programas em distinguir beneficiários de não beneficiários. Portanto, não será examinado aqui o contingente de domicílios beneficiários, mas sim o contingente de elegíveis aos dois programas, segundo critérios de renda. Isto posto, parte-se apenas do pressuposto de que elegível ou não, a renda concedida a essas famílias é capaz de elevar o seu bem estar e que a função de políticas sociais é abarcar o maior número possível de cidadãos.

Ainda assim, cabe destacar que a grande maioria dos domicílios não elegíveis, de fato, não são beneficiários, e, isso vale para os dois programas. Adicionalmente, pode-se perceber um elevado contingente de não beneficiários do BPC, mas que são elegíveis ao programa.

Além disso, espera-se evidenciar a dependência do processo de inclusão financeira e da determinação do nível de cidadania financeira de famílias e indivíduos da renda. Por conta desta relação, foram efetuados outros recortes na amostra de maneira que seja possível comparar resultados entre os modelos. A saber, além de selecionar os beneficiários de cada um dos programas os modelos incluíram, no grupo de controle, domicílios com renda per capita de R\$ 151,01 -R\$

R\$ 477,00, ½ salário vigente na época da pesquisa; R\$ 477,01 -R\$ R\$ 1130,00, mediana da renda per capita; R\$ 1821,00, média da renda per capita; e, por fim um modelo com todos os 57.920 domicílios da base de dados.

4.2. Modelos de efeitos de tratamento

Esta subseção tem o objetivo de apresentar o arcabouço metodológico utilizado, bem como alguns termos chave para a compreensão do método e dos resultados obtidos. O interesse é avaliar o nível de cidadania financeira mediante o recebimento de transferências monetárias pelos domicílios brasileiros beneficiários dos Programas Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada. Para tanto, a amostra é composta por beneficiários, formalmente denominados como tratados, e, do lado, os não beneficiários, que formam o grupo dos não tratados, ou dos contrafactuais.

4.2.1. “*Framework*” dos modelos de tratamento

É intuitivo que não observemos o mesmo domicílio nos dois grupos, e é por isso que a metodologia utilizada neste trabalho combina um modelo de resultado, responsável por computar o impacto que o tratamento, ou seja, o impacto do BPC e PBF sobre a variável de interesse, com um modelo de tratamento responsável por estimar o escore de propensão e assim sermos capazes de comparar os domicílios tratados com seus devidos contrafactuais.

O modelo especificado a seguir é o ponto de partida para o resto da discussão metodológica deste trabalho. O modelo descrito abaixo dispõe de y_i como variável de resultado observada, t_i é a variável de tratamento, sendo $t_0 = \text{não beneficiários}$ e $t_1 = \text{beneficiários}$, x_i é o vetor de covariáveis do modelo de resultado e z_i é o vetor de covariáveis do modelo de tratamento.

O modelo especifica que a variável de resultado observada y é y_0 quando $t = 0$ e y_1 quando $t = 1$. Matematicamente:

$$y = (1 - t) y_0 + t y_1 \quad (1)$$

As formas funcionais de y_0 e y_1 são:

$$y_0 = \beta_0 x' + \epsilon_0 \quad (2)$$

$$y_1 = \beta_1 x' + \epsilon_1 \quad (3)$$

Onde β_0 e β_1 são coeficientes a serem estimados e ϵ_0 e ϵ_1 são termos de erro não correlacionados com x ou w . O modelo é responsável por separar cada resultado potencial em um componente previsível, $x' \beta_1$, e em um termo de erro observável, ϵ_t .

O processo de tratamento associado é:

$$t = 1, \quad \text{se } \mathbf{z}'\gamma + \eta > 0 \quad (4)$$

$$t = 0, \quad \text{caso contrário} \quad (5)$$

Onde γ é um vetor de coeficientes e η é um termo de erro não correlacionado com \mathbf{x} ou \mathbf{z} . O efeito de tratamento responsável também é separado em um componente previsível, $\mathbf{z}'\gamma$, e em um termo de erro observável, η .

De acordo com Drukker, (2016) e Pinzón(2013), diante do uso de modelos com efeitos de tratamento, três parâmetros são utilizados para mensurar o efeito de um tratamento sobre uma variável de resposta: Efeito médio do tratamento (ATE), o efeito médio do tratamento no tratados (ATET) e o resultado potencial médio (POMs). Geralmente os avaliadores de políticas públicas estão interessados em uma, ou mais, das três medidas fornecida pelos modelos desta “família”, sendo elas:

1. POM – Resultado potencial médio (Potential outcome mean)

$$\alpha_t = E(y_t) \quad (6)$$

2. ATE - O efeito médio do tratamento na amostra (Average Treatment Effect)

$$\tau_t = E(y_1 - y_0) \quad (7)$$

3. ATET - O efeito médio do tratamento nos tratados (Average Treatment Effect on the treated)

$$\delta_t = E(y_1 - y_0 | t = 1) \quad (8)$$

Importante ressaltar que, embora \mathbf{x}_i e \mathbf{w}_i possam ter elementos em comum, não é obrigatório que isso aconteça. Além disso, mesmo que tenha sido usado, para fins didáticos uma forma funcional linear para o modelo de resultado, outras formas funcionais podem ser utilizadas (DRUKKER, 2016; PINZÓN, 2013). Importante estabelecer desde já que este trabalho se debruçará no resultado potencial médio (*Potential outcome mean*) dos programas sociais analisados sobre o nível de cidadania financeira dos domicílios brasileiros, uma vez que busca-se aqui uma análise comparativa de valores preditos.

4.2.2. Augmented Inverse-Probability-Weighted Estimator (AIPW)

O problema central na avaliação de impacto de políticas públicas envolve a inferência de uma relação causal entre o tratamento e o resultado deste tratamento. Em um exemplo canônico de um único tratamento nos observamos (y_i, \mathbf{x}_i, D_i) , $i = 1, \dots, N$ e o impacto de uma mudança hipotética

em y de uma mudança hipotética em D . Esse tipo de inferência é a principal característica do modelo apresentado anteriormente, onde o resultado da política sobre a variável de interesse é comparado entre beneficiários e não beneficiários dos programas sob análise (CAMERON; TRIVEDI, 2005).

No entanto, o uso de dados observados, como é o caso dos dados da POF utilizados nesta pesquisa, a exposição ao tratamento pode estar associada a covariáveis que também estão associadas com o resultado potencial do tratamento. Consequentemente, comparações entre beneficiários e não beneficiários podem se tornar enviesadas sem que seja realizado um ajuste apropriado (LUNCEFORD; DAVIDIAN, 2004). Dessa forma, este trabalho se preocupou em encontrar um método que minimizasse as chances de incorrer em erro de especificação.

Essa segurança é fornecida pelos modelos da família “Doubly Robust” (DR) ou *doubly protected*, que receberam este nome justamente por fornecer estimativas consistentes mesmo quando o modelo de tratamento, ou o modelo de resultado não estão bem especificados. Em virtude da frequência, e, da quase inevitável má especificação de modelos contrafactuais, dupla robustez é uma propriedade bastante desejável para que possamos fazer inferências adequadas (BANG, 2005).

O modelo descrito abaixo dispõe de y_i como variável de resultado observada, t_i é a variável de tratamento, sendo $t_0 = \text{não beneficiários}$ e $t_1 = \text{beneficiários}$, x_i é o vetor de covariáveis do modelo de resultado e z_i é o vetor de covariáveis do modelo de tratamento. Importante ressaltar que, embora x_i e z_i possam ter elementos em comum, não é obrigatório que isso aconteça.

A estimação do AIPW consiste em estimar uma função de probabilidade condicional para o modelo de tratamento, que no nosso caso será realizada por um *logit* de acordo com a equação (1) e concomitante a estimação de um modelo de resultado que para os fins deste trabalho será um *logit* quando a variável de resultado foi o acesso a serviços financeiros e linear quando se tratar de uso e condições e por fim essa seção formalizara a forma de obtenção do potencial efeito médio do tratamento:

$$s_{tm,i}(z_i, \gamma) = \left[\frac{g(z_i, \hat{\gamma}') \{t_i - G(z_i, \hat{\gamma}')\}}{G(z_i, \hat{\gamma}') \{1 - G(z_i, \hat{\gamma}')\}} \right] z_i \quad (9)$$

Onde $G(z)$ é a distribuição acumulada logística e $g(.) = \left\{ \frac{\delta G(z)}{\delta z} \right\}$ é função de densidade correspondente.

Por outro lado, os parâmetros do modelo de resultado, ou, *outcome model* (OM) $\mu(x, t, \beta_t)$ são obtidos por quase máxima verossimilhança (*quase maximum likelihood* - QML). Além disso,

os parâmetros do modelo de resultado $\mu(x, t, \beta_t)$ variam de acordo com a forma funcional adotada pelo usuário. No caso deste trabalho, adotou-se um modelo de resultado logístico para a variável “acesso”, e, portanto:

$$s_{ml,om,i}\{x_i, w_i(t), \hat{\beta}_t\} = w_i(t)t_i(t) \left[\frac{g(x_i\hat{\beta}'_t)\{y_i - G(x_i\hat{\beta}'_t)\}}{G(x_i\hat{\beta}'_t)\{1 - G(x_i\hat{\beta}'_t)\}} \right] x_i \quad (10)$$

Onde $G(z)$ é a distribuição acumulada logística e $g(.) = \left\{ \frac{\delta G(z)}{\delta z} \right\}$ é função de densidade correspondente.

Já para as variáveis contínuas “uso” e “condições”, foi utilizado um modelo linear, conforme descrito abaixo:

$$s_{ml,om,i}\{x_i, w_i(t), \hat{\beta}_t\} = w_i(t)t_i(t)(y_i - x_i\hat{\beta}'_t)x'_i \quad (10.1)$$

O estimador a AIPW, por sua vez, possui três partes, de forma que:

$$s_{aipw,i}(x_i, z_i, \hat{\theta})' = \left[s_{aipw,e,i}(x_i, z_i, \hat{\theta})', s_{aipw,tm,i}(z_i, \hat{\gamma})', s_{ml,om,i}\{x_i, w_i(t), \hat{\beta}_t\}' \right] \quad (6)$$

Considerando um estimador AIPW para o resultado potencial médio, temos, neste caso que $\theta' = (\alpha', \gamma', \beta')$ e os elementos de $s_{aipw,i}(x_i, z_i, \hat{\theta})$ são dados por:

$$\frac{t_i(t)}{p(z_i, t, \hat{\gamma})} t_i - \mu(x_i, \hat{\beta}_t) \left\{ \frac{t_i(t)}{p(z_i, t, \hat{\gamma})} \right\} - \alpha_t \quad (11)$$

A próxima seção se dedica à exibição da estratégia empírica utilizada para chegar aos resultados encontrados por esta pesquisa.

4.3. Estratégia empírica

4.3.1. Dimensões da cidadania financeira

A abordagem multidimensional da cidadania financeira adotada nesta dissertação foi inspirada em Sarma (2008) e BCB (2011), que construíram índices de inclusão financeira e conseguiram abordar as dimensões de acesso e uso da exclusão financeira. No entanto, os dados utilizados para chegar as conclusões nos dois trabalhos são agregados e a análise carece de informação sobre as condições em que acesso e uso se materializa. Neste trabalho, por outro lado, adota-se uma perspectiva individual partindo dos microdados presentes na POF 2017/2018. Além disso, as dimensões serão aprimoradas, abarcando também as condições de uso e acesso a serviços financeiros, possibilitando, assim, a construção de um panorama multidimensional. Portanto, tal

como definido por Dymski (2013), por tratar de todas as dimensões da relação de cidadãos e sistema financeiro, o modelo que começa a tomar forma aqui, trata, de fato, das multidimensionalidades da cidadania financeira.

A primeira dimensão, *acesso*, é condição necessária para que as outras duas dimensões tomem forma. E, diferente das variáveis que serão responsáveis por captar a dinâmica por trás do uso e das condições de inserção do indivíduo no mercado financeiro, sua construção não será mediante a utilização de análise fatorial. Nesse caso, a variável “*acesso*” refere-se ao acesso ao setor financeiro formal do domicílio e será construída assumindo valores binários assim como realizado por Lana (2015). Sua construção será baseada na caderneta “Moradores” da POF 2017/2018 e assumirá valor “1” caso algum morador do domicílio possua conta corrente ou cartão de crédito ou poupança. A variável acesso assumirá valor “0” caso nenhum morador do domicílio possua um desses três atributos. Embora não seja construída por meio da análise fatorial, essa variável possui um processo de variável latente por trás de sua construção. Dessa forma existe uma variável y^* não observada, e, portanto, latente, que é o acesso. Nos só observamos essa variável a partir de um limiar k . Assim, $Acesso = 1$ se $y^* > k$ ou $Acesso = 0$ se $y^* < 0$.

Por outro lado, a variável referente ao “Uso” será estimada via análise fatorial. A análise fatorial, realizada na construção do modelo de mensuração, estabelece as relações que vinculam os indicadores às variáveis latentes, ou construtos. Sua estimação será realizada pelo Estimador de Máxima Verossimilhança, método robusto mesmo quando ocorre a violação do pressuposto da normalidade dos dados (HAIR JR., BLACK, BABIN, e ANDERSON, 2010).

De acordo com Mingotti (2005), pelo modelo de Análise Fatorial tem-se a decomposição da Matriz de Covariância, P , como sendo $P = LL' + \Psi$. Onde L é a matriz dos carregamentos e Ψ a matriz das variâncias específicas. Assim a função de verossimilhança, considerando uma amostra de tamanho n observada do vetor aleatório Z , isto é, $(z_1 \ z_2 \ z_3 \dots z_n)$ é expressa como:

$$\begin{aligned}
 LV(0, P) &= \frac{1}{(2\pi)^{np/2} |P|^{n/2}} \exp \left\{ -\frac{1}{2} \sum_{j=1}^n (z_j)' P^{-1} (z_j) \right\} \\
 &= \frac{1}{(2\pi)^{np/2} |LL' + \Psi|^{n/2}} \exp \left\{ -\frac{1}{2} \sum_{j=1}^n (z_j)' (LL' + \Psi)^{-1} (z_j) \right\} \quad (12)
 \end{aligned}$$

A dimensão “Uso” será composta a partir dos seguintes indicadores: quantidade de cartões de crédito (*ccd*); quantidade de contas corrente (*cc*); quantidade de cheques especiais (*ce*); quantidade

de aplicações, incluindo a poupança (*apli*); proporção do crédito tomado em relação a renda total (*cred/renda*); e, por fim, proporção das aplicações financeiras, incluído poupança, da renda total da família (*apli/renda*). Enquanto a variável latente “*acesso*” indica apenas se o indivíduo está incluído ou não no sistema financeiro formal, a variável latente “*uso*” capta a intensidade do acesso ao considerar a quantidade de cartões, contas e cheques especiais no domicílio. Além disso, ao considerar a quantidade todas as aplicações financeiras realizadas pelos residentes no domicílio, a variável indicadora “*apli*” mapeia a diversificação do portfólio de investimentos do domicílio e essa relação é de suma importância. Uma vez que o mercado financeiro é responsável por conceder ao seu participante formas de acumular patrimônio e manter seu padrão de vida em períodos de recessão, um portfólio diversificado é a saída para proteger o seu patrimônio financeiro de choques adversos (HUSSAIN, 2019). Por fim, as variáveis *cred/renda* e *apli/renda*, tem o objetivo de trazer para a variável latente comportamentos relativos ao acesso da família a serviços financeiros de crédito e poupança. Por fim, a variável “Uso” foi padronizada para que siga uma distribuição normal com média zero e desvio padrão igual a 1. Nesse sentido, valores negativos indicam um uso menor que a média e valores positivos indicam uso maior que a média.

A última variável a ser criada é o percentual da renda do domicílio comprometida pelos dispêndios necessários para acessar e usar o sistema financeiro formal. Essa variável foi denominada de “Condições”, e tem como objetivo refletir as condições nas quais o acesso e o uso de serviços financeiros se materializam. A preocupação com essa dimensão advém de uma realidade em que, muitas vezes, apesar do indivíduo conseguir acessar o mercado financeiro formal e realizar transações, tomar crédito e realizar aplicações, tais práticas acontecem sob condições tão exploratórias que, ainda assim, devem ser considerados excluídos de alguma forma (DYMSKI, 2013).

Na sua construção, a variável “Condições” contará com variáveis indicadoras que se referem ao comprometimento da renda do domicílio com encargos financeiros. Para tanto, todo o dispêndio financeiro⁵ de cada um dos domicílios foi somado e, posteriormente dividido pela renda total.

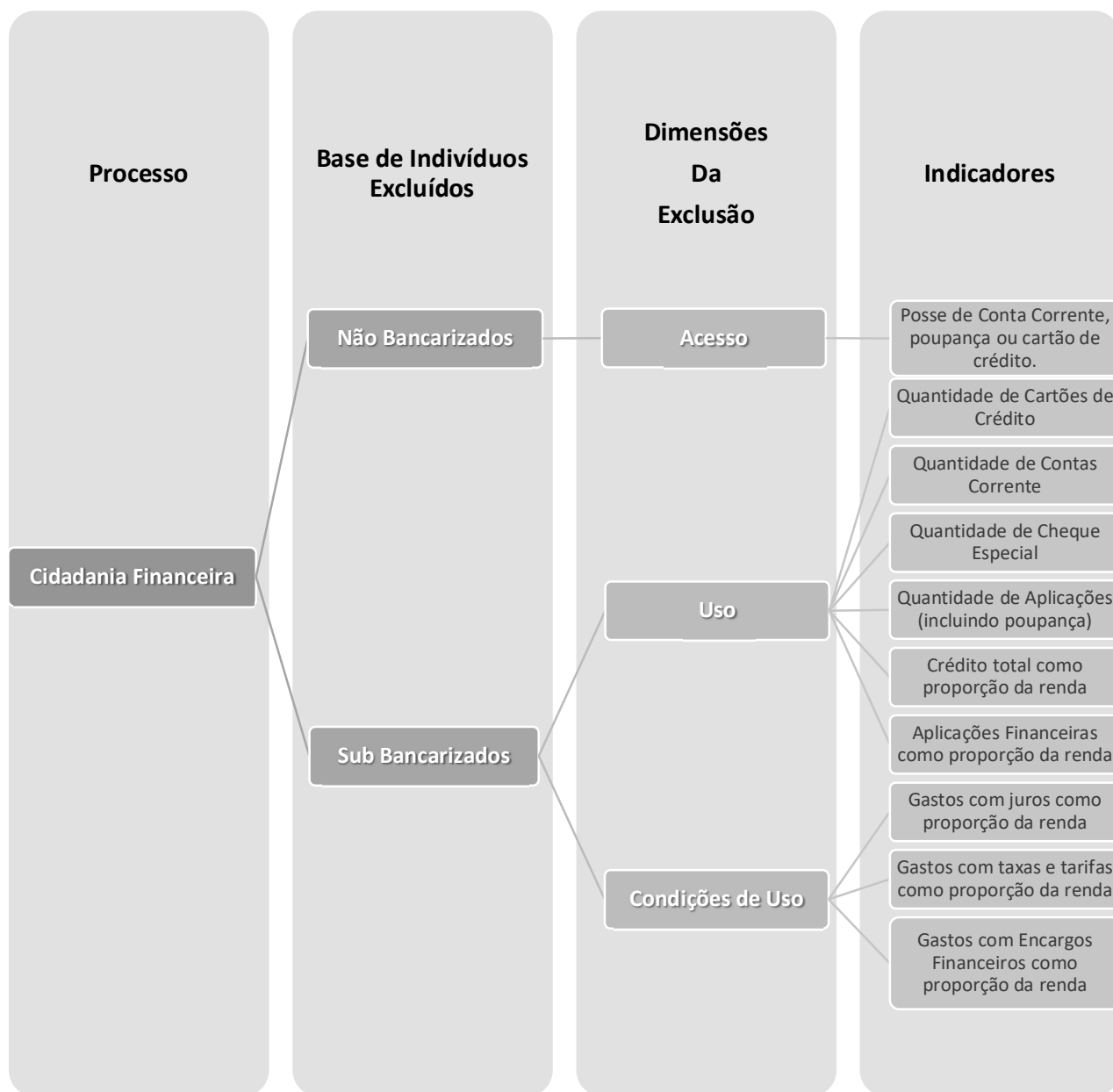
⁵ Juros de cheque especial, juros de cartão de crédito, anuidade de cartão de crédito, seguro de cartão de crédito, tarifa de conta bancária, manutenção de conta bancária, manutenção de cheque especial, serviço de conta bancária, taxa de saque eletrônico, taxa de extrato bancário, taxa de cartão especial, transferência interbancária, DOC, TED, talão de cheques, cadastro bancário, abertura de crédito, renovação de cheque especial, taxa de devolução de cheque, segunda via de cartão, outros débitos, pagamento de empréstimo, juros de empréstimo, seguro de empréstimo, consórcio de imóveis, IOF, consórcio de dinheiro, consórcio funerário, crédito educativo, título de capitalização, leasing.

É interessante ressaltar que apenas 742 observações apresentaram um dispêndio com acesso e uso de serviços financeiros superior 1, ou o total de sua renda domiciliar. Dito isso, os valores maiores que 1 foram censurados. Optou-se por adotar tal postura porque além de representarem apenas 0,012% da amostra, esses domicílios possuem sua renda totalmente tomada por serviços financeiros, de forma que é fidedigno atribuir a esses domicílios o valor 1.

Além disso, durante o processo de estimação, foi constatado a alta sensibilidade dos resultados em relação ao nível de renda per capita dos domicílios. Para tanto, com o objetivo de obter estimações não enviesadas, foram aplicados cortes de renda na amostra seguindo o seguinte raciocínio: O primeiro corte de renda foi feito de acordo com os critérios de elegibilidade dos programas. Ou seja, R\$151,00 para o PBF e R\$ 238,50 para o BPC; o segundo foi realizado em $\frac{1}{2}$ salário mínimo da época, a saber: R\$ 151,01 -R\$ R\$ 477,00. Em seguida, os dois outros recortes levaram em consideração medidas de posição estatística para a variável renda per capita sendo realizados na mediana, R\$ 477,01 -R\$ R\$ 1130,00 e na média R\$ 1821,27

Portanto, a construção das dimensões da cidadania financeira passa pela ampliação do entendimento sobre quais indivíduos podem ser considerados como financeiramente excluídos, englobando os não-bancarizados e os sub-bancarizados (Dymski, 2013) e trazendo uma visão multidimensional como indicado por Anderloni *et al.* (2016). A construção teórico-metodológica é sintetizada na figura a seguir.

Figura 1:Esquema Metodológico-Conceitual



Fonte: Elaborado pelo autor

4.3.2. Modelo de resultado (*Outcome model*)

Em seguida, são apresentados ao leitor o conjunto de variáveis que compõem o modelo de tratamento e o modelo de resultado. É importante que se tenha em mente, conforme mencionado anteriormente, que o conjunto de variáveis explicativas utilizadas em cada um dos modelos pode conter elementos diferentes.

Tabela 3: Variáveis Explicativas do modelo de resultado.

Nome	Descrição	Sinal Esperado	Referências
PBF	1 caso algum morador do domicílio seja beneficiário do Programa Bolsa família e 0 caso contrário	Positivo	Lana (2015) e Neri (2014)
BPC	1 caso algum morador do domicílio seja beneficiário do Benefício de Prestação Continuada e 0 caso contrário	Positivo	-
INSS	1 caso algum morador do domicílio receba Pensão ou aposentadoria do INSS e 0 caso contrário	Positivo	Corrado e Corrado (2015)
Norte	1 casa o domicílio esteja situado na região norte e 0 caso contrário	Negativo	Leyshon (2009);Crocco, Santos e Figueiredo, (2013)
Sul	1 casa o domicílio esteja situado na região Sul e 0 caso contrário	Positivo	Leyshon (2009);Crocco, Santos e Figueiredo, (2013)
Centro Oeste	1 casa o domicílio esteja situado na região Centro Oeste e 0 caso contrário	Negativo	Leyshon (2009);Crocco, Santos e Figueiredo, (2013)
Nordeste	1 casa o domicílio esteja situado na região Nordeste e 0 caso contrário	Negativo	Leyshon (2009);Crocco, Santos e Figueiredo, (2013)
Capital	1 casa o domicílio esteja situado em uma capital e 0 caso contrário	Positivo	Leyshon (2009);Crocco, Santos e Figueiredo, (2013)
Região metropolitana	1 casa o domicílio esteja situado na região metropolitana e 0 caso contrário	Positivo	Leyshon (2009);Crocco, Santos e Figueiredo, (2013)3)
Urbano	1 caso resida no meio urbano e 0 caso contrário	Positivo	Lana (2015) e Allen <i>et al.</i> (2016)

			Kumar et al (2019)
Digital	1 caso o tenha acesso a internet e 0 caso contrário	Positivo	Corrado e Corrado (2015) Ouma; Odongo, Were (2017)
Sexo do chefe do domicílio	1 caso chefe de domicílio seja do sexo masculino e 0 caso seja do sexo feminino	Positivo	Corrado e Corrado (2015), Hussain <i>et al.</i> (2019); Holloway, Niazi e Rouse, (2017); Morsy, (2020)
Cor ou raça do chefe do domicílio	1 branco e 0 não branco	Positivo	Nevo (2016) e Gurgel (2014) (OMRAN, 2018)
Ensino fundamental incompleto	1 caso chefe do domicílio seja possua 5 a 8 anos de estudo, 0 contrário.	Positivo	Corrado e Corrado (2015), Allen <i>et al.</i> (2016), Hussain <i>et al.</i> (2019)
Ensino médio incompleto	1 caso chefe do domicílio seja possua 9 a 11 anos de estudo, 0 contrário.	Positivo	Corrado e Corrado (2015), Allen <i>et al.</i> (2016), Hussain <i>et al.</i> (2019)
Ensino superior incompleto	1 caso chefe do domicílio seja possua 12 a 15 anos de estudo, 0 contrário.	Positivo	Corrado e Corrado (2015), Allen <i>et al.</i> (2016), Hussain <i>et al.</i> (2019)
Ensino superior completo	1 caso chefe do domicílio seja possua 16 ou mais anos de estudo, 0 contrário.	Positivo	Corrado e Corrado (2015), Allen <i>et al.</i> (2016), Hussain <i>et al.</i> (2019)
Renda per capita do domicílio	Logaritmo natural da renda total per capita (do domicílio)	Positivo	Allen <i>et al.</i> (2016); Martínez, Carmen Hoyo, Hidalgo, Himena Pena And Tuesta, (2016)

Fonte: Elaboração Própria.

Conforme observado em Lana (2015) e Neri (2014), espera-se que as variáveis referentes ao recebimento de recursos oriundos de políticas sociais de transferência de renda aumentem a probabilidade de acesso a serviços financeiros. Em linha com as investigações de Corrado e Corrado (2016), Allen *et al* (2016) e Houssain *et al* (2019), espera-se, portanto, que maior nível de renda, bem como mais anos de estudo implique em maior probabilidade de **acesso**. Além disso espera-se observar um efeito positivo dessas variáveis no **uso** e nas **condições**. Isso é esperado, também, para municípios que sejam localizados dentro do perímetro urbano.

A cor ou raça do chefe de família é uma variável que permite explorar ainda mais a dinâmica entre exclusão social e cidadania financeira. Dessa forma, em linha com Nevo (2016) e Gurgel (2014) espera-se que municípios chefiados por pessoas brancas possuam maior probabilidade de **acesso** ao sistema financeiro. E, além disso, espera-se um efeito positivo sobre o **uso** e as **condições**. Com a intensificação do uso dos smartphones e dos canais de comunicação via internet, e, sobretudo do aumento maciço do investimento do setor financeiro em tecnologia da informação em detrimento de soluções físicas (FEBRABAN, 2019), espera-se, de acordo com Corrado e Corrado (2015), que o acesso do domicílio a internet contribua positivamente para o **acesso**, **uso** e **condições** do sistema financeiro tradicional.

4.3.3. Modelo de tratamento (*treatment model*)

O objetivo de utilizar um modelo de tratamento associado a um modelo de resultado, é encontrar um grupo de comparação ideal em relação ao grupo de tratamento a partir de uma amostra de não-participantes. E, em seguida, estimar a média potencial da variável de resultado para os dois grupos, beneficiários e não beneficiários. No arcabouço metodológico utilizado nesta dissertação, o grupo de comparação é emparelhado ao grupo de tratamento através de uma série de características observáveis ou por meio da probabilidade predita de participação no Programa Bolsa Família e no Benefício de Prestação continuada.

Para tanto, foram selecionadas variáveis para a composição do modelo de tratamento que remetem às características individuais do domicílio e de seu chefe. A tabela abaixo exhibe as variáveis que compõem o modelo de tratamento e suas respectivas descrições.

Tabela 4: Variáveis Explicativas do modelo de tratamento

Nome	Descrição
INSS	1 caso algum morador do domicílio receba Pensão ou aposentadoria do INSS e 0 caso contrário
Nº moradores	Quantidade de moradores do domicílio
Nº de cômodos	Quantidade de cômodos do domicílio
Nº de dormitórios	Quantidade de cômodos do domicílio servindo como dormitório
Casal sem filhos	1 caso o domicílio seja formado por um casal sem filhos e 0 caso contrário.
Unipessoal	1 caso o domicílio seja unipessoal e 0 caso contrário
Monoparental	1 caso seja um domicílio monoparental e 0 caso contrário

Outros arranjos	1 caso o domicílio o domicílio possua outros arranjos e 0 caso contrário.
Norte	1 casa o domicílio esteja situado na região norte e 0 caso contrário
Sul	1 casa o domicílio esteja situado na região Sul e 0 caso contrário
Centro Oeste	1 casa o domicílio esteja situado na região Centro Oeste e 0 caso contrário
Nordeste	1 casa o domicílio esteja situado na região Nordeste e 0 caso contrário
Capital	1 casa o domicílio esteja situado em uma capital e 0 caso contrário
Região metropolitana	1 casa o domicílio esteja situado na região metropolitana e 0 caso contrário
Urbano	1 caso resida no meio urbano e 0 caso contrário
Pavimentação	1 caso a região de logradouro seja pavimentada e 0 caso contrário
Coleta de Lixo	1 caso o domicílio possua coleta de lixo e 0 caso contrário
Correios	1 caso o domicílio esteja dentro da área de atuação dos correios e 0 caso contrário.
Raça do chefe de domicílio	1 branco e 0 não branco
Ensino fundamental incompleto	1 caso chefe do domicílio seja possua 5 a 8 anos de estudo, 0 contrário.
Ensino médio incompleto	1 caso chefe do domicílio seja possua 9 a 11 anos de estudo, 0 contrário.
Ensino superior incompleto	1 caso chefe do domicílio seja possua 12 a 15 anos de estudo, 0 contrário.
Ensino superior completo	1 caso chefe do domicílio seja possua 16 ou mais anos de estudo, 0 contrário.
Ensino fundamental incompleto	1 caso chefe do domicílio seja possua 5 a 8 anos de estudo, 0 contrário.
Lrendalíquida_pc	Logaritmo natural da renda líquida per capita
Digital	1 caso o tenha acesso a internet e 0 caso contrário

Fonte: Elaboração própria.

Sendo assim, o modelo de resultado é:

$$Acesso, uso, condições_{Beneficiários} = \beta_1 x' + \epsilon_1 \quad (2)$$

$$Acesso, uso, condições_{Não Beneficiários} = \beta_0 x' + \epsilon_0 \quad (3)$$

O processo de tratamento associado é:

$$Beneficiários = 1, \quad se \ z'\gamma + \eta > 0 \quad (4)$$

$$Não beneficiários = 0, \quad caso \ cont \ ário \quad (5)$$

Onde β_0 , β_1 e γ são coeficientes a serem estimados e ϵ_0 , ϵ_1 e η são termos de erro não correlacionados com \mathbf{x} ou \mathbf{z} . O modelo é responsável por separar cada resultado potencial em um componente previsível, $\mathbf{x}'\beta_t$, e em um termo de erro observável, ϵ_t . E o modelo de tratamento O efeito de tratamento também é separado em um componente previsível, $\mathbf{z}'\gamma$, e em um termo de erro observável, η .

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo apresenta os resultados obtidos por esta dissertação e está dividido em duas seções. Ambas estão divididas seguindo a mesma lógica. É efetuado uma breve análise descritiva com o objetivo de trazer à tona questões imprescindíveis para a construção dos resultados e para a conclusão desta obra. Em seguida, são apresentados os resultados para as três dimensões do processo de cidadania financeira, na seguinte ordem: Acesso, Uso, Condições. Além disso, este trabalho se valerá de subseções dedicadas a analisar a robustez de determinados resultados tratando-os com maior profundidade.

5.1. Programa Bolsa Família e Cidadania financeira

Esta subseção se dedica a exploração dos dados relacionados ao Programa Bolsa Família e as três dimensões do processo de Cidadania Financeira. Para tanto, a tabela abaixo traz a média e o desvio padrão observados para as variáveis Acesso, Uso e Condições para os grupos de beneficiários e não beneficiários elegíveis⁶ do Programa Bolsa Família.

Tabela 5: Análise descritiva das variáveis dependentes

Grupo	Acesso	Uso	Condições
Beneficiários	0,65 (0,004)	-0,36 (0,005)	0,05 (0,001)
Não Beneficiários	0,49 (0,022)	-0,42 (0,002)	0,07 (0,108)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na POF 2017-2018

⁶ Conforme exposto anteriormente, beneficiários não elegíveis

A simples análise das médias e desvios padrão observados de Acesso, Uso e Condições para os grupos de beneficiários e não beneficiários elegíveis do programa bolsa família já dão indícios da situação favorável dos beneficiários no sistema financeiro formal fomentada pelo programa. De forma que, podemos dizer que, em termos médios, os beneficiários do programa possuem maior nível de acesso e apresentam maior intensidade de uso sobre melhores condições do que normalmente se observaria na ausência do benefício.

No entanto, conforme visto anteriormente em Leyshon (1995), Leyshon e Thrift (2009), a geografia e as regionalidades são fatores cruciais para a determinação do nível de inclusão financeira de forma que, observa-se não só a preponderância dos grandes centros urbanos sobre regiões periféricas, mas também um fluxo de capitais que parte de regiões mais pobres, menos urbanizadas e rurais em direção aos centros urbanos e comerciais. E, de forma específica para o caso brasileiro, Crocco *et al.* (2013), elucida as disparidades regionais ao longo território nacional traçando uma abordagem pelo lado da oferta e constata que as regiões norte e nordeste possuem grandes desvantagens em relação as demais regiões brasileiras no que diz respeito ao provimento de serviços financeiros, demonstrando, assim, um severo caso não só de exclusão financeira, mas também de exclusão social.

Portanto, essa dissertação estaria sendo negligente se não explorasse as diferenças regionais que permeiam os indicadores de cidadania financeira. Para tanto, a tabela abaixo divide novamente os domicílios entre beneficiários do PBF e não beneficiários elegíveis e explora os valores médios e desvios padrão observados para cada uma das regiões brasileiras

Tabela 6: Descrição dos indicadores de cidadania financeira ao longo das macrorregiões brasileiras

PBF		
Dimensões da cidadania financeira	Beneficiários	Não Beneficiários
Norte		
Acesso	0,607 (0,0107)	0,351 (0,036)
Uso	-0,401 (0,00896)	-0,481 (0,019)
Condições	0,0306 (0,0026)	0,0470 (0,014)
Centro-Oeste		
Acesso	0,780 (0,015)	0,706 (0,078)
Uso	-0,252 (0,024)	-0,168 (0,120)
Condições	0,0441 (0,005)	0,191 (0,062)
Nordeste		
Acesso	0,647 (0,064)	0,478 (0,037)
Uso	-0,378 (0,006)	-0,469 (0,012)
Condições	0,0556 (0,002)	0,0944 (0,019)
Sudeste		
Acesso	0,666 (0,013)	0,685 (0,054)
Uso	-0,328 (0,016)	-0,304 (0,062)
Condições	0,0291 (0,003)	0,0315 (0,015)
Sul		
Acesso	0,688 (0,021)	0,643 (0,073)
Uso	-0,218 (0,035)	-0,300 (0,090)
Condições	0,0327 (0,004)	0,133 (0,050)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF 2017-2018 IBGE (2019).

Ao longo das regiões observa-se, com exceção para região Sudeste, que os beneficiários do programa bolsa família se encontram em situação mais vantajosa em relação aos seus pares não agraciados com o benefício. Ainda assim, na região sudeste, embora os não beneficiários apresentem, em média maiores níveis de acesso e uso, na contramão das demais regiões, os domicílios elegíveis ao programa, mas que não são beneficiários, gastam proporcionalmente mais com serviços financeiros que seus pares beneficiários. Em particular, nota-se que, nas regiões Norte e Nordeste, a diferença nas médias de acesso dos Beneficiários em relação aos Não-Beneficiários

é substancialmente maior do que nas demais macrorregiões. Isso pode apontar como, nessas regiões, o impacto potencial do PBF em promover acesso é diferenciado.

Além disso, observa-se mediante análise da tabela acima que, em linha com Crocco (2013), existe exclusão financeira em todas as regiões. Algumas, Norte e Nordeste, no caso são, de fato, são acometidas por um maior grau de exclusão financeira enquanto nas demais o fenômeno é observado de forma menos acentuada.

Com o objetivo de explorar ainda mais as disparidades regionais, esta obra se aprofunda agora em outros níveis geográficos explorando os valores para as dimensões da cidadania financeira nas capitais, regiões metropolitanas e interior de cada um dos estados brasileiros, como pode ser visto na tabela abaixo.

Tabela 7: Descrição estadual dos indicadores de cidadania financeira ao longo das macrorregiões brasileiras

PBF		
Dimensões da cidadania financeira	Beneficiários	Não Beneficiários
Capital		
Acesso	0,712 (0,009)	0,614 (0,002)
Uso	-0,302 (0,014)	-0,367 (0,041)
Condições	0,032 (0,002)	0,072 (0,001)
Região Metropolitana		
Acesso	0,697 (0,015)	0,672 (0,004)
Uso	-0,338 (0,019)	-0,386 (0,038)
Condições	0,029 (0,004)	0,076 (0,001)
Interior		
Acesso	0,630 (0,005)	0,422 (0,002)
Uso	-0,378 (0,006)	-0,436 (0,020)
Condições	0,051 (0,002)	0,081 (0,001)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF 2017-2018 IBGE (2019).

Em linha com Layshon e Thrift (2009), observamos mediante análise dos dados acima, que, em média, os domicílios situados no interior de suas respectivas unidades da federação apresentam menores níveis de acesso, bem como menor intensidade de uso e, ainda assim, gastam mais com serviços financeiros proporcionalmente a sua renda do que os domicílios situados em regiões

metropolitanas e capitais. No entanto, ainda assim, tal como observado até o momento, os beneficiários do PBF possuem melhores indicadores de cidadania financeira, cabendo destacar a diferença nos valores observados para acesso, uso e condições, nos domicílios situados no interior de seus estados.

As diferenças regionais se aprofundam ainda mais quando aprofundamos a análise dividindo os domicílios em rurais e urbanos. Os domicílios situados no meio urbano possuem maior acesso, maiores níveis de uso e comprometem menos de sua renda com serviços financeiros, como pode ser observado na próxima tabela. E, novamente, em termos médios, os beneficiários do Bolsa Família apresentam maiores níveis de acesso e uso e sob melhores condições, sobretudo no meio rural.

Tabela 8: Descrição dos indicadores de cidadania financeira ao longo dos ambientes rurais e urbanos

PBF		
Dimensões da cidadania financeira	Beneficiários	Não Beneficiários
Rural		
Acesso	0,560 (0,008)	0,326 (0,004)
Uso	0,008 (0,000)	0,008 (0,001)
Condições	0,058 (0,003)	0,087 (0,002)
Urbano		
Acesso	0,701 (0,001)	0,565 (0,002)
Uso	0,014 (0,000)	0,008 (0,000)
Condições	0,038 (0,002)	0,075 (0,000)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF 2017-2018 IBGE (2019).

Ainda que tenhamos encontrado evidências da situação comparativamente favorável em que os beneficiários do PBF se encontram, em relação aos seus pares não beneficiários, a seguir é apresentado o valor potencial para o nível de acesso a serviços financeiro formais mediante recebimento, ou não, a participação de moradores do domicílio no Programa Bolsa Família.

Em suma, pode-se perceber que, embora os domicílios localizados nas áreas Rurais, no Interior e nas regiões Norte e Nordeste apresentem uma incidência maior de exclusão financeira, são nesses territórios que o benefício parece ter mais efeito sobre a inclusão, sobretudo no que tange a dimensão acesso.

Em seguida são analisadas características do chefe do domicílio, que conforme visto nas seções anteriores e nos trabalhos de Nevo (2016), Gurgel (2014) e Omran (2018), podem ser capazes de determinar se um família possui, ou não, acesso ao sistema financeiro formal. Para tanto, a tabela abaixo traz o nível de acesso, a intensidade de uso e as condições estratificados entre chefes de domicílios brancos e não brancos para famílias beneficiárias e não beneficiárias.

Tabela 9: Descrição dos indicadores de cidadania financeira para domiciliados chefiados por pessoas brancas e não brancas

PBF		
Dimensões da cidadania financeira	Beneficiários	Não Beneficiários
Branco		
Acesso	0,688 (0,009)	0,609 (0,043)
Uso	-0,293 (0,637)	-0,308 (0,561)
Condições	0,056 (0,179)	0,086 (0,257)
Não Branco		
Acesso	0,643 (0,005)	0,454, (0,025)
Uso	-0,378 (0,474)	-0,451 (0,283)
Condições	0,042 (0,139)	0,076 (0,238)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF 2017-2018 IBGE (2019).

Nota-se que existem diferenças substanciais entre domicílios chefiados por pessoas brancas e não brancas. No entanto, as diferenças entre os dois grupos são ainda mais acentuadas entre os não beneficiários. Tal resultado é um indício preliminar de que o programa possa ser capaz de atuar atenuando diferenças entre os dois grupos de domicílios analisados na tabela acima. No mais, de forma geral, observa-se que independente do chefe de domicílio ser branco ou não branco, beneficiários do Programa Bolsa Família, apresentam em média, um nível maior de acesso, maior intensidade de uso e se defrontam com melhores condições.

A seguir, a última análise exploratória desta seção confronta as diferenças entre acesso, uso e condições de domicílios entre domicílios chefiados por homens e mulheres.

Tabela 10: Descrição dos indicadores de cidadania financeira para domiciliados chefiados homens e mulheres.

PBF		
Dimensões da cidadania financeira	Beneficiários	Não Beneficiários
Homens		
Acesso	0,664 (0,006)	0,502 (0,028)
Uso	-0,345 (0,541)	-0,382 (0,444)
Condições	0,0517 (0,168)	0,086 (0,259)
Mulheres		
Acesso	0,649 (0,007)	0,480 (0,035)
Uso	-0,376 (0,484)	-0,464 (0,240)
Condições	0,037 (0,123)	0,067 (0,216)

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF 2017-2018 IBGE (2019).

Observa-se que, em média e de forma geral, os domicílios chefiados por homens possuem um maior nível de acesso, bem como maior intensidade de uso. No entanto, os domicílios chefiados por mulheres se defrontam com melhores condições. Novamente, tal como visto anteriormente, as diferenças entre domicílios chefiados por homens e mulheres é notoriamente mais acentuado entre os não beneficiários do programa. Novamente, a análise presente nesta dissertação apresenta indícios do potencial de inclusão financeira e de redução de desigualdades do Programa Bolsa Família.

5.1.1. Potencial efeito médio do Programa Bolsa Família sobre o Acesso

A tabela abaixo traz o resultado das médias potenciais para todos os recortes de renda efetuados na amostra, tal como foi feito anteriormente no modelo de resultado. Interessante notar, novamente, a sensibilidade deste resultado aos recortes de renda.

Ao considerar o fator de elegibilidade do bolsa família, renda per capita de R\$ 0,00 -R\$ 151,00, é possível comparar os tratados pelo programa com seus devidos contrafactuais, e, assim, constatar maior probabilidade de acesso mediante a presença do domicílio no grupo de beneficiários.

Por outro lado, quando permitimos a entrada de outros domicílios na amostra, domicílios estes, com nível de renda superior ao observado para tratados, notamos que a média potencial dos não beneficiários supera a dos beneficiários. Tal fenômeno permite que ilustremos e confirmemos uma das hipóteses deste trabalho: O Programa Bolsa Família é capaz de melhorar o acesso a serviços financeiros, quando comparamos tratados com seus devidos contrafactuais.

Tabela 11: Médias potenciais PBF - Acesso

Médias potenciais ("Pomeans")					
Faixas de renda					
	R\$ 0,00 -R\$ 151,00	R\$ 151,01 -R\$ 477,00	R\$ 477,01 -R\$ 1130,00	R\$ 1130,01 -R\$ 1821,87	Total
Não beneficiário	0,570*** (0,0442)	0,654*** (0,00756)	0,724*** (0,00380)	0,755*** (0,00764)	0,806*** (0,00930)
Beneficiário	0,654*** (0,00797)	0,647*** (0,00517)	0,702*** (0,00550)	0,740*** (0,00651)	0,790*** (0,00613)
Número de Observações	10,622	14,929	29,768	42,225	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018 IBGE.

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

No entanto, conforme exposto até aqui, muitos são os fatores capazes de influenciar o nível de acesso ao sistema financeiro formal de uma família. Para tanto, a tabela abaixo traz a estimação obtida para os parâmetros do modelo de resultado, e, portanto, exhibe quais são fatores preponderantes para determinar o nível de acesso a serviços financeiros das famílias brasileiras. Uma outra vantagem do método utilizado para a construção desta obra, e que não foi apresentado anteriormente de forma explícita, é a obtenção de uma equação de resultado para tratados e não

tratados. Ou seja, obtemos uma equação para os beneficiários do bolsa família e um outra equação para os não beneficiários.

Além disso, conforme discutido nas seções anteriores, o processo de inclusão financeira é muito ligado a renda. Dessa forma, mesmo valendo-se de um estimador “*doubly robust*” e de um modelo de tratamento, optou-se pela realização de cortes de renda para evitar resultados enviesados. Ainda que seja intuitivo, é importante ressaltar que a equação estimada para os beneficiários do programa não muda, independente do corte de renda realizado na amostra.

Tabela 12: Modelo de resultado PBF - Acesso

Modelo de resultado (“Outcome Model”)						
Faixas de renda						
Variáveis	Beneficiários	R\$ 0,00 -R\$ 151,00	R\$ 151,01 - R\$ 477,00	R\$ 477,01 - R\$ 1130,00	R\$ 1130,01 - R\$ 1821,87	Total
		Não beneficiários	Não beneficiários	Não beneficiário	Não beneficiário	Não beneficiário
		Bloco de variáveis regionais / Geográficas				
Urbano	0,384*** (0,0516)	0,480* (0,252)	0,412*** (0,0776)	0,359*** (0,0424)	0,324*** (0,0352)	0,302*** (0,0330)
Norte	0,121 (0,0929)	-0,618 (0,419)	-0,0435 (0,116)	-0,00212 (0,0610)	0,0528 (0,0514)	0,0198 (0,0480)
Sul	0,191 (0,135)	0,438 (0,566)	0,257 (0,164)	0,281*** (0,0753)	0,330*** (0,0591)	0,336*** (0,0524)
Centro_Oeste	0,512*** (0,125)	0,835 (0,565)	0,432*** (0,162)	0,336*** (0,0748)	0,286*** (0,0587)	0,227*** (0,0524)
Nordeste	0,207** (0,0870)	-0,00966 (0,422)	0,0120 (0,113)	0,128** (0,0552)	0,142*** (0,0447)	0,113*** (0,0409)
Capital	0,0351 (0,0716)	0,482 (0,326)	0,111 (0,0913)	0,148*** (0,0468)	0,115*** (0,0384)	0,0754** (0,0352)
Regiao_Metropolitana	-0,0341 (0,0863)	0,204 (0,376)	0,152 (0,113)	0,0910 (0,0590)	0,132*** (0,0495)	0,0857* (0,0459)

Bloco de variáveis socio-demográficas						
Raça_da Pessoa de Referência	0,0245 (0,0565)	0,228 (0,253)	0,159** (0,0784)	0,0864** (0,0402)	0,112*** (0,0331)	0,128*** (0,0307)
Fundamental_Incompleto	0,421*** (0,0567)	0,276 (0,285)	0,539*** (0,0853)	0,538*** (0,0459)	0,550*** (0,0379)	0,570*** (0,0351)
Medio_Incompleto	0,787*** (0,0750)	1,007*** (0,335)	0,840*** (0,107)	0,770*** (0,0597)	0,784*** (0,0505)	0,831*** (0,0468)
Superior_Incompleto	1,229*** (0,0746)	1,708*** (0,309)	1,446*** (0,103)	1,346*** (0,0579)	1,402*** (0,0494)	1,483*** (0,0459)
Superior_Completo	2,965*** (0,451)	1,273** (0,564)	1,803*** (0,270)	2,016*** (0,151)	2,134*** (0,121)	2,486*** (0,103)
Sexo_Pref	0,208*** (0,0467)	0,157 (0,212)	0,0703 (0,0672)	0,116*** (0,0362)	0,131*** (0,0301)	0,144*** (0,0280)
Idade_Pref	0,0213** (0,00952)	0,0918** (0,0387)	0,0288** (0,0114)	0,0355*** (0,00624)	0,0364*** (0,00514)	0,0387*** (0,00478)
Idade_Pref (ao quadrado)	-0,000161 (0,1000100)	- (0,000423)	- (0,000118)	- (6,01e-05)	- (4,75e-05)	- (4,34e-05)
Digital	0,619*** (0,0596)	0,808*** (0,306)	0,524*** (0,0836)	0,599*** (0,0429)	0,654*** (0,0353)	0,715*** (0,0325)
Bloco De Variáveis Econômicas						
Inss	0,466*** (0,0930)	1,512*** (0,489)	0,747*** (0,116)	0,429*** (0,0523)	0,379*** (0,0408)	0,368*** (0,0369)
Bpc	0,400*** (0,134)	0,969 (0,958)	0,226 (0,167)	-0,0292 (0,0746)	-0,107* (0,0604)	-0,119** (0,0586)
Lrenda_Pc	0,590*** (0,0347)	0,201 (0,132)	0,404*** (0,0582)	0,511*** (0,0311)	0,542*** (0,0241)	0,606*** (0,0194)
Constante	-4,741*** (0,310)	-4,625*** (1,143)	-3,765*** (0,440)	-4,362*** (0,255)	-4,532*** (0,209)	-5,004*** (0,180)
Observações	10,117	10,622	14,929	29,768	42,225	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018 IBGE (2019).

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Tal como observado por Lana (2015), Allen *et al.* (2016) e Kumar *et al* (2019), os domicílios situados na zona urbana, quando comparado aos domicílios rurais de seus respectivos municípios, possuem uma maior probabilidade de acesso a serviços financeiros. E assim como seus predecessores, este trabalho reforça a tese de exclusão financeira no meio rural. Por outro lado, com os resultados obtidos até aqui não podemos afirmar nada a respeito da probabilidade de acesso dos domicílios situados na capital e na região metropolitana de seus respectivos estados. Uma vez que as variáveis responsáveis por captar este efeito não foram estatisticamente significativas.

Sobre as macrorregiões Brasileiras, é possível inferir que ser beneficiário e residir no Nordeste, ou no Centro Oeste, implica em maior propensão de acesso ao setor financeiro formal, quando

comparado aos domicílios na mesma condição residentes da região sudeste. O resultado obtido em linha com o observado por Neri (2014), onde os residentes da região Nordeste, Centro-Oeste e Sul, são identificados como detentores de maior cobertura financeira quando comparados aos seus pares da região Sudeste. Esta dissertação dedicará uma subseção adiante para explorar estes resultados.

Nas equações estimadas para os não beneficiários, no que diz respeito residir, ou não, no meio urbano, quando comparados as equações de todos os recortes de renda, é possível trazer alguns insights interessantes para a discussão estabelecida por esta dissertação. A relação de exclusão financeira no meio rural segue sendo observada entre os não beneficiários em todos os recortes de renda. No entanto, considerando que à medida que os recortes de renda aumentam, uma gama de domicílios com nível de renda superior passa a compor a amostra, a progressão decrescente do coeficiente obtido pela variável “Urbano” ilustra a superior força do nível de renda domiciliar sobre a situação do domicílio.

À medida que avançamos a análise para os domicílios com logradouro na capital ou na região metropolitana de seu estado, observamos a indiferença dessas variáveis como determinantes do acesso diante de uma amostra com recortes baixos de renda. No entanto, com recortes de renda a partir da mediana podemos observar que os domicílios não beneficiários do PBF que residem na capital de seus respectivos estados possuem maior propensão ao acesso. O mesmo pode ser observado para os domicílios com logradouro na região metropolitana de seus estados.

No que diz respeito as macrorregiões brasileiras, residir em quaisquer uma das regiões, quando comparado ao sudeste, só é capaz de determinar o nível de acesso a serviços financeiros de um domicílio quando consideramos níveis de renda a partir da mediana, exceto para o Centro Oestes. Esse resultado também corrobora a existência de uma grande barreira à cidadania financeira ligado ao nível de renda.

O primeiro resultado interessante no bloco de variáveis sociodemográficas, sobretudo tratando-se dos beneficiários, é a insignificância estatística da raça da pessoa de referência. Uma vez que Friedline *et al.* (2020) destacam paulatinamente a exclusão dispensada a pessoas não brancas pelo sistema bancário. No entanto, a insignificância estatística desta variável na equação dos elegíveis, beneficiários ou não, demonstra que o Bolsa Família pode fazer com que a diferença entre brancos e não brancos, no que diz respeito ao aceso de serviços financeiros, seja neutralizada. Quando consideramos que a população assistida pelo programa é de baixa renda, tal evidência se torna ainda mais interessante para se pensar as externalidades positivas do programa.

Observa-se que, tal como na equação de beneficiários, quando o corte de renda efetuado na amostra é de R\$ 0,00 -R\$ 151,00 reais e R\$ 151,01 -R\$ R\$ 477,00, tal variável também se mostra como estatisticamente não significativa. No entanto, em recortes superiores de renda a fato de um chefe de domicílio ser branco, torna esta família mais propensa a acessar ao sistema financeiro formal. Ou seja, considerando níveis superiores de renda, na ausência do tratamento, cor e raça passa a ser um fator determinante para inclusão ou exclusão financeira tal como observado por Friedline *et al.* (2020), sendo possível observar favorecimento aos domicílios chefiados por pessoas brancas.

Durante a discussão teórica e empírica desenvolvida neste trabalho, observa-se, de forma geral, a importância concedida ao grau de educação formal. Esta variável, de acordo com Grohmann *et al* (2018), está ligada a diversos fatores sociais e econômicos, e pode ser considerada como uma proxy do nível de conhecimento financeiro formal do indivíduo. E, tal como no estudo supracitado, e em outros que antecederam esta obra, tal como Corrado e Corrado (2015), Allen *et al.* (2016), Hussain *et al.* (2019), as evidências empíricas encontradas aqui apontam para a mesma direção destacando a importância da educação no processo de inclusão financeira. Adicionalmente, pode-se observar, que os ganhos com a escolaridade, mensurados aqui como acréscimos na probabilidade de acesso, são, ainda maiores, para os beneficiários do que para os outros grupos.

Assim como o observado por Corrado e Corrado (2015), Holloway, Niazi e Rouse (2017), Hussain *et al.* (2019) e Morsy (2020), os domicílios chefiados por indivíduos do sexo masculino apresentaram uma propensão ao acesso a serviços financeiros cerca de 20% superior aos domicílios chefiados por mulheres. A idade do chefe de domicílio também figurou como uma variável significativa, e seu sinal positivo vai de encontro com o resultado obtido por Fdic (2014), Anderloni *et al.* (2007), Devlin (2005) e Karp e Boyd (2015), demonstrado que aos jovens a probabilidade de ser destinado o status de desbancarizado, é grande. Por outro lado, a análise da variável idade elevado ao quadrado, estatisticamente não significativa, nos permite inferir que a idade avançada não é capaz de fazer com que um domicílio beneficiário do bolsa família seja colocado as margens do sistema financeiro formal.

Escolaridade e idade dos chefes de domicílio que não possuem beneficiários do Bolsa Família, seguem conforme esperado, assim como observado para os beneficiários. No entanto, a variável idade ao quadrado se mostrar significativa em todos os modelos estimados para não beneficiários, sugere, ao contrário do observado anteriormente, que na ausência de beneficiários do Bolsa

Família, existe um ponto em que o aumento de idade passa a reduzir a propensão ao acesso, indicando que pessoas mais velhas, tal como idosos, estejam sujeitas a exclusão financeira.

A variável “Digital”, responsável por captar, o impacto da inclusão digital sobre o acesso de serviços financeiros apresentou o resultado esperado de maneira que seja possível inferir que um domicílio beneficiário e que tenha acesso a internet e meios digitais possui cerca de 60% mais de probabilidade de obter acesso ao sistema financeiro formal quando comparado a um domicílio também beneficiário do programa, mas que não conta com acesso à internet e à meios digitais. Resultado este corroborado por estudos pregressos tais como Corado e Corrado (2015) Ouma; Odongo, Were (2017), que ressaltam a importância das telecomunicações do acesso à tecnologia da informação e da internet no processo de cidadania financeira.

Entre os não beneficiários, a inclusão digital segue como sendo uma variável consideravelmente importante para a determinação do nível de acesso a serviços financeiros de um domicílio. No entanto, a progressão do coeficiente desta variável nos diferentes recortes de renda é notadamente interessante, sobretudo nos recortes inferiores, mostrando o impacto da inclusão digital em condições de restrição de renda e ausência de beneficiários do bolsa família no domicílio.

Dito isso, e considerando a ligação do nível de renda com o nível de cidadania financeira de indivíduos e famílias, explicitado diversas vezes ao longo desta dissertação, é esperado que possuir em seu núcleo familiar beneficiários do BPC (outro programa que será analisado posteriormente) e do INSS (previdência social), garanta a essas famílias maiores chances de ter acesso ao sistema financeiro formal em virtude do choque orçamentário representados por tais benefícios. Além do mecanismo orçamentário, ambos são programas recebidos, atualmente, por meio dos aditivos da tecnologia bancária. O que favorece a interface de indivíduos com o sistema bancário e como “consequência” contribui para o nível de acesso das famílias.

É interessante observar que, para os não beneficiários com renda familiar per capita de até R\$151,00, não só a renda, mas todas as variáveis, exceto a variável INSS, se mostraram como estatisticamente não significativas. Diante disso, podemos considerar que diante de uma privação muito grande de renda, ter em seu núcleo beneficiários da previdência pública é de grande importância para a determinação do nível de acesso a serviços financeiros da família.

Essa dinâmica é corroborada à medida que voltamos os olhos para os demais recortes de renda. A partir do recorte realizado em R\$ 151,01 -R\$ R\$ 477,00, meio salário-mínimo vigente na época em que a POF foi realizada, a renda volta ser um fator determinante para determinar o nível de

acesso a serviços financeiros das famílias, e, além disso o valor do seu coeficiente aumenta à medida que os recortes aumentam. Concomitantemente, a importância do INSS, mensurado pelo coeficiente desta variável, se reduz. Mais uma vez é possível notar a importância da renda em uma das etapas do processo de cidadania financeira

Ainda assim, tamanha é a importância do nível de renda domiciliar per capita, que, no bloco de variáveis econômicas, é a variável com o maior peso. Mesmo que se esperasse o resultado obtido para esta variável, é interessante observar que o padrão de ligação entre acesso a serviços financeiros e renda se mantém no Brasil e ao redor do mundo, conforme apresentado até aqui.

5.1.2. Potencial efeito médio do Programa Bolsa Família sobre o Uso do sistema financeiro formal

Nesta seção serão explorados os resultados obtidos para a dimensão do uso de serviços financeiros no mercado formal. Ainda que tenha sido exposto anteriormente, é interessante relembrar que a variável “Uso” foi padronizada de forma que sua média é zero e seu desvio padrão igual a unidade. O valor mínimo para o índice é de - 0,54 e máximo 15,54 de forma que quanto maior o valor observado maior é o uso e sua intensidade.

Dito isso, a tabela abaixo exhibe os resultados para as médias potenciais do uso nos grupos dos beneficiários e não beneficiários.

Tabela 13: Médias Potenciais PBF - Uso

	Médias potenciais (“Pomeans”)				
	Faixas de renda				
	R\$ 0,00 -R\$ 151,00	R\$ 151,01 -R\$ 477,00	R\$ 477,01 -R\$ 1130,00	R\$ 1130,01 -R\$ 1821,87	Total
Não beneficiário	-0,431*** (0,0442)	-0,351*** (0,00831)	-0,277*** (0,00449)	-0,156*** (0,0277)	0,350* (0,196)
Beneficiário	-0,359*** (0,00573)	-0,363*** (0,00523)	-0,239*** (0,0429)	0,0408 (0,218)	0,349 (0,391)
Número de Observações	10,622	14,929	29,768	42,225	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018 IBGE.

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Mediante um rápido exame da tabela acima nota-se que as médias potenciais para o índice de uso são bastante baixas e próximos ao valor mínimo, para beneficiários e não beneficiários em todos os recortes efetuados na amostra. Esse resultado demonstra que embora o Brasil estivesse

alinhado com a GPFI – Parceria Global para a Inclusão Financeira conforme observado por Cunha (2018)⁷, os esforços para promover a inclusão financeira foram capazes de popularizar o acesso ao sistema financeiro formal. No entanto, a intensidade do uso permanece distante do esperado.

Portanto, o reduzido valor para o índice de uso dos serviços financeiro corrobora a hipótese de que promover o acesso, ou bancarizar os desbancarizados, embora seja uma condição necessária para promover a inclusão financeira, não é suficiente. De maneira que reduzidas as barreiras ao acesso, os novos usuários usam com menos intensidade os produtos e serviços oferecidos pelo sistema financeiro formal.

Outro resultado interessante que surge da análise da tabela acima, é que, assim como no Acesso, é passível de observação que o uso de serviços financeiros também consideravelmente impactado pela renda per capita do domicílio. Ou seja, ainda que não tenhamos adentrado no impacto das covariáveis do modelo, é de se esperar que uma das barreiras ao uso dos serviços financeiros formais, é, por sua vez, a barreira imposta pelo nível de renda.

A partir da comparação entre os domicílios beneficiários e não beneficiários do bolsa família, notamos que a média potencial de uso é superior entre beneficiários em comparação a seus devidos contrafactuais, domicílios não beneficiários com renda per capita de até R\$ 0,00 -R\$ 151,00. Novamente, é validado aqui mais uma externalidade positiva do programa, que além de seus beneficiários possuírem um potencial acesso médio superior, também possuem um potencial uso médio.

Tal como realizado para o acesso, a tabela abaixo se dedica a exploração dos efeitos e dos impactos das covariáveis escolhidas para compor o modelo de resultado

⁷ O Brasil criou seu equivalente nacional, a Parceria Nacional para Inclusão Financeira (PNIF), em 2011, sob liderança do Banco Central do Brasil e formalizando iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas pelo menos desde 2009. A Parceria Nacional é orientada por três objetivos: Expandir e melhorar o acesso da população a serviços financeiros; favorecer a responsabilidade financeira e o acesso a informações sobre serviços financeiros, por meio da educação financeira e do aumento da transparência; atuar para que a oferta de serviços financeiros seja mais adequada às necessidades da economia e da população.

Tabela 14: Modelo de Resultado PBF - Uso

Modelo de resultado (“Outcome Model”)						
Faixas de renda						
Variáveis	Beneficiários	R\$ 0,00 -R\$ 151,00 Não beneficiários	R\$ 151,01 - R\$ 477,00 Não beneficiários	R\$ 477,01 - R\$ 1130,00 Não beneficiário	R\$ 1130,01 - R\$ 1821,87 Não beneficiário	Total Não beneficiário
Bloco de variáveis regionais / Geográficas						
Urbano	0,0475*** (0,0107)	-0,0794* (0,0434)	0,0157 (0,0175)	0,00697 (0,0113)	0,00477 (0,0102)	-0,00244 (0,0109)
Norte	-0,0112 (0,0214)	-0,102* (0,0596)	-0,0373 (0,0228)	-0,0672*** (0,0148)	-0,0669*** (0,0132)	-0,121*** (0,0140)
Sul	0,113*** (0,0382)	0,0559 (0,100)	0,146*** (0,0465)	0,154*** (0,0236)	0,190*** (0,0190)	0,156*** (0,0179)
Centro_Oeste	0,0422 (0,0298)	0,174 (0,127)	0,0513 (0,0419)	0,00606 (0,0197)	0,00741 (0,0164)	-0,0289* (0,0168)
Nordeste	-0,00535 (0,0217)	-0,0734 (0,0557)	-0,0443* (0,0239)	-0,0511*** (0,0142)	-0,0292** (0,0127)	-0,0635*** (0,0133)
Capital	0,00870 (0,0156)	0,0266 (0,0302)	-0,00247 (0,0189)	0,00742 (0,0117)	0,0155 (0,0105)	0,000984 (0,0113)
Regiao_Metropolitana	-0,0153 (0,0200)	-0,0163 (0,0506)	0,00626 (0,0254)	-0,0285** (0,0144)	-0,0473*** (0,0128)	-0,0611*** (0,0135)
Bloco de variáveis socio-demográficas						
Raça_da Pessoa de Referência	0,0315** (0,0127)	0,0593 (0,0379)	0,0985*** (0,0189)	0,0557*** (0,0104)	0,0613*** (0,00917)	0,112*** (0,00946)
Fundamental_Incompleto	0,0432*** (0,0117)	-0,00442 (0,0231)	0,0693*** (0,0159)	0,0810*** (0,0104)	0,102*** (0,00967)	0,111*** (0,0103)
Medio_Incompleto	0,0902*** (0,0158)	0,136** (0,0544)	0,115*** (0,0214)	0,139*** (0,0144)	0,160*** (0,0131)	0,187*** (0,0137)
Superior_Incompleto	0,141*** (0,0155)	0,200*** (0,0544)	0,234*** (0,0236)	0,290*** (0,0147)	0,342*** (0,0131)	0,401*** (0,0131)
Superior_Completo	0,677*** (0,0893)	0,327** (0,130)	0,697*** (0,0938)	0,595*** (0,0392)	0,626*** (0,0288)	0,839*** (0,0209)
Sexo_Pref	0,0340*** (0,0104)	0,0732** (0,0296)	0,0721*** (0,0148)	0,0906*** (0,00908)	0,119*** (0,00817)	0,168*** (0,00866)
Idade_Pref	0,00354* (0,00210)	0,00771** (0,00357)	0,00747*** (0,00242)	0,00804*** (0,00146)	0,0136*** (0,00129)	0,0186*** (0,00143)
Idade_Pref (ao quadrado)	-1,38e-05 (2,36e-05)	-4,56e-05 (4,26e-05)	-4,87e-05* (2,69e-05)	-5,47e-05*** (1,44e-05)	- (1,21e-05)	- (1,36e-05)
Digital	0,0972*** (0,0141)	0,104** (0,0504)	0,134*** (0,0216)	0,141*** (0,0112)	0,155*** (0,00969)	0,234*** (0,00960)

Bloco De Variáveis Econômicas						
Inss	0,0696*** (0,0244)	0,0505 (0,0711)	0,120*** (0,0318)	0,0428*** (0,0134)	0,0292** (0,0116)	0,0531*** (0,0122)
Bpc	-0,00719 (0,0266)	-0,0777 (0,0566)	0,0248 (0,0366)	-0,0266* (0,0161)	-0,0197 (0,0146)	-0,0241 (0,0156)
Lrenda_Pc	0,0951*** (0,00872)	-0,00440 (0,0283)	0,0319*** (0,0114)	0,0567*** (0,00726)	0,103*** (0,00646)	0,274*** (0,00676)
Constante	-1,221*** (0,0682)	-0,695*** (0,188)	-0,982*** (0,0864)	-1,123*** (0,0562)	-1,579*** (0,0532)	-2,893*** (0,0571)
Observações	-	10,622	14,929	29,768	42,225	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018.

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

A começar pelas variáveis regionais e geográficas, tratando-se de domicílios beneficiários, notamos que o uso dos serviços oferecidos pelo setor bancários é maior entre os domicílios situados no meio urbano do que no meio rural. Por outro lado, tratando-se dos verdadeiros contrafactuais deste grupo, domicílios com renda per capita de até R\$ 0,00 -R\$ 151,00, residir no meio urbano é um fator redutor no índice de uso.

No que toca as macrorregiões, para os beneficiários apenas podemos afirmar que, em comparação ao Sudeste, residir na região Sul é algo capaz de aumentar o uso de serviços financeiros. No entanto, ao observar os resultados obtidos para os não beneficiários, retomamos Leyshon e Trift (1995), Dymsky (2013), Anderloni (2006), sendo possível observar a tendência de maior intensidade de uso de serviços financeiro em centros urbanos desenvolvidos. De forma que, residir no Norte e Nordeste torna os domicílios menos propensos a usar o mercado financeiro formal. Os domicílios com logradouro na região Sul, ao contrário, possuem maior probabilidade de acesso e maior propensão a utilizar serviços financeiros.

Uma outra contradição pode ser observada quando voltamos os olhos para as regiões metropolitanas. Embora, em relação ao interior dos estados, estar situado na região metropolitana aumenta a probabilidade de acesso a serviços financeiro do domicílio, o oposto ocorre para o uso. Situar-se em uma região metropolitana se mostrou como um fator responsável por reduzir o uso de serviços financeiros formais.

A partir de agora começamos a nos dedicar à análise das características sociodemográficas do domicílio e de suas pessoas de referência, e, novamente contrastando com o acesso temos a variável raça da pessoa de referência. Para os beneficiários do programa, a raça da pessoa de referência não foi significativa para determinar o acesso, indicando, assim, que o programa torna

brancos e não brancos igualmente prováveis de acesso. O oposto ocorre para o uso, de forma que, para um domicílio beneficiário com pessoa de referência branca o uso de serviços financeiros é maior, quando comparado um domicílio com pessoa de referência não branca.

A diferença entre domicílios com pessoas de referência brancas e não brancas também não se extingue à medida que mais domicílio com renda superior são incluídos na amostra. Ao contrário disso, à medida que o recortes de renda efetuados na amostra aumentam, a diferença entre brancos e não brancos aumenta. A evolução dos parâmetros associados a raça da pessoa de referência demonstra que nem mesmo a elevação do nível de renda é capaz de ofuscar os efeitos da exclusão racial sobre o uso de serviços financeiros.

Tal como observado para o acesso, o nível de instrução formal da pessoa de referência do domicílio possui grande relevância para a determinação do índice de uso. E, além disso, o padrão observado para beneficiários e não beneficiários é o mesmo sendo possível notar que quanto maior o nível educacional da pessoa de referência, maior o uso de serviços financeiros para o domicílio.

A diferença no nível de uso dos serviços financeiros é observada entre homens e mulheres, tanto para beneficiários quanto para não beneficiários. Além disso, à medida que o nível de renda dos domicílios que compõem a amostra aumenta, o impacto de ter um homem como pessoa de referência sobre o índice do uso de serviços financeiro se torna mais forte.

Ainda que os coeficientes associados a variável de idade sejam pequenos, apresentam sinal positivo e permitem inferir que à medida que a idade da pessoa de referência aumenta, o índice de uso avança. No entanto, a variável idade ao quadrado é capaz de capturar uma relação não linear entre o índice de uso e a idade da pessoa de referência do domicílio, e o sinal negativo desta variável sugere que existe um momento em que o aumento na idade reduz o índice de uso. Isso pode acontecer em virtude de barreiras geracionais ao uso de serviços financeiros, uma vez que pessoas mais velhas podem ter mais dificuldade de usar novos instrumentos financeiros, e, ao mesmo tempo, podem sentir maior desconfiança.

Sobre a inclusão digital, não foi surpresa encontrar coeficientes positivos para esta variável. Observa-se, no entanto, que o impacto da inclusão digital é muito maior entre não beneficiário elegíveis do que entre os beneficiários e essa diferença indica que domicílios não beneficiários precisam se valer mais de recursos digitais para usar o sistema financeiro formal. O coeficiente associado a variável digital segue um padrão ascendente ao passo que o recorte de renda aumenta,

demonstrando que a inclusão digital promove o uso de serviços financeiro de forma mais contundente à medida que a renda per capita do domicílio aumenta.

De forma geral, a análise das variáveis do bloco econômico indica que quanto maior o nível de renda do domicílio maior o uso de serviços financeiro e que possuir no domicílio beneficiários da previdência social implica também em um maior índice de uso, até porque conforme visto em Barone e Sader (2008), esse público conta com linhas de crédito consignado específicas. De forma específica, observamos que para os beneficiários do PBF ter um beneficiário da previdência social no domicílio é capaz de aumentar o nível de uso de forma mais considerável que entre os não beneficiários. Além disso, observa-se o aumento da magnitude do impacto da renda sobre o uso de serviços financeiro ao longo dos recortes de renda, o que nos permite reforçar a hipótese de que o processo de cidadania financeira é consideravelmente dependente do nível de renda.

Beck e De La Torre (2006), já haviam mapeado a importância da renda na demanda de serviços financeiros sobre a justificativa de quanto maior o nível de renda, maior é a necessidade de versões complexas de serviços financeiros. E, além disso, os autores indicaram que a demanda potencial de serviços financeiros pode ser consideravelmente menor, ou maior, quando são consideradas as características individuais como etnia, educação, idade, etc. Essa dissertação corrobora o trabalho de Beck e De La Torre (2006), mas vai em linha também com Rhine And Greene (2006; 2013) e Campbell *et all.* (2012). apresentando que fatores individuais e que remetem a características socioculturais e demográficas dos domicílios brasileiros são capazes de determinar a média potencial do uso de serviços financeiros.

Em seguida, faremos o mesmo para as condições de uso e acesso as quais os domicílios se defrontam no mercado financeiro formal.

5.1.3. Potencial efeito médio do Programa Bolsa Família sobre as Condições de acesso e uso do sistema financeiro formal sobre os domicílios

Conforme mencionado anteriormente, nesta seção serão explorados os resultados obtidos para a dimensão condições. Ainda que tenha sido exposto anteriormente, é interessante lembrar que a variável “Condições” foi construída como o percentual da renda total do domicílio comprometido com o pagamento de dispêndios diretos com produtos e serviços. Sendo assim, é interessante que retomar que, quanto maior o valor observado para a variável Condições, mais o domicílio gasta com serviços financeiros e que um valor igual a 1 indica que o domicílio gasta toda sua renda ou mais com serviços financeiros. Ou seja, quanto maior o valor observado para a variável “Condições” pior a situação do domicílio.

A seguir, a tabela abaixo exibe os resultados para as médias potenciais das condições nos grupos dos beneficiários e não beneficiários.

Tabela 15: Médias potenciais PBF - Condições

	Médias potenciais (“Pomeans”)				
	Faixas de renda				Total
	R\$ 0,00 -R\$ 151,00	R\$ 151,01 -R\$ 477,00	R\$ 477,01 -R\$ 1130,00	R\$ 1130,01 - R\$ 1821,87	
Não beneficiário	0,0969*** (0,0252)	0,0398*** (0,00256)	0,0442*** (0,00163)	0,0404*** (0,00567)	0,0422*** (0,00661)
Beneficiário	0,0446*** (0,00179)	0,0435*** (0,00155)	0,0420*** (0,00214)	0,0355*** (0,00688)	0,0326*** (0,0120)
Número de Observações	10,622	14,929	29,768	42,225	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Considerando que a variável “Condições” varia de 0 a 1, de forma geral as medias potenciais foram bem baixas e próximas do limite inferior dos dados. No entanto, ainda assim podemos observar que a média potencial para a variável de condições, ou de forma mais direta, dos gastos com serviços financeiros sobre a renda para os beneficiários é inferior (com exceção para o segundo recorte de renda) ao valor observado para os não beneficiários. Assim, podemos inferir que beneficiários do bolsa família gastam proporcionalmente menos com serviços financeiros do que não beneficiários. E comparando beneficiários com não beneficiários elegíveis, a média potencial dos beneficiários é cerca de 50% menor.

No entanto, tal como acesso e uso, existem um conjunto de características domiciliares que são capazes de tornar as condições de uso e acesso melhores ou piores, para tanto, apresentamos abaixo o impacto que as características regionais, sociodemográficas e econômicas dos domicílios tem sobre as condições de acesso e uso ao sistema financeiro formal.

Tabela 16: Médias potenciais PBF - Condições

Modelo de resultado (“Outcome Model”)						
Faixas de renda						
Variáveis	Beneficiários	R\$ 0,00 -R\$ 151,00 Não beneficiários	R\$ 151,01 -R\$ 477,00 Não beneficiários	R\$ 477,01 -R\$ 1130,00 Não beneficiário	R\$ 1130,01 - R\$ 1821,87 Não beneficiário	Total Não beneficiário
Bloco de variáveis regionais / Geográficas						
Urbano	-0,0232*** (0,00382)	-0,0416 (0,0262)	-0,00682 (0,00611)	-0,0118*** (0,00284)	-0,0131*** (0,00226)	-0,0194*** (0,00210)
Norte	-0,00323 (0,00471)	0,0617* (0,0339)	0,00304 (0,00642)	0,0105*** (0,00323)	0,0138*** (0,00267)	0,0151*** (0,00234)
Sul	-0,00641 (0,00622)	0,144** (0,0632)	0,00595 (0,0107)	0,00769* (0,00395)	0,00364 (0,00276)	4,74e-05 (0,00212)
Centro_Oeste	0,00190 (0,00639)	0,178** (0,0709)	0,00818 (0,0103)	0,00954** (0,00405)	0,00840*** (0,00292)	0,0141*** (0,00246)
Nordeste	0,0235*** (0,00434)	0,109*** (0,0380)	0,0186*** (0,00672)	0,0182*** (0,00278)	0,0191*** (0,00209)	0,0200*** (0,00178)
Capital	-0,00863** (0,00349)	0,0240 (0,0343)	-0,0163*** (0,00536)	-0,0114*** (0,00236)	-0,0113*** (0,00180)	-0,0104*** (0,00149)
Regiao_Metropolitana	-0,0107** (0,00424)	0,00505 (0,0320)	-0,00947 (0,00584)	-0,00566** (0,00263)	-0,00524** (0,00206)	-0,00600*** (0,00167)

Bloco de variáveis socio-demográficas						
Raça_da Pessoa de Referência	0,0124*** (0,00415)	-0,0163 (0,0232)	-0,00489 (0,00481)	-0,00385* (0,00219)	-0,00326* (0,00168)	-0,00399*** (0,00143)
Fundamental_Incompleto	0,00363 (0,00396)	0,0311 (0,0299)	0,00772 (0,00591)	0,00151 (0,00284)	-0,000234 (0,00221)	0,00101 (0,00201)
Medio_Incompleto	0,00689 (0,00468)	0,0316 (0,0319)	0,0124* (0,00735)	0,00454 (0,00341)	0,00388 (0,00270)	0,00440* (0,00245)
Superior_Incompleto	0,0231*** (0,00489)	0,0647* (0,0359)	0,0171** (0,00685)	0,0135*** (0,00319)	0,0106*** (0,00248)	0,0107*** (0,00218)
Superior_Completo	0,0202** (0,0101)	-0,0185 (0,0424)	0,0209* (0,0121)	0,0299*** (0,00642)	0,0254*** (0,00428)	0,0150*** (0,00283)
Sexo_Pref	0,0110*** (0,00291)	0,00834 (0,0196)	0,00527 (0,00423)	0,00303 (0,00193)	0,00344** (0,00149)	0,00278** (0,00126)
Idade_Pref	0,00146** (0,000599)	0,0132*** (0,00318)	0,00185** (0,000759)	0,00169*** (0,000343)	0,00211*** (0,000253)	0,00252*** (0,000214)
Idade_Pref (ao quadrado)	-1,02e-05 (0,0110***)	-0,000131*** (0,00834)	-1,64e-05** (0,00527)	-1,29e-05*** (0,00303)	-1,80e-05*** (0,00344**)	-2,20e-05*** (0,00278**)
Digital	0,0131*** (0,00361)	0,134*** (0,0414)	0,0294*** (0,00630)	0,0204*** (0,00237)	0,0158*** (0,00173)	0,0157*** (0,00141)
Bloco De Variáveis Econômicas						
Inss	0,0274*** (0,00586)	0,112* (0,0652)	0,0469*** (0,00818)	0,0279*** (0,00294)	0,0213*** (0,00209)	0,0147*** (0,00173)
Bpc	0,00269 (0,00730)	-0,0843*** (0,0215)	0,00132 (0,00881)	-0,00786** (0,00334)	-0,00901*** (0,00252)	-0,00967*** (0,00253)
Lrenda_Pc	0,00342 (0,00226)	-0,00755 (0,0125)	-0,0239*** (0,00579)	-0,00862*** (0,00255)	-0,00355** (0,00176)	0,000553 (0,00104)
Constante	-0,0337* (0,0190)	-0,306*** (0,0968)	0,111*** (0,0337)	0,0358** (0,0175)	0,00174 (0,0128)	-0,0274*** (0,00863)
Observações	10,622	10,622	14,929	29,768	42,225	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

A essa altura da descrição dos resultados é interessante retomar que tanto para acesso quando para uso, residir no meio urbano se apresentou com um fator responsável por aumentar a chance de o domicílio possuir acesso ao sistema financeiro formal, bem como a intensidade do seu uso. Adicionalmente, nesta etapa, observa-se que residir no meio urbano é um fator capaz de reduzir a ônus sobre a renda familiar em decorrência de uso e acesso a serviços financeiros. Já em relação as macrorregiões, nota-se, de forma geral, que residir em qualquer uma das macrorregiões que não seja a região Sudeste, é capaz de fazer com que uma família se defronte com piores condições de uso e acesso ao sistema financeiro formal. No entanto, deve-se dar atenção ao Nordeste, uma vez que independente dos recortes de renda, os domicílios nordestinos encontram

piores condições de acesso e uso. Ainda assim observa-se que o impacto negativo de residir na região é inferior para os beneficiários do PBF.

A exclusão financeira por meio do espaço se dá também entre interior, região metropolitana e capital das unidades da federação. Os resultados encontrados mostram que, quando comparado ao interior, estar situado em capitais e regiões metropolitanas faz com que a proporção da renda gasta com serviços financeiros seja menor. Mediante a análise deste bloco de variáveis, nota-se, em linha com Beck *et al* (2007) e Leyshon (2009), o efeito da capilaridade seletiva do sistema bancário brasileiro e da preferência do mesmo por regiões mais urbanizadas em detrimento de regiões periféricas e rurais.

No bloco sociodemográfico, nota-se que os domicílios chefiados por pessoas brancas e que são beneficiários do programa gastam uma parte maior da sua renda do que os chefiados por pessoas não brancas. No entanto, para os não beneficiários chefiados por pessoas brancas, e que possuem maior nível de renda, o percentual gasto de sua renda com serviços financeiros, é menor.

De forma geral quanto maior o nível de escolaridade maior é o percentual de renda gasto, embora domicílios cujos chefes são detentores de um maior grau de educação formal, possuem um maior nível de acesso e uso, era esperado que o percentual de renda gasto com serviços financeiros decrescesse à medida que o nível de instrução aumentasse. Aproveitando o gancho de resultados controversos, observa-se que a inclusão digital implica também em maiores gastos com serviços financeiros. Para tanto, esses resultados serão explorados em um tópico direcionado especialmente a eles.

Entre os sexos, os resultados sugerem que os domicílios chefiados por homens gastam mais com serviços financeiros do que aqueles chefiados por mulheres. Em relação a idade do chefe do domicílio, novamente, segue uma trajetória de boca de sino sugerindo que os gastos com serviços financeiros aumentam até determinado ponto, e, em seguida, começam a declinar.

Ainda que um padrão decrescente tenha sido observado para a idade do chefe do domicílio, no bloco de variáveis econômicas, observamos que possuir em sua composição um beneficiário da previdência social, aumenta o volume de gastos com serviços financeiros do domicílio. E, conforme construído nas seções anteriores, podemos atribuir este padrão ao crédito consignado concedido intensamente aos aposentados, principalmente a partir do primeiro governo Lula, de 2003, em diante.

5.1.4. Resultados por subgrupos – PBF

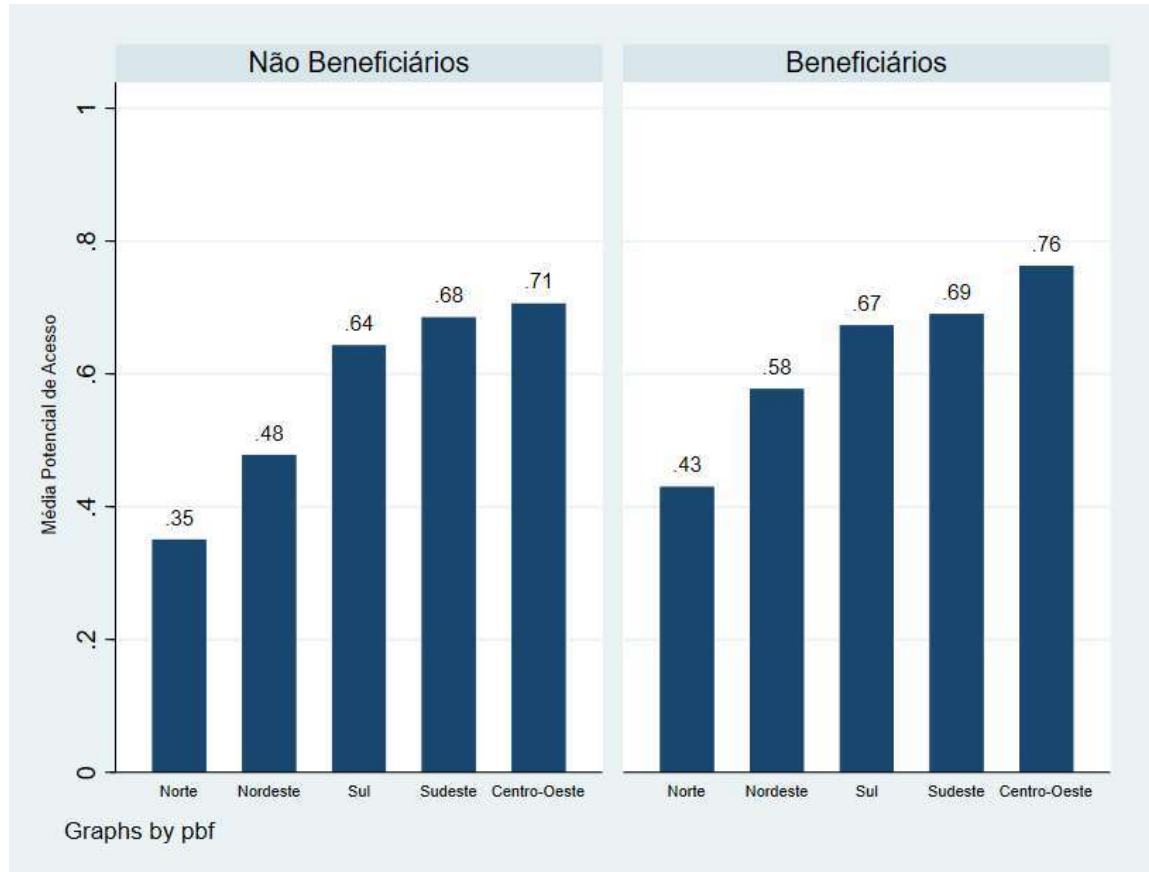
5.1.4.1 Acesso a serviços financeiro: Um enfoque regional

Durante o levantamento teórico e empírico deste trabalho foi possível notar a relevância de fatores regionais na determinação da inclusão financeira, e, conseqüentemente no nível de cidadania financeira de famílias e indivíduos. De acordo com Lana (2015), com frequência observa-se proporcionalmente em áreas mais pobres e/ou mais distantes dos grandes centros urbanos baixo índice de integração das famílias com o sistema financeiro formal. Sendo possível observar, de forma geral, que os domicílios situados nas regiões Norte e Nordeste possuem menos famílias inseridas no sistema financeiro nacional.

No entanto, o mesmo trabalho encontrou resultados não esperados no que diz respeito a probabilidade de participação no sistema financeiro ao longo das macrorregiões, com domicílios de regiões mais desenvolvidas e com maior densidade de agências bancárias apresentando menor probabilidade de acesso quando comparados a região Nordeste. Ainda que tenha sido classificado como não esperado, tal resultado vai de encontro com o obtido por Neri (2014) que também encontrou indícios de que os moradores da região nordeste possuem mais chances de cobertura financeira do que seus pares residentes na região sudeste. E isso considerando beneficiários e não beneficiários do Bolsa Família e diversos recortes de renda. No entanto, ainda que se tenha evidências passadas, esse resultado foi considerado contra intuitivo e, para tanto, foi decidido que deveria ser explorado.

Dessa forma, para que tal contradição desapareça, apresenta-se o gráfico abaixo que traz ao leitor a média predita do nível de acesso a serviços financeiros em cada uma das macrorregiões brasileiras.

Figura 2: Média potencial do nível de acesso a serviços financeiro formais nas macrorregiões Brasileiras⁸.



Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados da POF 2017-2018.

É passível de observação que a média potencial de acesso a serviços financeiros formais é inferior nas regiões Norte e Nordeste, regiões mais pobres e com baixa concentração de agências por habitante apresentam média potenciais de acesso inferiores as demais regiões, considerando domicílios beneficiários ou não beneficiários elegíveis do programa bolsa família. Sendo assim, ainda que este trabalho e outros que o precedem tenham encontrado evidências de maior chance de cobertura de serviços financeiros para regiões mais pobres, com destaque para o Nordeste, média potencial de acesso para a região continua inferior as regiões mais ricas, figurando a frente apenas da região Norte.

Além disso, é possível observar a importância que o programa bolsa família possui na elevação o potencial médio de acesso aos serviços financeiro formais nessas regiões. Uma vez que,

⁸ Compõem o gráfico os beneficiários e não beneficiários elegíveis do programa (Grupo de Controle).

comparado às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, o diferencial do potencial médio de acesso, entre beneficiários e não beneficiários, que residem no Norte e no Nordeste é consideravelmente superior.

5.1.4.2. Nível de instrução formal, inclusão digital e sua implicação nas condições de uso e acesso ao sistema financeiro formal

A educação formal, conforme posto nas seções anteriores é uma boa *proxy* para o nível de educação financeira de um indivíduo. Dito isso, ainda assim, observamos que domicílios cujos chefes possuem maior nível de instrução formal, gastam mais com serviços financeiro formais.

Devido a esta contradição, se faz necessário examinar com mais profundidade esta relação. Para tanto, apresenta-se a tabela abaixo dispondo das medias potenciais do acesso, uso e condições estimadas para domicílios que possuem chefes sem instrução, ensino fundamental incompleto, ensino médio incompleto, ensino superior incompleto e ensino superior completo.

Tabela 17: Médias potenciais de acesso, uso e condições por escolaridade do chefe de domicílio

Grupo	Acesso	Uso	Condições
Chefe do domicílio sem instrução	0,467 (0,211)	-0,473 (0,120)	0,0753 (0,084)
Chefe do domicílio com fundamental incompleto	0,505 (0,140)	-0,495 (0,150)	0,0917 (0,097)
Chefe do domicílio com ensino médio incompleto	0,64 (0,136)	-0,375 (0,127)	0,0792 (0,087)
Chefe do domicílio com ensino superior incompleto	0,784 (0,203)	-0,323 (0,134)	0,1154 (0,086)
Chefe do domicílio com superior completo	0,798 (0,186)	-0,121 (0,129)	0,0726 (0,091)

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018

Para esclarecer a relação da escolaridade com o nível de cidadania financeira do domicílio devemos olhar conjuntamente os dados da tabela acima. O primeiro ponto, facilmente observado, é que as médias potenciais de Acesso e Uso dos domicílios crescem em conjunto com o nível de escolaridade do seu chefe e estes resultados se encontram alinhados com o observado por Allen *et al.*, (2012) e Martínez, Carmen Hoyo, Hidalgo, Himena Pena And Tuesta (2016). No entanto, o mesmo não acontece para as condições, que por sua vez, apresenta um comportamento oscilante ao longo dos grupos de escolaridade.

Ainda que as médias potenciais da variável “Condições” apresentem um comportamento errático, é possível observar que os resultados corroboram o observado por Grohmann; Klühs; Menkhoff (2018). Uma vez que, mediante a observação conjunta de todas as dimensões da cidadania financeira, nota-se que os domicílios cujo quadro de moradores dispõem de chefes com menor nível de instrução formal, em comparação com aqueles em que o chefe possui ensino superior completo, possuem menores níveis de acesso, menor intensidade de uso e ainda assim se defrontam com piores condições no sistema financeiro.

A análise aprofundada do padrão observado entre os diferentes grupos de escolaridade e suas causas fogem do escopo proposto por esta dissertação, mas ainda assim, o assunto será tratado com um desdobramento para que possa receber a devida atenção. A seguir, conforme explicitado anteriormente, a outra análise empregada neste espaço diz respeito a inclusão digital. Portanto, a tabela abaixo traz a média potencial estimada do acesso, uso e das condições para os domicílios incluídos e não incluídos digitalmente.

Tabela 18: Médias potenciais de acesso, uso e condições para domicílios incluídos e excluídos digitalmente

Grupo	Acesso	Uso	Condições
Incluído	0,765 (0,158)	-0,308 (0,153)	0,193 (0,073)
Não Incluído	0,518 (0,214)	-0,464 (0,129)	0,056 (0,639)

Fonte: Elaboração própria com base dos dados da POF 2017-2018 do IBGE.

De acordo com Koppisetty (2016), a tecnologia possui potencial para contornar diversos problemas como, pouca educação financeira, receio de procurar uma agência bancária e, até mesmo, o inconveniente horário do expediente bancário. Além disso, teoricamente o uso intensivo de tecnologia pelo setor bancário deveria trazer consigo, acesso universal permitindo que os usuários acessem muitos serviços de qualquer lugar do mundo e redução de custos. E, de fato, os resultados obtidos corroboram a tese de que a inclusão digital promove a inclusão das famílias no sistema financeiro formal e promove o consumo e uso de serviços ofertados neste meio. Essa frase sintetiza os resultados obtidos para esta variável nesta dissertação e, na verdade, chega a ser algo dogmático e indiscutível, dado a quantidade de trabalhos que comprovam tal fato a nível nacional e internacional.

No entanto, esta dissertação, ao trazer um novo elemento para análise que são as condições de acesso e uso, dá indícios que a inclusão digital implica em um gasto proporcional da renda maior

no setor financeiro. Portanto, as estratégias digitais dos bancos reduzem custos para as instituições, mas para o usuário, existe, na verdade, um aumento. Ou seja, no fim das contas, a inclusão digital pode levar a um aumento nos gastos com produtos e serviços financeiros.

5.2. Benefício de Prestação Continuada e Cidadania Financeira

O objetivo desta seção é analisar o impacto que o Benefício de Prestação Continuada tem sobre o processo de cidadania financeira. Para tanto, essa seção foi dividida em quatro partes iniciando com uma breve exploração dos indicadores de cidadania financeira a luz do BPC e em seguida se dedica a explorar o impacto do programa sobre as três dimensões do processo, Acesso, Uso e Condições. Sendo assim, a próxima subseção se dedica a explorar e descrever o impacto do BPC sobre os indicadores de cidadania financeira.

Diferente do Programa Bolsa Família, para o qual tem-se um modesto incremento na renda do domicílio, o BPC concede aos seus beneficiários a importância de 1 salário-mínimo, de forma vitalícia, para idosos e deficientes físicos que se enquadrem na faixa de renda elegível. Ou seja, o choque orçamentário causado pelo programa é consideravelmente maior, e o fluxo de renda é mais estável ao longo do tempo. Diante disso, é necessário que o nível de cidadania financeira dos domicílios brasileiros seja analisado à luz deste programa.

Os domicílios beneficiários do BPC são caracterizados, conforme posto anteriormente, pela presença de idosos não elegíveis como beneficiários do INSS, ou seja, que não tiveram a capacidade de contribuir com a previdência social e por cidadãos acometidos por alguma deficiência. O leitor deste trabalho deve ter em mente que os integrantes destes grupos são relegados a severos níveis de exclusão social e financeira.

Os idosos que não contribuíram com o INSS foram marcados ao longo da vida pela ausência de proteção social e, agora, quando idosos, não fosse pelo BPC seriam relegados também a ausência do mínimo de proteção financeira. Aos portadores por alguma deficiência, é destinada todo o tipo de exclusão em um país onde sequer as calçadas são dotadas de condições mínimas de acessibilidade.

Para tanto, a tabela abaixo traz a média e o desvio padrão observados para as variáveis Acesso, Uso e Condições para os grupos de beneficiários e não beneficiários elegíveis do Benefício de prestação continuada.

Tabela 19: Descrição dos indicadores de cidadania financeira considerando a participação dos domicílios no BPC

Grupo	Acesso	Uso	Condições
Beneficiários	0,716 (0,451)	-0,277 (0,039)	0,039 (0,107)
Não Beneficiários*	0,489 (0,499)	-0,440 (0,021)	0,044 (0,169)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na POF 2017-2018 IBGE (2019).

Erros padrão em parênteses

Nota: * Não beneficiários elegíveis ao programa.

Como pode ser visto, o BPC exerce uma pressão consideravelmente favorável para que a cidadania financeira se desenvolva nos domicílios beneficiários quando comparados a seus pares não beneficiários. Esse fato ressalta a importância do programa para a melhoria das condições de vida de seus beneficiários.

Além disso, tal como realizado anteriormente para o bolsa família, julga-se de suma importância explorar as medidas de posição e dispersão dos indicadores de cidadania financeira no grupo de tratos e de controle do BPC ao longo das macrorregiões brasileiras.

Diferente do programa bolsa família onde observamos grandes discrepâncias no nível de acesso ao longo das macrorregiões, o BPC, aparentemente, pelo menos em termos médios, torna as discrepâncias geográficas menores com o nível de acesso variando de 0,704 a 0,732.

Por outro lado, para os não beneficiários já é possível observar uma amplitude maior. Ou seja, esses achados podem ser indícios de que o BPC possua potencial para reduzir as barreiras regionais que foram observadas em Leyshon (1995), Layshon e Thrift (2009) e Crocco (2013) e são impostas a materialização da cidadania financeira.

No entanto, ainda assim, os menores níveis são sempre observados para as regiões mais pobres, Norte e Nordeste. Esses e outros resultados podem ser observados na tabela a seguir.

Tabela 20: Descrição dos indicadores de cidadania financeira considerando a participação dos domicílios no BPC.

BPC		
Dimensões da cidadania financeira	Beneficiários	Não Beneficiários*
Norte		
Acesso	0,724 (0,026)	0,431 (0,016)
Uso	-0,309 (0,002)	-0,463 (0,001)
Condições	0,038 (0,004)	0,117 (0,066)
Centro-Oeste		
Acesso	0,721 (0,027)	0,724 (0,041)
Uso	-0,188 (0,003)	-0,274 (0,003)
Condições	0,080 (0,033)	0,331 (0,151)
Nordeste		
Acesso	0,704 (0,013)	0,473 (0,013)
Uso	-0,327 (0,001)	-0,470 (0,000)
Condições	0,261 (0,113)	0,268 (0,015)
Sudeste		
Acesso	0,728 (0,021)	0,595 (0,026)
Uso	-0,215 (0,002)	-0,363 (0,002)
Condições	0,124 (0,089)	0,035 (0,013)
Sul		
Acesso	0,732 (0,036)	0,627 (0,046)
Uso	-0,201 (0,004)	-0,242 (0,004)
Condições	0,029 (0,006)	0,210 (0,093)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na POF 2017-2018 IBGE (2019).

Erros padrão em parênteses

Nota: * Não beneficiários elegíveis ao programa.

Cabe destacar que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, ainda que exista diferença entre beneficiários e não beneficiários, o diferencial de acesso, uso e condições, entre os grupos, é menor do que o observado para as regiões Norte e Nordeste. Além do que foi exposto anteriormente, esta tabela corrobora com o cerne desta obra ao apresentar ao leitor que, de forma geral, o Benefício de Prestação Continuada faz com que, na maioria das regiões brasileiras, seus beneficiários desfrutem de maiores níveis de acesso e melhores condições enquanto usam de forma mais intensa o sistema financeiro formal.

Continuaremos a examinar as diferenças regionais na tabela abaixo ao incluir nesta discussão capitais, regiões metropolitanas e interior dos estados.

Tabela 21: Descrição dos indicadores de cidadania financeira considerando a participação dos domicílios no BPC

BPC		
Dimensões da cidadania financeira	Beneficiários	Não Beneficiários*
Capital		
Acesso	0,764 (0,016)	0,592 (0,021)
Uso	-0,193 (0,001)	-0,405 (0,001)
Condições	0,036 (0,039)	0,030 (0,005)
Região Metropolitana		
Acesso	0,751 (0,028)	0,608 (0,029)
Uso	-0,324 (0,002)	-0,382 (0,001)
Condições	0,034 (0,006)	0,036 (0,008)
Interior		
Acesso	0,684 (0,127)	0,451 (0,010)
Uso	-0,311 (0,001)	-0,455 (0,000)
Condições	0,043 (0,003)	0,049 (0,004)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na POF 2017-2018 IBGE (2019).

Erros padrão em parênteses

Nota: * Não beneficiários elegíveis ao programa.

Observa-se aqui a mesma tendência observada anteriormente com os beneficiários do programa apresentado, de forma geral, melhores indicadores de cidadania financeira do que os domicílios não beneficiários. Além disso, observa-se também a tendência de os domicílios situados no interior contarem com piores níveis de acesso e menor intensidade de uso comprometendo proporcionalmente mais da sua renda e, para os não beneficiários este quadro se torna consideravelmente mais severo. No interior, o diferencial de acesso e uso entre beneficiários e não beneficiários é consideravelmente maior quando comparado com capital e região metropolitana.

A seguir, encerra-se a exploração dos resultados preliminares abordando as diferenças entre os domicílios beneficiários e não beneficiários no meio urbano e no meio rural.

Tabela 22: Descrição dos indicadores de cidadania financeira considerando a participação dos domicílios no BPC

BPC		
Dimensões da cidadania financeira	Beneficiários	Não Beneficiários*
Rural		
Acesso	0,648 (0,008)	0,354 (0,004)
Uso	-0,347 (0,024)	-0,490 (0,007)
Condições	0,049 (0,006)	0,044 (0,005)
Urbano		
Acesso	0,735 (0,001)	0,570 (0,002)
Uso	-0,257 (0,016)	-0,411 (0,001)
Condições	0,038 (0,002)	0,044 (0,004)

Fonte: Elaborado pelo autor com base na POF 2017-2018 IBGE (2019).

Erros padrão em parênteses

Nota: * Não beneficiários elegíveis ao programa.

Novamente observa-se a capacidade do programa em impulsionar a cidadania financeira. Uma vez que, de forma geral, em média, os indicadores de cidadania financeira dos beneficiários são melhores do que dos não beneficiários, sobretudo no meio rural. No entanto, assim como para o PBF, observa-se a tendência de melhores níveis de inclusão financeira, e, portanto, melhores níveis de cidadania financeira no meio urbano do que no meio rural.

Ainda que tenhamos encontrado evidências da situação comparativamente favorável em que os beneficiários do BPC se encontram, em relação aos seus pares não beneficiários, a seguir é apresentado o valor potencial para o nível de acesso a serviços financeiro formais mediante recebimento, ou não, a participação de moradores do domicílio no Programa Bolsa Família.

5.2.1. Potencial efeito médio do Benefício de prestação continuada sobre o Acesso ao sistema financeiro formal dos domicílios

Tal como realizado anteriormente, começamos a apresentação dos resultados pelo potencial efeito médio do tratamento. Ou seja, apresentamos na tabela abaixo a média potencial do Acesso para domicílios beneficiários e não beneficiários do BPC.

Tabela 23: Médias potenciais BPC – Acesso

	Médias potenciais (“Pomeans”)				
	Faixas de renda				Total
	R\$ 238,50	R\$ 151,01 - R\$ 477,00	R\$ 477,01 - R\$ 1130,00	R\$ 1130,01 - -R\$ 1821,87	
Não beneficiário	0,582*** (0,0147)	-	0,717*** (0,0027)	0,755*** (0,0021)	0,804*** (0,002)
Beneficiário	0,750*** (0,0437)	-	1,445*** (0,346)	0,786*** (0,0218)	0,777*** (0,0145)
Número de Observações	5,286	-	29,736	42,195	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Quando consideramos o fator de elegibilidade do BPC, renda per capita de R\$ 238,50, conseguimos comparar os tratados pelo programa com seus devidos contrafactuais, e, assim, constatar maior probabilidade de acesso mediante a presença do domicílio no grupo de beneficiários.

Além disso, quando permitimos a entrada de outros domicílios na amostra, domicílios estes com nível de renda superior ao observado para tratados, notamos que a média potencial dos não beneficiários continua inferior ao observado para os beneficiários até que se permita que todos os domicílios entrem na amostra. A observação deste resultado faz com que confirmemos uma das hipóteses deste trabalho, permitindo inferir que o BPC é capaz de impactar positivamente o acesso a serviços financeiros, quando comparamos tratados com seus devidos contrafactuais.

Adicionalmente, esta dissertação traz um fato importante para comparar a média potencial de acesso dos beneficiários do PBF com os beneficiários do BPC. Mediante o confronto dos dois resultados, observa-se que as médias potenciais para os beneficiários do BPC são consideravelmente maiores, e mais amplas, em relação ao que foi observado para o Bolsa Família. Por um lado, o Programa Bolsa Família só possui um impacto positivo em termos de médias potenciais quando comparamos os beneficiários com os não-beneficiários elegíveis. Por outro lado, o impacto do Benefício de Prestação Continuada em aumentar a inclusão vai além dos imediatamente elegíveis, e se mantém mesmo quando os beneficiários são comparados com domicílios que possuem um nível de renda *per capita* mais elevado.

No intuito de aprofundar a investigação, a tabela abaixo exhibe quais fatores característicos de cada domicílio são capazes de influenciar o seu nível de acesso ao sistema financeiro formal e suas respectivas magnitudes

Tabela 24: Modelo de resultado BPC - Acesso

Modelo de resultado (“Outcome Model”)					
Faixas de renda					
Variáveis	Beneficiários	R\$ 238,50 Não beneficiários	R\$ 477,01 - R\$ 1130,00 Não beneficiário	R\$ 1130,01 - R\$ 1821,87 Não beneficiário	Total Não beneficiário
Bloco de variáveis regionais / Geográficas					
Urbano	0,208* (0,124)	0,567*** (0,0917)	0,383*** (0,0339)	0,351*** (0,0299)	0,335*** (0,0285)
Norte	0,388* (0,202)	-0,0379 (0,174)	0,0183 (0,0522)	0,0536 (0,0455)	0,0178 (0,0429)
Sul	0,237 (0,251)	0,399 (0,261)	0,254*** (0,0676)	0,316*** (0,0552)	0,323*** (0,0495)
Centro_Oeste	0,160 (0,203)	0,824*** (0,283)	0,364*** (0,0666)	0,339*** (0,0550)	0,275*** (0,0498)
Nordeste	0,260 (0,162)	0,127 (0,171)	0,128*** (0,0480)	0,144*** (0,0407)	0,115*** (0,0377)
Capital	0,210 (0,135)	0,135 (0,129)	0,0982** (0,0406)	0,0861** (0,0349)	0,0533* (0,0323)
Regiao_Metropolitana	0,151 (0,173)	0,0836 (0,150)	0,0532 (0,0503)	0,0911** (0,0441)	0,0570 (0,0415)
Bloco de variáveis regionais / Geográficas					
Raça_da Pessoa de Referência	0,140 (0,115)	0,353*** (0,0998)	0,0604* (0,0340)	0,0832*** (0,0295)	0,106*** (0,0277)
Fundamental_Incompleto	0,519*** (0,123)	0,448*** (0,102)	0,497*** (0,0370)	0,511*** (0,0325)	0,527*** (0,0307)
Medio_Incompleto	0,593*** (0,192)	1,013*** (0,129)	0,788*** (0,0482)	0,797*** (0,0430)	0,826*** (0,0407)
Superior_Incompleto	1,336*** (0,205)	1,406*** (0,126)	1,318*** (0,0472)	1,368*** (0,0422)	1,429*** (0,0400)
Superior_Completo	2,043*** (0,613)	1,775*** (0,384)	2,159*** (0,146)	2,222*** (0,118)	2,514*** (0,101)
Sexo_Pref	0,0157 (0,101)	0,179** (0,0819)	0,157*** (0,0296)	0,164*** (0,0260)	0,173*** (0,0246)
Idade_Pref	-0,00879 (0,0223)	0,0303* (0,0171)	0,0369*** (0,00533)	0,0403*** (0,00450)	0,0422*** (0,00422)
Idade_Pref(ao quadrado)	3,62e-05 (0,000187)	-0,000204 (0,000193)	-0,0004*** (5,33e-05)	-0,0004*** (4,33e-05)	-0,0004*** (3,98e-05)
Digital	0,832*** (0,132)	0,664*** (0,116)	0,607*** (0,0360)	0,642*** (0,0311)	0,692*** (0,0292)

Bloco de variáveis socio-demográficas					
Inss	0,618*** (0,130)	1,044*** (0,212)	0,423*** (0,0480)	0,368*** (0,0391)	0,363*** (0,0355)
PBF	0,273* (0,152)	0,00455 (0,0866)	-0,0618* (0,0327)	-0,0607* (0,0315)	-0,0482 (0,0313)
Lrenda_Pc	0,167* (0,0944)	0,323*** (0,0786)	0,555*** (0,0247)	0,167* (0,0944)	0,615*** (0,0172)
Constante	-1,034 (0,914)	-3,895*** (0,567)	-4,710*** (0,206)	-25,99*** (0,557)	-10,76*** (0,219)
Observações	5,286	5,286	29,736	42,195	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Os domicílios situados na zona urbana, quando comparados aos domicílios rurais de seus respectivos municípios possuem uma maior probabilidade de acesso a serviços financeiros. E, novamente, assim como seus predecessores, Leyshon e Trift (1995), Dymisky (2013), Anderloni (2006), este trabalho reforça a tese de maior exclusão financeira fora do meio urbano.

No entanto, cabe destacar a diferença entre o parâmetro associado a variável “Urbano” entre beneficiários não beneficiários. O valor inferior observado para os beneficiários indica que mediante a participação no grupo de tratados, o impacto de residir no meio urbano é menor. Ou seja, o BPC além de promover o acesso a seus beneficiários reduz a diferença entre o meio rural e o meio urbano. Já a tendência de queda dos valores dos parâmetros associados a variável “Urbano” à medida que a renda per capita da amostra aumenta, é outro indicio de que o nível de cidadania financeira é fortemente condicionado ao nível de renda per capita das famílias. Por outro lado, tratando-se das macrorregiões, com os resultados obtidos até aqui não podemos afirmar nada a respeito da probabilidade de acesso nas macrorregiões, em capitais e regiões metropolitana. Uma vez que não houve consistência na observação da significância estatística das variáveis responsáveis por captar este efeito.

Ao estender a análise para as características sociodemográficas da pessoa de referência do domicílio, percebe-se que para os beneficiários do BPC, cor e raça não são características capazes de influenciar no nível de acesso dos domicílios. Já para os não beneficiários, os resultados vão de encontro ao que foi observado por Omran (2018), Deus (2019), corroborando a hipótese de que a etnia é uma barreira imposta ao desenvolvimento da cidadania financeira. Além disso, observa-se o padrão decrescente do coeficiente associado a esta variável à medida que domicílios com renda superior passam a compor a amostra.

Esse resultado traz consigo, duas interpretações: O BPC, tal como observado para o Bolsa Família, em termos de acesso a serviços financeiros, tende a colocar em pé de igualdade domicílios chefiados por pessoas brancas e não brancas; e, a forte relação de dependência do processo de cidadania financeira com o nível de renda per capita do domicílio. Podendo, desta forma, identificar que a concessão de acesso a serviços financeiros é um processo acometido a discriminação social e racial.

Aparentemente, diferente do que foi visto em Demirguc-Kunt *et al.*, (2015); Holloway; Niazi; Rouse, (2017) para o grupo dos beneficiários, o sexo do chefe do domicílio é um fator indiferente. Por outro lado, na ausência do benefício, observa-se, em linha com os autores supracitados, que a probabilidade de acesso ao sistema financeiro formal é maior caso o domicílio seja chefiado por um homem. Ou seja, essa dissertação fornece indícios de que o BPC é capaz também de reduzir o *GAP* de gênero existente no processo de concessão de acesso ao sistema financeiro formal, e, conseqüentemente na cidadania financeira dos domicílios brasileiros.

Quanto ao nível de escolaridade da pessoa de referência, não existem surpresas. Os resultados corroboram o que foi posto por Allen *et al.*, (2012); Martínez, Carmen Hoyo, Hidalgo, Himena Pena And Tuesta, (2016). Tanto para beneficiários quanto para não beneficiários o nível de escolaridade apresenta um grande peso na determinação do acesso nos domicílios. Sendo assim, podemos observar, sempre em comparação com domicílios que possuem pessoa de referência sem instrução, que quanto maior o grau e instrução formal, maior o nível de acesso.

Por fim, notamos nesse bloco de variáveis que a idade não é relevante na determinação do acesso para domicílios beneficiários. Mas, por outro lado, é capaz de impactar positivamente, até certo ponto, o nível de acesso a serviços financeiros do domicílio. E, além disso, a inclusão digital possui grande relevância para o acesso a serviços financeiros tanto em domicílio beneficiários, quanto não beneficiários.

No bloco de variáveis econômicas, o contraste gerado pelo coeficiente da variável “INSS” para beneficiários e não beneficiários é um resultado interessante. O valor observado para os não beneficiários elegíveis ao programa é consideravelmente maior quando comparado aos beneficiários. E, adicionalmente, ao passo que domicílios com maior renda per capita passam a compor a amostra, possuir um beneficiário da previdência social em sua composição vai perdendo a importância. Ou seja, na ausência do BPC a previdência social recebe lugar de destaque na determinação do nível de acesso a serviços financeiros para domicílios pobres. E, de fato, dado o

resultado encontrado para a variável “lrenda_pc”, podemos afirmar que a concessão do BPC “retira” a importância do nível de renda para a determinação do nível de acesso reforçando os resultados encontrados por Beck e De La Torre (2005), que, de certa forma retira a responsabilidade da renda para com o processo de inclusão financeira endereçando a este processo outros fatores. .

5.2.2. Potencial efeito médio do Benefício de Prestação continuada sobre uso do sistema financeiro formal dos domicílios

A seguir serão explorados os resultados obtidos para a dimensão do uso de serviços financeiros no mercado formal. Dito isso, a tabela abaixo exhibe os resultados para as médias potenciais do uso nos grupos dos beneficiários e não beneficiários do Benefício de Prestação Continuada. Desde já é importante ressaltar que a potencial efeito médio do tratamento não foi estatisticamente significativo em todos os modelos estimados. Sendo assim, a análise subsequente não diz respeito a estes resultados.

Tabela 25: Médias potenciais BPC - Uso

Médias potenciais (“Pomeans”)					
	Faixas de renda				
	R\$ 238,50	R\$ 238,01 -R\$ R\$ 477,00	R\$ 477,01 -R\$ R\$ 1130,00	R\$ 1130,01 - R\$ R\$ 1821,87	Total
Não beneficiário	-0,383*** (0,0159)	-	-0,282*** (0,00585)	-0,214*** (0,00370)	0,003 (0,004)
Beneficiário	-0,462*** (0,131)	-	-0,212 (0,337)	-0,253*** (0,0301)	-0,171*** (0,0291)
Observações	5,286	-	29,736	42,195	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

O primeiro fato observável é a proximidade das médias potenciais do limite inferior (-0,547) do índice de uso. Ou seja, de forma geral, a intensidade de uso dos serviços financeiros formais, sobretudo entre os beneficiários, é muito baixa. E, enquanto o BPC se mostrou capaz de impactar positivamente e de forma considerável o nível de acesso a serviços financeiros dos domicílios, o mesmo não é observado para o uso. Pelo contrário, o grupo de não beneficiários possui um potencial médio de uso superior aos beneficiários.

Para entender este resultado deve-se retomar as características dos beneficiários do BPC expostas nas seções anteriores. Os beneficiários do programa são indivíduos idosos que compõem famílias pobres ou deficientes físicos, ou seja, indivíduos e famílias sujeitos a altos níveis de exclusão social. Dito isso, o resultado obtido sugere, que mesmo com a concessão mensal de um salário-mínimo e com os diversos mecanismos de interface do beneficiário com o sistema financeiro formal, concedidos pelo BPC, a essas famílias continua sendo infligido um elevado nível de exclusão social, assumindo aqui a forma de exclusão financeira.

Tal como foi feito anteriormente, a tabela abaixo se dedica a explorar os fatores individuais dos domicílios brasileiros que fazem com que a intensidade do uso de serviços financeiros seja maior ou menor.

Tabela 26: Modelo de resultado BPC - Uso

Modelo de resultado (“Outcome Model”)					
Faixas de renda					
Variáveis	Beneficiários	R\$ 0,00 -R\$ 151,00 Não beneficiários	R\$ 477,01 -R\$ 1130,00 Não beneficiário	R\$ 1130,01 -R\$ 1821,87 Não beneficiário	Total Não beneficiário
Bloco de variáveis regionais / Geográficas					
Urbano	0,0282 (0,0308)	0,0301** (0,0138)	0,0210** (0,00835)	0,0178** (0,00820)	-0,00244 (0,0109)
Norte	0,0252 (0,0574)	-0,0422 (0,0262)	-0,0631*** (0,0124)	-0,0628*** (0,0116)	-0,121*** (0,0140)
Sul	0,0276 (0,0736)	0,115* (0,0606)	0,146*** (0,0210)	0,187*** (0,0177)	0,156*** (0,0179)
Centro_Oeste	0,0248 (0,0670)	0,0833 (0,0603)	0,00459 (0,0170)	0,00543 (0,0150)	-0,0289* (0,0168)
Nordeste	0,00217 (0,0461)	-0,0403 (0,0252)	-0,0509*** (0,0121)	-0,0337*** (0,0114)	-0,0635*** (0,0133)
Capital	0,0463 (0,0396)	-0,0164 (0,0181)	-0,00165 (0,00961)	0,00665 (0,00927)	0,000984 (0,0113)
Regiao_Metropolitana	-0,0656* (0,0381)	0,0118 (0,0260)	-0,0260** (0,0121)	-0,0401*** (0,0115)	-0,0611*** (0,0135)

Bloco de variáveis regionais / Geográficas					
Raça_da Pessoa de Referência	0,0920*** (0,0317)	0,0498*** (0,0168)	0,0478*** (0,00847)	0,0538*** (0,00800)	0,112*** (0,00946)
Fundamental_Incompleto	0,0982*** (0,0300)	0,0318*** (0,0112)	0,0691*** (0,00798)	0,0870*** (0,00798)	0,111*** (0,0103)
Medio_Incompleto	0,0612 (0,0454)	0,0828*** (0,0198)	0,124*** (0,0111)	0,143*** (0,0108)	0,187*** (0,0137)
Superior_Incompleto	0,310*** (0,0522)	0,144*** (0,0224)	0,247*** (0,0114)	0,297*** (0,0109)	0,401*** (0,0131)
Superior_Completo	0,626*** (0,144)	0,635*** (0,143)	0,574*** (0,0363)	0,604*** (0,0272)	0,839*** (0,0209)
Sexo_Pref	0,0457* (0,0259)	0,0379*** (0,0120)	0,0716*** (0,00713)	0,101*** (0,00691)	0,168*** (0,00866)
Idade_Pref	0,00256 (0,00640)	0,00502** (0,00237)	0,00739*** (0,00123)	0,0127*** (0,00111)	0,0186*** (0,00143)
Idade_Pref (ao quadrado)	-3,95e-05 (5,22e-05)	-2,42e-05 (2,95e-05)	-5,05e-05*** (1,28e-05)	-0,000107*** (1,09e-05)	-0,000162*** (1,36e-05)
Digital	0,155*** (0,0350)	0,0916*** (0,0218)	0,129*** (0,00916)	0,144*** (0,00849)	0,234*** (0,00960)
Bloco de variáveis socio-demográficas					
Inss	0,0754** (0,0344)	0,0293 (0,0407)	0,0469*** (0,0123)	0,0307*** (0,0111)	0,0531*** (0,0122)
Pbf	0,0313 (0,0324)	-0,0196 (0,0133)	-0,0205*** (0,00736)	-0,0174** (0,00750)	-0,0241 (0,0156)
Lrenda_Pc	0,154*** (0,0294)	0,0262** (0,0130)	0,0562*** (0,00544)	0,0946*** (0,00528)	0,274*** (0,00676)
Constante	-1,570*** (0,253)	-0,816*** (0,0886)	-1,072*** (0,0428)	-1,463*** (0,0434)	-2,893*** (0,0571)
Observações	-	5,286	29,736	42,195	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018.

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

O nível de uso dos domicílios beneficiários em nada está associado a macrorregião em que se localiza, se é na capital, região metropolitana ou interior e muito menos se é um domicílio urbano ou rural, uma vez que todas as variáveis responsáveis por captar este efeito não foram estatisticamente significativas. Ou seja, é passível de observação o potencial do programa BPC em reduzir as barreiras geográficas impostas ao processo de cidadania financeira. Por outro lado, o padrão encontrado para os não beneficiários corrobora os trabalhos de BCB (2011) e Crocco (2013), sendo possível notar a disparidade inter-regional. Uma vez que, residir em domicílios urbanos e/ou localizados nas regiões sul implica em maior intensidade de uso dos serviços financeiros formais.

O resultado obtido pelas características sociodemográficas da pessoa de referência do domicílio segue o padrão observado nos demais resultados. De maneira que, em linha com Demirguc-Kunt *et al.*, (2015) e Holloway; Niazi; Rouse, (2017), podemos observar tanto para beneficiários quanto para não beneficiários, gaps de gênero e raça a favor dos homens e de pessoas brancas em detrimento de mulheres e pessoas não brancas, e que o diferencial entre estes dois grupos se torna mais forte à medida que o recorte de renda efetuado na amostra aumenta. Ou seja, para o uso, assim como para o acesso, nota-se uma forte tendência de exclusão social na forma de exclusão financeira.

A escolaridade do chefe do domicílio segue o que foi observado em Allen *et al.*, (2012); Martínez, Carmen Hoyo, Hidalgo, Himena Pena And Tuesta, (2016), e, continua se mostrando como uma variável de elevado impacto. Adicionalmente, os resultados também indicam que a inclusão digital promove o uso de serviços financeiros pelo domicílio.

O mesmo acontece para as variáveis de cunho econômico. A variável “INSS” possui menos impacto sobre o uso do que sobre o acesso, mas ainda assim apresenta impacto positivo e o nível de renda per capita segue como outra importante variável para o uso de serviços financeiro formais. A seguir a descrição dos resultados será finalizada com a apresentação dos resultados obtidos para a dimensão de condições

5.2.3. Potencial efeito médio do Benefício de Prestação Continuada sobre as Condições de acesso e uso do sistema financeiro formal sobre os domicílios

A tabela abaixo traz consigo as médias potenciais das condições encontradas pelos domicílios beneficiários e não beneficiários do BPC ao acessar e usar o sistema financeiro formal. Antes de começar a análise dos resultados contidos na tabela abaixo, é necessário ressaltar que a presente seção é uma grande contribuição a literatura por diversos fatores, mas, aqui chama-se atenção para a avaliação do impacto causado pelo BPC em uma dimensão da cidadania financeira, pouco explorada, que são as condições de uso e acesso ao sistema bancário. Dito isso, é necessário salientar que a inesperada não significância estatística de alguns resultados encontrados impedem que se realize algumas comparações. Mas, ainda assim, esta dissertação se compromete em reportar os resultados com a devida riqueza de detalhes.

Tabela 27: Médias Potenciais BPC -Condições

	Médias potenciais (“Pomeans”)				
	Faixas de renda				Total
	R\$ 238,50	R\$ 151,01 -R\$ R\$ 477,00	R\$ 477,01 -R\$ R\$ 1130,00	R\$ 1130,01 - R\$ R\$ 1821,87	
Não beneficiário	0,0480*** (0,00632)	-	0,0449*** (0,000873)	0,0456*** (0,0007)	0,0422*** (0,00661)
Beneficiário	0,0194 (0,0377)	-	0,0848 (0,0858)	0,0375*** (0,0073)	0,0326*** (0,0120)
Observações	5,286	-	29,736	42,195	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018.

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

A não significância estatística da média potencial dos beneficiários elegíveis, público alvo do programa, impede que comparações acuradas com o grupo dos não beneficiários sejam realizadas. No entanto, a análise dos demais recortes de renda são capazes de levar a conclusões interessantes.

O primeiro ponto a ser observado é, justamente, a diferença entre as médias potenciais para os diferentes recortes de renda. Mediante a análise da tabela acima, nota-se que o valor observado para os não beneficiários elegíveis do BPC, domicílios que dispõem de R\$ 238,50 de renda per capita, é maior do que entre os demais recortes de renda. Ou seja, tem-se aqui, o cenário onde as famílias pobres gastam proporcionalmente mais da sua renda com acesso e uso de serviços financeiros do que seus pares mais abastados.

Dessa, ao retomar os resultados obtidos para o acesso e para o uso dos serviços disponíveis no mercado financeiro formal, constata-se que as famílias mais pobres possuem um menor nível de acesso acompanhado de menor intensidade de uso, mas, ainda assim possuem um dispêndio com serviços financeiros superior quando comparados a famílias com maiores níveis de renda familiar per capita.

Dessa, ao retomar os resultados obtidos para o acesso e para o uso dos serviços disponíveis no mercado financeiro formal, constata-se que as famílias mais pobres possuem um menor nível de acesso acompanhado de menor intensidade de uso, mas, ainda assim possuem um dispêndio com serviços financeiros superior quando comparados a famílias com maiores níveis de renda familiar per capita.

Adicionalmente, uma vez que poucos resultados foram significativos, faz-se necessário explorar as questões relacionadas as condições de acesso e uso com as quais os beneficiários do BPC se defrontam de outra forma. Para tanto, utilizaremos a média estimada da variável condições para beneficiários e não beneficiários que consta no quadro abaixo.

Tabela 28: Média potencial estimada beneficiários e não beneficiários elegíveis ao BPC

Média potencial estimada	Beneficiários	Não beneficiários*
	0,052 (0,049)	0,044 (0,040)

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018

Erros padrão em parênteses

* Não beneficiários elegíveis ao programa.

Mediante a observação do quadro acima constata-se que os beneficiários do BPC se defrontam com piores condições de uso e acesso quando comparados aos seus pares não beneficiários. Barone e Sader (2008) chamam atenção para o caráter predatório do sistema bancário brasileiro ao lidar com idosos, que compõem a maior parte do público-alvo do BPC. Portanto, acredita-se que este resultado é observado em decorrência, de fato, das condições exploratórias impostas a idosos pelo sistema financeiro formal. Para corroborar esta análise, apresenta-se a tabela abaixo que dispõe das médias potenciais da variável condições estratificada pela faixa etária do chefe do domicílio. Como é possível observar, à medida que a idade do chefe de domicílio aumenta piores são as condições encontradas pela família no mercado financeiro formal.

Tabela 29: Média potencial estimada beneficiários e não beneficiários elegíveis ao BPC por faixa etária do chefe do domicílio.

Faixa etária	Beneficiários	Não Beneficiários*
16 a 24	0,023 (0,041)	0,020 (0,035)
25 a 34	0,041 (0,043)	0,034 (0,032)
35 a 44	0,045 (0,038)	0,040 (0,030)
45 a 59	0,053 (0,043)	0,052 (0,039)
Acima de 60	0,054 (0,054)	0,084 (0,058)

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018

Erros padrão em parênteses

* Não beneficiários elegíveis ao programa.

Dando continuidade, a tabela abaixo encerra a seção de resultados exibindo o impacto de fatores regionais, sociodemográficos e econômicos sobre as condições de uso e acesso

Tabela 8: Modelo de resultado BPC - Condições

Modelo de resultado (“Outcome Model”)					
Faixas de renda					
Variáveis	Beneficiários	R\$ 238,50 Não beneficiários	R\$ 477,01 - R\$ 1130,00 Não beneficiário	R\$ 1130,01 - R\$ 1821,87 Não beneficiário	Total Não beneficiário
Bloco de variáveis regionais / Geográficas					
Urbano	-0,00810 (0,00687)	-0,00963 (0,00747)	-0,0159*** (0,00239)	-0,0162*** (0,00202)	-0,0194*** (0,00210)
Norte	-0,00390 (0,00734)	-0,00345 (0,00949)	0,00640** (0,00274)	0,0102*** (0,00236)	0,0151*** (0,00234)
Sul	-0,0140 (0,00916)	0,0270 (0,0243)	0,00552 (0,00355)	0,00280 (0,00261)	4,74e-05 (0,00212)
Centro_Oeste	-0,00253 (0,00829)	0,0541** (0,0243)	0,00851** (0,00361)	0,00826*** (0,00276)	0,0141*** (0,00246)
Nordeste	0,00341 (0,00630)	0,0373*** (0,0103)	0,0219*** (0,00245)	0,0224*** (0,00195)	0,0200*** (0,00178)
Capital	-0,00801 (0,00494)	-0,0126 (0,00839)	-0,0100*** (0,00207)	-0,0103*** (0,00167)	-0,0104*** (0,00149)
Regiao_Metropolitana	-0,00543 (0,00649)	-0,00863 (0,00979)	-0,00799*** (0,00232)	-0,00651*** (0,00191)	- (0,00167)
Bloco de variáveis regionais / Geográficas					
Raça_da Pessoa de Referência	-0,00163 (0,00548)	0,0122 (0,00905)	0,00133 (0,00209)	-0,000262 (0,00165)	- (0,00143)
Fundamental_Incompleto	0,0138** (0,00655)	0,00474 (0,00763)	0,00109 (0,00244)	-0,000128 (0,00203)	0,00101 (0,00201)
Medio_Incompleto	0,00517 (0,00774)	0,0219** (0,0100)	0,00582** (0,00292)	0,00490** (0,00245)	0,00440* (0,00245)
Superior_Incompleto	0,0132* (0,00790)	0,0385*** (0,0114)	0,0168*** (0,00281)	0,0134*** (0,00231)	0,0107*** (0,00218)
Superior_Completo	-0,00405 (0,00908)	0,00868 (0,0174)	0,0309*** (0,00590)	0,0270*** (0,00406)	0,0150*** (0,00283)
Sexo_Pref	0,00640 (0,00442)	0,0194*** (0,00621)	0,00591*** (0,00170)	0,00535*** (0,00139)	0,00278** (0,00126)
Idade_Pref	0,00303*** (0,000807)	0,00343*** (0,00117)	0,00152*** (0,000312)	0,00200*** (0,000237)	0,00252*** (0,000214)
Idade_Pref (ao quadrado)	-2,56e-05*** (6,90e-06)	-3,23e-05** (1,35e-05)	-1,10e-05*** (3,19e-06)	-1,68e-05*** (2,30e-06)	-2,20e-05*** (1,98e-06)
Digital	0,0109** (0,00511)	0,0253** (0,0107)	0,0186*** (0,00209)	0,0154*** (0,00163)	0,0157*** (0,00141)

Bloco de variáveis socio-demográficas					
Inss	0,0193*** (0,00583)	0,0869*** (0,0221)	0,0281*** (0,00283)	0,0220*** (0,00210)	0,0147*** (0,00173)
Pbf	0,0129	-0,0217***	0,000803	-0,000994	-0,00967***
Lrenda_Pc	-0,00128 (0,00559)	-0,0117* (0,00698)	-0,00323* (0,00192)	-0,00128 (0,00146)	0,000553 (0,00104)
Constante	-0,0433 (0,0423)	-0,00995 (0,0409)	0,00367 (0,0136)	-0,0130 (0,0109)	-0,0274*** (0,00863)
Observações	-	5,286	29,736	42,195	57,920

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Os resultados expostos acima, indicam, que para os beneficiários do BPC, os fatores geográficos e regionais utilizados nesta análise, não impactam de forma positiva ou negativa o percentual de sua renda dispendida com produtos e serviços financeiros. Já para os não beneficiários, o padrão observado vai de encontro com os resultados obtidos em Beck *et al.* (2007) e em Leyshon (2009) indicando desvantagem de domicílios com logradouro em regiões menos desenvolvidas e urbanizadas.

No bloco sociodemográfico, os resultados apresentados indicam que quanto maior o nível de escolaridade do chefe do domicílio maior é o dispêndio com serviços financeiro proporcionalmente a renda. Esse é um resultado inesperado quando consideramos o que foi observado por Grohmann; Klühs; Menkhoff (2018). No entanto essa é uma questão delicada e tal como foi feito para o Bolsa Família, sendo necessário confrontar este resultado com a média potencial da variável “Condições” considerando a escolaridade do chefe do domicílio. Para tanto, apresenta-se a tabela abaixo.

Tabela 30: Média potencial estimada beneficiários e não beneficiários elegíveis ao BPC por escolaridade do chefe do domicílio.

Escolaridade	Beneficiários	Não beneficiários*
Sem instrução	0,045 (0,049)	0,040 (0,038)
Fundamental incompleto	0,049 (0,043)	0,035 (0,038)
Médio incompleto	0,058 (0,046)	0,045 (0,040)
Superior incompleto	0,076 (0,048)	0,067 (0,039)
Superior completo	0,044 (0,043)	0,047 (0,037)

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018

Erros padrão em parênteses

* Não beneficiários elegíveis ao programa.

De fato, observa-se a tendência de aumento dos gastos com acesso e uso de serviços financeiros à medida que a escolaridade do chefe do domicílio aumenta. No entanto esse aumento é cessado nos domicílios chefiados por alguém com curso superior, com as famílias incluídas nessa categoria se defrontando com melhores condições no sistema financeiro formal. Já em relação a inclusão digital, observa-se o mesmo padrão visto para o PBF com a variável proporcionando maior nível de acesso, maior intensidade de uso, mas também implicando em maiores dispêndios.

As duas variáveis referentes a idade do chefe do domicílio são estatisticamente significativas e devem ser analisadas em conjunto. O sinal obtido para a variável idade, sugere que quanto mais velho o chefe do domicílio, maior é a despesa financeira no orçamento familiar. No entanto, ao analisar a variável idade ao quadrado, tem-se que esse aumento acontece somente até certo ponto. Ou seja, as despesas financeiras crescem de acordo com a idade do chefe do domicílio até que, em determinado ponto, começam a cair.

No bloco de variáveis econômicas nota-se a capacidade do PBF em proporcionar aos domicílios não beneficiários elegíveis do BPC melhores condições de acesso e uso. Por outro, para os domicílios beneficiários, possuir em seu quadro de moradores beneficiários do bolsa família é algo

indiferente. Enquanto isso, ter um beneficiário do INSS no domicílio, seja ele beneficiário, ou não do BPC, faz com que os dispêndios da família com produtos e serviços financeiros seja maior.

Por fim, aqui se encerra a apresentação dos resultados obtidos por esta dissertação. O próximo capítulo é responsável por sintetizar os resultados apresentados até aqui e comparando os resultados obtidos para PBF e BPC. Além disso, no próximo capítulo, é realizado um exercício de recomendação de políticas para que os beneficiários do programa consigam se tornar financeiramente incluídos, e, com isso, conquistarem sua cidadania financeira.

6. CONCLUSÃO

Esta dissertação buscou contribuir com o avanço observado nas últimas décadas em relação as temáticas ligadas a inclusão e exclusão financeira, voltando seus esforços para uma nuance considerada silenciosa por alguns pesquisadores: o impacto de políticas sociais na inclusão financeira. Para tanto, foi avaliado o nível de acesso, a intensidade de uso e as condições de uso e acesso a serviços financeiros formais com os quais beneficiários do PBF e BPC, bem como seus contrafactuais, se deparam.

Dessa forma inicia-se esta conclusão partindo dos resultados encontrados para o Bolsa Família confrontando sempre beneficiários elegíveis com não beneficiários elegíveis, a luz de Leyshon e Trift (1995), Anderloni (2006) e Dymski (2013). Dessa forma, foi observado que os beneficiários do programa possuem, de fato, maiores níveis de acesso ao sistema financeiro formal, maior intensidade de uso dos produtos oferecidos e, por fim se defrontam com condições mais amigáveis, necessitando comprometer uma parcela inferior do seu orçamento. Ou seja, o programa promove a inclusão dos domicílios beneficiários sem que, em média, este processo seja materializado perante a condições exploratórias. Com isso, conclui-se que o Bolsa Família é um agente promotor da cidadania financeira.

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada, os resultados apontam para uma direção diferente. As evidências encontradas indicam que o BPC possui a capacidade de promover o acesso ao sistema financeiro formal, e, em contraponto ao que foi observado para o Bolsa Família, nota-se que o seu potencial de bancarização é consideravelmente superior. No entanto, as evidências encontradas para a intensidade do uso de tais serviços, nota-se que o BPC, embora represente um choque de renda considerável, principalmente para famílias carentes, e estreite o contato dessas famílias com os bancos, não é capaz de reduzir as barreiras impostas ao uso. Além disso, essa dissertação apresentou indícios de que as condições de materialização do acesso e do uso dos beneficiários do BPC que possuem menores níveis de renda, são exploratórias. Sendo assim, é possível concluir que o BPC não logra êxito em promover a cidadania financeira de seus beneficiários e, utilizando o termo proposto por Dimsky(2013), apenas é capaz de gerar indivíduos sub-bancarizados(*underbanked*).

Em suma, fazendo uma comparação dos dois programas temos que o Bolsa Família proporciona a seus beneficiários mais acesso e leva a maior intensidade do uso dos produtos e serviços financeiros sob condições mais amigáveis. O BPC promove consideravelmente mais o acesso de

seus beneficiários em qualquer nível de renda apresentado, mas não logra êxito ao fomentar o uso. Ou seja, o PBF é um programa que torna os cidadãos bancarizados e confere cidadania financeira pra os mesmos, enquanto o BPC é um programa com grande potencial de bancarização, mas também é um grande criador de cidadãos sub-bancarizados

Sendo assim, conclui-se que os programas de transferência de renda e a interação dos seus beneficiários com agente financeiros “*per se*” não contribuem para elevar o nível de cidadania financeira. De fato, contribuem para aumentar o nível de acesso, mas como pode ser visto, garantir o acesso da população de baixa renda ao sistema financeira formal, ou, em outras palavras, bancarizar os desbancarizados, não é condição suficiente para que a exclusão financeira seja reduzida.

Esta dissertação levantou ao longo de sua construção questões que fogem do seu escopo, mas podem configurar uma agenda futura de pesquisa. Dentre os desdobramentos possíveis desta dissertação, destaca-se: a relação entre a inclusão/exclusão digital e cidadania financeira; as implicações da bancarização sobre os padrões de consumo das famílias; e, por fim os impactos da inclusão financeira, em seus múltiplos aspectos, sobre o bem-estar das famílias.

Por fim, como forma de aproveitar o potencial de bancarização da política o Ministério da Cidadania em conjunto com prefeituras, poderia firmar convênios e parcerias com instituições de ensino, inclusive formalizando projetos de extensão com o objetivo de apresentar não só para os beneficiários do BPC, mas todos de certa forma excluídos do sistema financeiro e presentes no cadastro único, soluções financeiras. No entanto, as soluções financeiras não devem se limitar a educação financeira, transcendendo tais aspectos. Além de construir o conhecimento financeiro, pode ser interessante o acompanhamento de algumas famílias, apoio nas decisões, e, até mesmo, auxílio na renegociação de dívidas.

7. REFERÊNCIAS

- ALLEN, Franklin; DEMIRGUC-KUNT, Asli; KLAPPER, Leora; MARTINEZ PERIA, Maria Soledad. **The Foundations of Financial Inclusion**. [s.l: s.n.]. DOI: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/12203> License: CC BY 3.0 IGO.”.
- ANDERLONI, Luisa. **New frontiers in banking Services**. [s.l: s.n.]. v. 53 DOI: 10.1017/CBO9781107415324.004.
- ANDERLONI, Luisa; CARLUCCIO, Emanuele Maria; EXCLUSION, Introduction Financial; ANDERLONI, Luisa; CARLUCCIO, Emanuele Maria. Access to Bank Accounts and Payment Services. *In*: 2007, Springer-Verlag Berlin Heidelberg (org.). **New Frontiers in Banking Services**. Berlin: Springer, Berlin, Heidelberg, 2007. p. 5–105. DOI: https://doi.org/10.1007/978-3-540-46498-3_2. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-540-46498-3_2.
- ARESTIS, PHILIP ; DEMETRIADES, Panicos. Financial Development and Economic Growth : Assessing the Evidence Author (s): Philip Arestis and Panicos Demetriades Published by : Wiley on behalf of the Royal Economic Society Stable URL : <http://www.jstor.org/stable/2957802> Accessed : 03-05-2016 14. [S. l.], v. 107, n. 442, p. 783–799, 2016.
- ARUN, Thankom; KAMATH, Rajalaxmi. Financial inclusion: Policies and practices. **IIMB Management Review**, [S. l.], v. 27, n. 4, p. 267–287, 2015. DOI: 10.1016/j.iimb.2015.09.004.
- BANG, Heejung. Doubly Robust Estimation in Missing Data. [S. l.], n. December, p. 962–972, 2005. DOI: 10.1111/j.1541-0420.2005.00377.x.
- BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas. **Revista de Administração Pública**, [S. l.], v. 42, n. 6, p. 1249–1267, 2008. DOI: 10.1590/s0034-76122008000600012.
- BECK, Thorsten; DE LA TORRE, Augusto. The Basic Analytics of Access to Financial Services. [S. l.], 2006.
- BECK, Thorsten; DEMIRGUC-KUNT, Asli; MARTINEZ PERIA, Maria Soledad. Reaching out: Access to and use of banking services across countries. **Journal of Financial Economics**, [S. l.], v. 85, n. 1, p. 234–266, 2007. DOI: 10.1016/j.jfineco.2006.07.002.
- CAMERON, A. Colin; TRIVEDI, Pavin K. **Microeconometrics - Methods and Applications**. 1. ed. New York: Cambridge University Press, 2005. Disponível em: <http://library1.nida.ac.th/termpaper6/sd/2554/19755.pdf>.
- CROCCO, Marco Aurelio; SANTOS, Fabiana; FIGUEIREDO, Ana. Exclusão financeira no brasil: Uma análise regional exploratória. **Revista de Economia Política**, [S. l.], v. 33, n. 3, p. 505–526, 2013. DOI: 10.1590/S0101-31572013000300008.
- CUNHA, Márcia Pereira. Silencioso e penetrante: o processo de financeirização a partir das instituições promotoras da inclusão financeira. **Contemporânea - revista de sociologia da UFSCar**, [S. l.], v. 8, n. 2, p. 585–606, 2018. DOI: 10.4322/2316-1329.073.
- DEMIRGUC-KUNT, Asli; KLAPPER, Leora; SINGER, Dorothe; VAN OUDHEUSDEN, Peter. The Global Findex Database: Measuring financial inclusion around the world. **Jurnal Ilmiah Mahasiswa Fakultas Ekonomi dan Bisnis Universitas Brawijaya**, [S. l.], n. April, p. 11, 2015.
- DEUS, Juliana Lima De. **Inclusão financeira na perspectiva de gênero, renda e situação ocupacional: Determinantes e entraves pra o município de Mariana (Minas Gerais)**. 2019. UFOP, [S. l.], 2019.
- DRUKKER, David M. Estimating treatment effects from observational data using teffects, stteffects, and eteffects. **United Kingdom Stata Users’ Group Meetings 2016**, [S. l.], 2016.
- DYMSKI, Gary; HERNANDEZ, Jesus; MOHANTY, Lisa. Race, Gender, Power, and the US Subprime Mortgage and Foreclosure Crisis: A Meso Analysis. **Feminist Economics**, [S. l.], v. 19, n. 3, p. 124–151, 2013. DOI: 10.1080/13545701.2013.791401.
- DYMSKI, Gary; LI, Wei. The macrostructure of financial exclusion: Mainstream, ethnic and fringe banks in money space. **Espace-Populations-Societes**, [S. l.], n. 1, p. 181–199, 2003. DOI: 10.3406/espos.2003.2072.

- FDIC. **2013 FDIC National Survey of Unbanked and Underbanked Households**. [s.l: s.n.].
- FERNÁNDEZ-OLIT, Beatriz; PAREDES-GÁZQUEZ, Juan Diego; DE LA CUESTA-GONZÁLEZ, Marta. Are Social and Financial Exclusion Two Sides of the Same Coin? An Analysis of the Financial Integration of Vulnerable People. **Social Indicators Research**, [S. l.], v. 135, n. 1, p. 245–268, 2018. DOI: 10.1007/s11205-016-1479-y.
- GROHMANN, Antonia; KLÜHS, Theres; MENKHOFF, Lukas. Does financial literacy improve financial inclusion? Cross country evidence. **World Development**, [S. l.], v. 111, p. 84–96, 2018. DOI: 10.1016/j.worlddev.2018.06.020. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2018.06.020>.
- HOLLOWAY, Kyle; NIAZI, Zahra; ROUSE, Rebecca. Women's Economic Empowerment Through Financial Inclusion. **Financial Inclusion Program Innovations for Poverty Action**, [S. l.], n. Innovations for Poverty Action, p. 12, 2017. Disponível em: <https://www.poverty-action.org/sites/default/files/publications/Womens-Economic-Empowerment-Through-Financial-Inclusion.pdf>.
- JACCOUD, Luciana. Pobres, Pobreza e Cidadania: os desafios recentes da proteção social. **IPEA - textos para discussão**, [S. l.], v. 1372, p. 28, 2009.
- James F. Devlin A Detailed Study of Financial Exclusion in the UK. [S. l.], p. 75–108, 2005.
- KARP, Nathaniel; BOYD, W. Nash-Stacey. **Technology , Opportunity & Access : Understanding Financial Inclusion in the U . S .** United States.
- KOPPISETTY, Dr. Meenakumari. Technology Adoption by Commercial Banks as an Aid in Financial Inclusion. **IRA-International Journal of Management & Social Sciences (ISSN 2455-2267)**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2016. DOI: 10.21013/jmss.v3.n2.p14.
- KUMAR, Abhishek; PAL, Rama; PAL, Rupayan. Usage of formal financial services in India: Demand barriers or supply constraints? **Economic Modelling**, [S. l.], v. 80, p. 244–259, 2019. DOI: 10.1016/j.econmod.2018.11.010.
- LANA, Tonyedson Pereira E. **Exclusão financeira e sua relação com a pobreza e a desigualdade de renda no Brasil**. [s.l: s.n.].
- LEYSHON, Andrew. Financial Exclusion. In: THRIFT, Nigel; KITCHIN, Rob (org.). **International Encyclopedia of Human Geography**. London: Elsevier, 2009.
- LOUREIRO, Eleonora Rodrigues; ABREU, Gabriel De. Expansão dos Correspondentes Bancários no Brasil: uma análise empírica. [S. l.], 2016.
- LUNCEFORD, Jared K.; DAVIDIAN, Marie. Stratification and weighting via the propensity score in estimation of causal treatment effects : a comparative study. [S. l.], v. 2960, n. April, p. 2937–2960, 2004. DOI: 10.1002/sim.1903.
- MARTÍNEZ, CARMEN HOYO, HIDALGO, HIMENA PENA AND TUESTA, David. Demand factors that influence financial inclusion in Mexico : analysis of the barriers based on the ENIF survey. **Journal of Financial Economic Policy**, [S. l.], v. 32, n. 3, p. 23, 2016. DOI: 10.2139/ssrn.1729122. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/David_Tuesta/publication/291356767_Determinants_of_financial_inclusion_in_Mexico_based_on_the_2012_National_Financial_Inclusion_Survey_ENIF/links/56a29ba908ae232fb201c8c8.pdf.
- MORSY, Hanan. Access to finance – Mind the gender gap. **Quarterly Review of Economics and Finance**, [S. l.], 2020. DOI: 10.1016/j.qref.2020.02.005.
- MOTTA, Alda Brito Da. Violências específicas aos idosos. **Sinais Sociais**, [S. l.], v. 8, n. 22, p. 63–86, 2013.
- OMRAN, Mohamed F. An analysis of the financial inclusion in South Africa considering race, education and income. **World Review of Entrepreneurship, Management and Sustainable Development**, [S. l.], v. 14, n. 5, p. 657, 2018. DOI: 10.1504/wremsd.2018.10014685.
- OUMA, Shem Alfred; ODONGO, Teresa Maureen; WERE, Maureen. Mobile financial services and financial inclusion: Is it a boon for savings mobilization? **Review of Development Finance**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 29–35, 2017. DOI: 10.1016/j.rdf.2017.01.001.
- OZILI, Peterson K. Financial inclusion research around the world: A review. **Forum for Social**

Economics, [S. l.], v. 0, n. 0, p. 1–23, 2020. DOI: 10.1080/07360932.2020.1715238. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/07360932.2020.1715238>.

PAULO, Maira Andrade; WAJNMAN, Simone; DE OLIVEIRA, Ana Maria Camilo Hermeto. A relação entre renda e composição domiciliar dos idosos no Brasil: Um estudo sobre o impacto do recebimento do Benefício de Prestação Continuada. **Revista Brasileira de Estudos de Populacao**, [S. l.], v. 30, n. SUPPL, 2014. DOI: 10.1590/S0102-30982013000400003.

PINZÓN, Enrique. Treatment Effects Using Stata. In: 2013, **Anais [...]**. : StataCorp, 2013. Disponível em: http://fmwww.bc.edu/RePEc/msug2013/mex13_pinzon.pdf.

SARMA, Mandira; PAIS, Jesim. Financial Inclusion and Development: A Cross Country Analysis. In **Annual Conference of the Human Development and Capability Association, New Delhi**, [S. l.], v. 168, n. 10–13, p. 1–30, 2008. DOI: 10.1002/jid.

SERPA, Flávio A. **Microfinance in Brazil: Government Policies and Their Effects**. 2008. Ohio University, [S. l.], 2008.

STATACORP. **STATA TREATMENT-EFFECTS REFERENCE MANUAL : POTENTIAL OUTCOMES / COUNTERFACTUAL OUTCOMES**. [s.l: s.n.].

TRUMBULL, Gunnar. Credit access and social welfare: The rise of consumer lending in the United States and France. **Politics and Society**, [S. l.], v. 40, n. 1, p. 9–34, 2012. DOI: 10.1177/0032329211434688.

VAZ, Daniela Verzola; HOFFMAN, Rodolfo. Elasticidade-renda e concentração das despesas com alimentos no Brasil : [S. l.], p. 282–310, 2020. DOI: 10.5380/re.v41i75.70940. Respectivamente.

ANEXOS

Modelo de tratamento PBF

Modelos de Tratamento					
Variáveis	Faixas de renda				Total
	R\$ 0,00 -R\$ 151,00	R\$ 151,01 - R\$ 477,00	R\$ 477,01 - R\$ 1130,00	R\$ 1130,01 -R\$ 1821,87	
Urbano	0.0304 (0.204)	-0.0133 (0.0665)	-0.0460 (0.0487)	-0.0476 (0.0488)	-0.0460 (0.0497)
Nº cômodos do domicílio	-0.0446 (0.0454)	-0.0256* (0.0144)	-0.0675*** (0.0112)	-0.0846*** (0.0110)	-0.0964*** (0.0110)
Nº dormitórios	-0.00936 (0.0906)	-0.103*** (0.0324)	-0.140*** (0.0248)	-0.124*** (0.0250)	-0.111*** (0.0253)
Coleta de lixo	0.0153 (0.155)	-0.155*** (0.0546)	-0.130*** (0.0397)	-0.120*** (0.0397)	-0.111*** (0.0404)
Pavimentação	0.00591 (0.138)	-0.0995** (0.0480)	-0.145*** (0.0358)	-0.161*** (0.0358)	-0.168*** (0.0365)
Correios	-0.466*** (0.176)	-0.293*** (0.0567)	-0.284*** (0.0415)	-0.303*** (0.0417)	-0.308*** (0.0425)
Norte	-0.478** (0.194)	-0.00654 (0.0692)	0.131** (0.0513)	0.144*** (0.0510)	0.130** (0.0516)
Sul	-0.895*** (0.243)	-0.350*** (0.0950)	-0.441*** (0.0695)	-0.468*** (0.0671)	-0.482*** (0.0669)
Centro Oeste	-0.700*** (0.241)	-0.0852 (0.0870)	-0.0547 (0.0629)	-0.0354 (0.0603)	-0.0368 (0.0600)
Nordeste	0.508** (0.201)	0.687*** (0.0657)	0.839*** (0.0463)	0.886*** (0.0445)	0.896*** (0.0444)
Capital	-0.470*** (0.154)	-0.296*** (0.0533)	-0.293*** (0.0382)	-0.270*** (0.0371)	-0.263*** (0.0372)
Região Metropolitana	-0.426** (0.186)	-0.267*** (0.0636)	-0.256*** (0.0485)	-0.247*** (0.0483)	-0.250*** (0.0488)
Cor ou raça da pessoa de referência	-0.160 (0.132)	-0.107** (0.0442)	-0.154*** (0.0326)	-0.176*** (0.0324)	-0.188*** (0.0327)
Número de moradores	0.124*** (0.0393)	0.0997*** (0.0137)	0.213*** (0.0115)	0.222*** (0.0121)	0.218*** (0.0124)
Casalsfilhos	-0.815*** (0.178)	-0.507*** (0.0687)	-0.462*** (0.0516)	-0.527*** (0.0513)	-0.545*** (0.0517)
unipessoal	-0.253 (0.361)	-0.484*** (0.107)	-0.407*** (0.0811)	-0.724*** (0.0764)	-0.827*** (0.0760)
monoparental	0.425*** (0.161)	0.143*** (0.0496)	0.147*** (0.0361)	0.146*** (0.0363)	0.143*** (0.0369)
outrosarranj	-0.622*** (0.225)	-0.428*** (0.0964)	-0.408*** (0.0753)	-0.420*** (0.0752)	-0.422*** (0.0763)
fundamental_incompleto	-0.0889 (0.147)	-0.0664 (0.0495)	0.0238 (0.0369)	0.0179 (0.0373)	0.0109 (0.0380)
medio_incompleto	-0.166 (0.181)	-0.179*** (0.0596)	-0.0963** (0.0449)	-0.105** (0.0452)	-0.110** (0.0459)
superior_incompleto	-0.341** (0.165)	-0.305*** (0.0554)	-0.343*** (0.0414)	-0.382*** (0.0416)	-0.404*** (0.0422)
superior_completo	-1.352*** (0.254)	-0.504*** (0.125)	-0.683*** (0.0969)	-0.858*** (0.0924)	-1.045*** (0.0901)
Digital	0.175 (0.146)	0.0387 (0.0449)	-0.0356 (0.0325)	-0.0710** (0.0319)	-0.0841*** (0.0321)
Inss	-0.608*** (0.179)	-0.618*** (0.0586)	-0.921*** (0.0425)	-0.951*** (0.0416)	-0.926*** (0.0417)
Bpc	-0.231	-0.734***	-0.393***	-0.198***	-0.0965

	(0.419)	(0.101)	(0.0717)	(0.0704)	(0.0711)
lrendaliquida_pc	1.159*** (0.0714)	0.530*** (0.0281)	-0.578*** (0.0249)	-0.962*** (0.0255)	-1.120*** (0.0240)
Constante	-2.844*** (0.498)	-1.953*** (0.193)	3.262*** (0.174)	5.523*** (0.180)	6.533*** (0.171)
Observações	10,622	14,929	29,768	42,225	57,920

Erros padrão robustos em parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Modelo de tratamento BPC

Modelos de Tratamento					
Variáveis	Faixas de renda				
	R\$ 238,50	R\$ 477,00	R\$ 477,01 - R\$ 1130,00	R\$ 1130,01 - R\$ 1821,87	Total
Urbano	-1.355 (0.837)		0.0313 (0.110)	0.0705 (0.0962)	0.123 (0.0919)
Nº cômodos do domicílio	-0.0502 (0.237)		-0.110*** (0.0205)	-0.114*** (0.0172)	-0.146*** (0.0157)
Nº dormitórios	-0.210 (0.337)		-0.0843 (0.0545)	-0.0300 (0.0475)	0.130*** (0.0437)
Coleta de lixo	0.515 (0.689)		0.142 (0.0881)	0.116 (0.0741)	0.191*** (0.0720)
Pavimentação	-0.176 (0.584)		-0.128* (0.0751)	-0.151** (0.0638)	-0.156** (0.0623)
Correios	0.175 (0.778)		-0.0761 (0.0927)	-0.0368 (0.0810)	-0.00879 (0.0776)
Norte	1.423 (0.914)		0.247** (0.103)	0.219** (0.0897)	0.0534 (0.0859)
Sul	-3.266** (1.406)		-0.542*** (0.122)	-0.710*** (0.109)	-0.710*** (0.106)
Centro Oeste	-0.743 (1.086)		-0.279** (0.109)	-0.133 (0.0925)	-0.0728 (0.0922)
Nordeste	1.439 (0.939)		0.648*** (0.0833)	0.700*** (0.0712)	0.665*** (0.0681)
Capital	-0.330 (0.986)		-0.166** (0.0705)	-0.114* (0.0595)	-0.0499 (0.0574)
Região Metropolitana	-0.713 (0.740)		0.0110 (0.0923)	-0.0580 (0.0794)	-0.0620 (0.0765)
Cor ou raça da pessoa de referência	0.797 (0.511)		0.0645 (0.0626)	-0.0253 (0.0550)	-0.0934* (0.0538)
Número de moradores	0.640*** (0.164)		0.639*** (0.0273)	0.579*** (0.0225)	0.391*** (0.0186)
Casalsfilhos	0.972 (0.978)		0.421*** (0.0935)	0.466*** (0.0867)	0.441*** (0.0826)
unipessoal	-7.611*** (2.565)		0.101 (0.116)	0.396*** (0.0993)	0.252*** (0.0972)
monoparental	0.166 (0.624)		0.682*** (0.0805)	0.763*** (0.0714)	0.649*** (0.0646)
outrosarranj	-2.092 (1.298)		1.039*** (0.105)	1.201*** (0.0963)	1.172*** (0.0902)
fundamental_incompleto	-0.361 (0.496)		-0.682*** (0.0738)	-0.732*** (0.0625)	-0.771*** (0.0586)
medio_incompleto	-0.210 (0.625)		-1.081*** (0.101)	-1.287*** (0.0902)	-1.359*** (0.0852)
superior_incompleto	0.656 (0.884)		-1.486*** (0.0900)	-1.824*** (0.0804)	-1.985*** (0.0797)
superior_completo	-3.196*** (1.016)		-2.275*** (0.199)	-2.550*** (0.152)	-3.409*** (0.158)
Digital	0.551 (0.639)		-0.513*** (0.0660)	-0.560*** (0.0577)	-0.541*** (0.0560)
Inss	-1.092** (0.532)		-0.818*** (0.0724)	-1.004*** (0.0637)	-0.867*** (0.0607)
Bpc	2.153*** (0.631)		0.387*** (0.0831)	0.272*** (0.0777)	-0.338*** (0.0724)
Irendaliquida_pc	16.82*** (2.373)		5.819*** (0.132)	3.252*** (0.0753)	1.088*** (0.0290)

Constante	-99.11*** (12.73)	-42.84*** (0.932)	-25.99*** (0.557)	-10.76*** (0.219)
Observações	5286	29.736	42.195	57,920

Análise Fatorial

Factor analysis/correlation	Number of obs = 57,920
Method: principal factors	Number of obs = 57,920
Method: principal factors	Number of params = 21

Tabela: Análise Fatorial

Número de observações	57,920
Fatores retidos	4
Número de parâmetros	21

Fatores	Autovalores	Diferença	Proportion	Cumulative
Fator 1	2,23892	1,79296	0,9798	0,9798
Fator 2	0,44596	0,42127	0,1952	11,750
Fator 3	0,02469	0,02394	0,0108	11,858
Fator 4	0,00076	0,10703	0,0003	11,861
Fator 5	-0,10627	0,03133	-0,0465	11,396
Fator 6	-0,13760	0,04381	-0,0602	10,794
Fator 7	-0,18141	-	-0,0794	10,000

LR test: independent vs. saturated: $\chi^2(21) = 1.1e+5$ Prob> $\chi^2 = 0.0000$

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018 IBGE.

Tabela: Cargas fatoriais

Variáveis	Factor1	Factor2	Factor3	Factor4	Uniqueness
Quantidade de cartões de crédito	0.5842	0.3289	-0.0287	0.0015	0.5497
Quantidade de contas corrente	0.6344	0.2723	-0.0351	0.0027	0.5221
Quantidade de cheques especiais	0.8271	-0.2843	-0.0045	-0.0014	0.2351
Uso do cheque especial nos últimos 3 meses	0.8129	-0.3017	0.0128	-0.0010	0.2480
Quantidade de contas poupança	0.3686	0.2964	0.0437	-0.0055	0.7743
Aplicações/renda	0.0985	0.0625	0.1380	-0.0046	0.9673
Posse de previdência privada	0.0690	-0.0000	0.0388	0.0263	0.9930

Fonte: Elaboração própria com base na POF 2017-2018 IBGE.